

Ministério da Saúde

FIUCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Mabel Melo Sousa

**Trabalho e vida de catadores de materiais recicláveis no município do
Rio de Janeiro, RJ**

Rio de Janeiro

2022

Mabel Melo Sousa

**Trabalho e vida de catadores de materiais recicláveis no município do
Rio de Janeiro, RJ**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Saúde Pública. Área de concentração: Determinação dos processos saúde-doença: produção/trabalho, território e direitos humanos.

Orientador(a): Prof. Dr. William
Waissmann

Coorientador(a): Prof^a Dra. Valéria Pereira
Bastos

Rio de Janeiro

2022

Título do trabalho em inglês: Work and life of recyclable material collectors in the municipality of Rio de Janeiro, RJ.

S725t Sousa, Mabel Melo.
Trabalho e vida de catadores de materiais recicláveis no município do Rio de Janeiro, RJ / Mabel Melo Sousa. -- 2022.
157 f. : il. color.

Orientador: William Waissmann.
Coorientadora: Valéria Pereira Bastos.
Tese (Doutorado em Saúde Pública), Rio de Janeiro, 2022.
Bibliografia: f. 142-153.

1. Catadores. 2. Condições de Trabalho. 3. Nível de Saúde. 4. Resíduos Sólidos. 5. Reciclagem. I. Título.

CDD 628.4458

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da Rede de Bibliotecas da Fiocruz com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecário responsável pela elaboração da ficha catalográfica: Cláudia Menezes Freitas - CRB-7-5348
Biblioteca de Saúde Pública

Mabel Melo Sousa

**Trabalho e vida de catadores de materiais recicláveis no município do
Rio de Janeiro, RJ**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Saúde Pública. Área de concentração: Determinação dos processos saúde-doença: produção/trabalho, território e direitos humanos.

Aprovada em: 26/10/2022

Banca Examinadora:

Dr. Cássio Adriano Braz de Aquino
Universidade Federal do Ceará

Dra. Raquel Nascimento Coelho
Universidade Federal do Ceará

Dr. Ubirajara Aluizio de Oliveira Mattos
Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Dra. Eliana Napoleão Cozendey da Silva
Fundação Oswaldo Cruz -Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca-Fiocruz

Dra. Valéria Pereira Bastos (Coorientadora Orientadora)
Pontifícia Universidade Católica-Rio de Janeiro

Dr. William Waissmann (Orientador)
Fundação Oswaldo Cruz - Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca

Rio de Janeiro
2022

AGRADECIMENTOS

Às catadoras e catadores de materiais recicláveis das ruas do Grajaú e das cooperativas abordadas, por terem disponibilizado o seu tempo, suas histórias e pensamentos;

À ENSP, em especial os professores, pela oportunidade de realizar uma pós-graduação gratuita e com qualidade;

Ao professor orientador William Waissmann, por ter me aceitado na metade do curso e pela sensibilidade com que conduziu o processo;

À professora coorientadora Valéria Bastos, que tanto auxiliou no direcionamento da tese e me acalmou nos momentos de tensão e desespero;

Aos membros das bancas de qualificação e / ou defesa, professores Cássio Aquino, Eliana da Silva, Raquel Coelho e Ubirajara Mattos pela disponibilidade e relevantes contribuições;

À turma do Doutorado em Saúde Pública de 2018, pelo compartilhamento de saberes e sentimentos;

Ao NUTRA/UFC, pela inserção no mundo acadêmico do trabalho e da extensão, em especial Fátima Sena (em memória), Cassio Aquino e Raquel Libório;

Ao meu esposo Luiz Fernando, filho Valentim Luiz e enteado Luiz Augusto, pela compreensão nos momentos de ausência e por amenizarem o meu sofrimento acadêmico no dia a dia;

Aos meus familiares, em especial meus pais Vânia e Chico César, irmãos Tereza e Cesinha, sobrinha Anita, tia Socorro e prima-irmã Alice, pelo incentivo aos estudos e apoio na vida sempre;

À Cassia, Inez e escola Studio da Criança, que tão bem cuidaram do meu filhote e da minha casa enquanto eu estudava;

Às amigas da vida, em especial Amanda, Cintia, Régia e Mona e ao meu terapeuta João, que acompanharam de perto essa caminhada, ajudando-me de diferentes formas.

*Sei que essa vida tá foda
Mas tô correndo atrás da melhora
Dia e noite lutando para que
Deus me conceda vitória*

*Sei que tem dias de glória
Mas também tem aquelas horas
Que nós se pega pensando
Em coisas da vida
E tem que ir embora*

*Era um menino inocente
De coraçãozinho carente
Para batalhar na vida
Mas no dia a dia mostrou diferente*

*E o tempo foi passando
Também foi mudando sua mente
Muitos já deram risada
Palavra contrária pra não ir pra frente*

*Mas só que meu Deus é forte
Sempre quebrando corrente
Quando pensa que é o final
Ele entra na guerra
E luta pela gente*

Rap cantado pelo catador G7 durante a entrevista, 2021.

RESUMO

A presente investigação teve como objetivo compreender aspectos relacionados ao trabalho, à saúde e à vida de catadores e catadoras que realizam a coleta de materiais recicláveis no bairro Grajaú e em duas cooperativas formalizadas na cidade do Rio de Janeiro/RJ, durante a pandemia de covid-19. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e descritiva que teve a observação direta e a entrevista no formato semiestruturado como técnicas para a coleta de dados. As falas dos 15 sujeitos entrevistados foram transcritas e confrontadas com o referencial teórico e interpretadas a partir das categorias trabalho, saúde e outras esferas da vida, através da análise de conteúdo de Bardin. A catação se apresenta como uma possibilidade de sobrevivência para cidadãos de todas as idades que não possuem escolaridade nem formação profissional compatíveis com as exigências do disputadíssimo mercado de trabalho, mas a atividade é precarizada e desenvolvida sob condições insalubres, perigosas e penosas. A partir da visibilidade que a reciclagem vem adquirindo, é possível verificar avanço no âmbito de políticas públicas, como a aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS/2010, mas ainda não se vislumbra sua efetividade no tocante à questão social para os atores observados nesta pesquisa. Os catadores constituem uma categoria profissional que sofre com as piores consequências das formas precarizadas de inserção laboral no capitalismo contemporâneo, pois estão desprotegidos legal e socialmente e vivem em um contexto estigmatizado pela sociedade, além de serem desassistidos no tocante a serviços como escolas, postos de saúde, espaços de lazer e cultura, saneamento básico, segurança pública.

Palavras-chave: catador de material reciclável; condições de trabalho; condições de saúde; resíduos sólidos; reciclagem.

ABSTRACT

The present investigation aimed to understand aspects related to the work, health, and life of waste pickers who collect recyclable materials in the neighborhood of Grajaú and in two formalized cooperatives in the city of Rio de Janeiro/RJ, during the covid-19 pandemic. This is a qualitative and descriptive research that had direct observation and semi-structured interviews as techniques for data collection. The speeches of the 15 interviewed subjects were transcribed and compared with the theoretical reference and interpreted based on the categories of work, health, and other spheres of life, through Bardin's content analysis. Waste picking presents itself as a possibility of survival for citizens of all ages who have no schooling or professional training compatible with the demands of the highly competitive job market, but the activity is precarious and developed under unhealthy, dangerous, and painful conditions. From the visibility that recycling has been acquiring, it is possible to verify advances in public policies, such as the approval of the PNRS/2010, but its effectiveness regarding the social issue is not yet visible for the actors observed in this research. The collectors are a professional category that suffers the worst consequences of precarious forms of labor insertion in contemporary capitalism, because they are legally and socially unprotected and live in a context stigmatized by society, besides being unassisted in terms of services such as schools, health posts, leisure and cultural spaces, basic sanitation, public safety.

Keywords: collectors of recyclable material; working conditions; health conditions; solid waste; recycling.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Mapa do município do Rio de Janeiro, com destaque da Zona Norte.	26
Figura 2	Mapa da Grande Tijuca, com delimitação em vermelho no bairro Grajaú	27
Figura 3	Mapa do Grajaú.....	28
Figura 4	Café da manhã (a) e evento natalino para catadores no Grajaú.(b).....	32
Figura 5	Mapa da Zona Norte com destaque para o bairro Maria da Graça.....	33
Figura 6	Foto aérea das instalações da Fábrica Line Material do Brasil.....	35
Figura 7	Áreas de segregação de materiais da Coopideal.....	36
Figura 8	Área de pesagem da Coopideal.....	37
Figura 9	Prensa e materiais para segregação na Coopideal.....	37
Figura 10	Área central da Coopideal.....	38
Figura 11	Arranjo físico e fluxo operacional da Coopideal.....	38
Figura 12	Mapa do Bairro Maria da Graça, com destaque para a localização das duas cooperativas.....	41
Figura 13	Museu da Coopama.....	42
Figura 14	Prensa na Coopama.....	43
Figura 15	Área de segregação de material na Coopama.....	45
Figura 16	Catadora G6	78
Figura 17	Catadora G7.....	82
Figura 18	Calçada no Grajaú com material para coleta seletiva da Comlurb.....	83
Figura 19	Catadora G2 (a) com o seu carrinho de supermercado e G5 (b) com seu carrinho de ferro.....	87
Figura 20	Catador G4 com sacola para carregar os materiais.....	88
Figura 21	Catadora G2 com seu carrinho feito com carcaça de geladeira.....	89

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Entrevistados no Grajaú.....	77
Tabela 2	Entrevista na Coopideal.....	104
Tabela 3	Entrevista na Coopama.....	121

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABES	Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental
ABRASCO	Associação Brasileira de Saúde Coletiva
ABRELPE	Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais
AMJG	Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho
ANCAT	Associação Nacional dos Catadores
BOPE	Batalhão de Operações Policiais Especiais
BPC	Benefício de Proteção Continuada
CDF	Certificado de Destinação Final
CEMPRE	Compromisso Empresarial para a Reciclagem
COMLURB	Companhia Municipal de Limpeza Urbana da Cidade do Rio de Janeiro
COOPAMA	Cooperativa Popular Amigos do Meio Ambiente
COOPIDEAL	Cooperativa de Trabalho e Produção dos Catadores de Materiais Recicláveis Ideal
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado da Assistência Social
CEREST	Centro de Referência em Saúde do Trabalhador
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
CTR	Central de Tratamento de Resíduos
EPI	Equipamento de Proteção Individual
ESP-CE	Escola de Saúde Pública do Ceará
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MNCR	Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
MSLA	Medicina Social Latino-americana
NR	Norma Regulamentadora
NUTRA	Núcleo de Psicologia do Trabalho
PCMSO	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional

PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
PPRA	Programa de Prevenção de Riscos Ambientais
RSB	Reforma Sanitária Brasileira
RSU	Resíduos Sólidos Urbanos
SM	Salário-Mínimo
TAI	Termo de Anuência Institucional
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
2	OBJETIVO	23
2.1	OBJETIVO GERAL.....	23
2.2	OBJETIVO ESPECÍFICO.....	23
3	METODOLOGIA	24
3.1	TÉCNICAS DE PESQUISA.....	25
3.2	CAMPO DE PESQUISA.....	28
3.2.1	O Bairro Grajaú	32
3.2.2	O Bairro Maria da Graça	33
3.2.2.1	Cooperativa de Trabalho e Produção de Materiais Recicláveis Ideal – Coopideal.....	34
3.2.2.2	Cooperativa Popular Amigos do Meio Ambiente – Coopama.....	41
4	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	49
4.1	MUNDO DO TRABALHO.....	48
4.2	SAÚDE COLETIVA E SAÚDE DO TRABALHADOR.....	55
4.3	RESÍDUOS SÓLIDOS – CATAÇÃO.....	61
4.3.1	Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS	68
5	RESULTADOS	76
5.1	CATADORES AVULSOS DO GRAJAÚ E SUAS SINGULARIDADES...	76
5.1.1	O Trabalho para Catadores Avulsos do Grajaú	77
5.1.2	A Saúde para Catadores Avulsos do Grajaú	90
5.1.3	Outras Esferas da Vida para Catadores Avulsos do Grajaú	94
5.2	CATADORES DAS COOPERATIVAS.....	103
5.2.1	Catadores da Coopideal e suas singularidades	104
5.2.1.1	O Trabalho para Catadores da Coopideal.....	105
5.2.1.2	A Saúde para Catadores da Coopideal.....	112
5.2.1.3	Outras Esferas da Vida para Catadores da Coopideal.....	115
5.2.2	Catadores da Coopama e suas singularidades	120
5.2.2.1	O Trabalho para Catadores da Coopama.....	121
5.2.2.2	A Saúde para Catadores da Coopama.....	125
5.2.2.3	Outras Esferas da Vida para Catadores da Coopama.....	126
6	DISCUSSÃO	131

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	137
REFERÊNCIAS.....	144
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIDIRIGIDA.....	156
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – CATADORES.....	157
APÊNDICE C – TERMO DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL – COOPERATIVAS.....	158

APRESENTAÇÃO

Enquanto psicóloga e cidadã sensível às questões sociais e humanas, há alguns anos venho observando o movimento de catadores e catadoras de materiais recicláveis nas ruas das cidades em que moro, frequento e transito. Minha percepção inicial era de que eram pessoas invisibilizadas pela sociedade e pelo poder público, ao mesmo tempo em que realizavam a importante tarefa de mitigar a disposição inadequada de materiais potencialmente recicláveis.

A preocupação com a preservação do meio ambiente também afeta o meu bem-estar psíquico: situações de desperdício em geral, seja de água ou de outros recursos naturais, comida, ou mesmo produtos industrializados, me incomodam intensamente. O uso exacerbado de descartáveis e embalagens é outra situação que me inquieta bastante, tanto nos domésticos quanto no cotidiano social.

O interesse na questão do trabalho enquanto objeto de estudo ocorreu no segundo ano da graduação, através da inserção como estagiária voluntária no Núcleo de Psicologia do Trabalho – NUTRA, projeto de extensão cadastrado desde 1994 no Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará. O NUTRA foi muito importante para minha formação acadêmica e pessoal, o que se reflete na minha carreira e atuação profissional e na escolha dos temas a serem abordados em pesquisas científicas.

A dissertação do Mestrado em Psicologia foi realizada a partir da vivência enquanto coordenadora e facilitadora de algumas atividades do projeto social executado pelo NUTRA intitulado “Alinhavando Sonhos / Construindo Realidades”, em Horizonte (município da região metropolitana de Fortaleza, capital do Ceará), realizado entre 2006 e 2008. A pesquisa seguiu a perspectiva da Psicologia Social do Trabalho, a partir da qual o homem é percebido como um sujeito ativo, social e histórico que, através do trabalho, produz sua vida material, transformando a natureza e sendo por ela transformado, em um processo constante e dialético. Essa abordagem considera que o homem se desenvolve enquanto ser humano a partir da sua relação com o trabalho.

Já a aproximação com o campo da saúde aconteceu a partir da atuação na Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP-CE), que possibilitou a ampliação do meu olhar acerca da saúde no nosso país, através da participação em inúmeras atividades voltadas para a Educação Permanente em Saúde: facilitação e coordenação de cursos de especialização, coordenação de processos seletivos, contudista de educação a distância; membro do Comitê de Ética em Pesquisa, elaboração de projetos, organização de eventos, orientação de

trabalhos de conclusão de cursos.

Enquanto servidora municipal de Horizonte no período de 2012 a 2016, atuei como psicóloga do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (Creas), onde realizava atendimento individual e coletivo com crianças, adultos e idosos vítimas de violências e/ ou em situação de vulnerabilidade social. No mesmo município, fui diretora do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest), instituição articuladora de notificações de adoecimentos relacionados ao trabalho, incluindo assédio moral e sexual; e fazia o acompanhamento de usuários junto à rede de saúde de nove municípios da região. Essa trajetória me direcionou, então, para a área de Saúde do Trabalhador.

Surgiu a possibilidade de aprofundar os conhecimentos sobre esses temas ao cursar um programa de doutorado e realizar uma pesquisa com viés em saúde do trabalhador, o que poderia possibilitar também uma contribuição para a sociedade, especificamente para um público que parece ter bastante dificuldade em obter o pão de cada dia e algum reconhecimento e visibilidade social.

Em meados do segundo ano de residente na cidade do Rio de Janeiro, resolvi voltar a estudar, mesmo trabalhando em período integral na parte administrativa (recursos humanos) de uma empresa pública da área de tecnologia. A ideia inicial, no período de seleção para o doutorado, em 2017, foi abordar uma associação de catadores que atuam no aterro sanitário de Horizonte-Ceará, município onde possuo vínculos familiares e políticos, que poderiam facilitar a articulação de ações para a melhoria dos processos de trabalho do grupo, mesmo morando em outro estado. Contudo, as consequências da pandemia do SarsCoV-2 (corona vírus), decretada em março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS), e a disseminação da doença covid-19 no Brasil, inviabilizaram esse propósito, além da minha gravidez, cujo parto do meu primeiro filho ocorreu no mês de janeiro de 2022.

Na perspectiva de buscar outros caminhos que não inviabilizassem o propósito da pesquisa, no que diz respeito ao público e à temática, começamos a observar novos cenários e, enquanto moradora do bairro do Grajaú, na cidade do Rio de Janeiro-RJ, a partir de meados do primeiro semestre de 2020, comecei a perceber a presença e o movimento de pessoas vasculhando os sacolões de lixo nas calçadas das ruas desse bairro, especialmente na parte da manhã, e vislumbrei um novo campo, considerado interessante para a pesquisa acadêmica, pelo fato de ter relação direta com a questão inicial que já trabalhávamos na época do ingresso no doutorado.

A percepção dessa atividade informal, aparentemente realizada nos dias em que os caminhões da coleta regular passavam, com pessoas atuando individualmente ou em duplas,

às vezes com carrinhos de supermercado ou de outro tipo, chamou-me atenção por frequentarem um bairro residencial de classe social média, mostrando um antagonismo de diferentes classes em um mesmo espaço, expressão perversa do capitalismo.

Outro campo interessante diz respeito às atividades desenvolvidas pelos catadores que atuam em cooperativas de reciclagem formalizadas que têm apoio da Companhia Municipal de Limpeza Urbana da Cidade do Rio de Janeiro (Comlurb) no que diz respeito ao recebimento de resíduos da coleta seletiva. Estabelecemos contato ,então, com duas cooperativas, a saber: Cooperativa de Trabalho e Produção dos Catadores de Materiais Recicláveis Ideal (Coopideal) e Cooperativa Popular Amigos do Meio Ambiente Ltda (Coopama).

Considerando a situação de pandemia de covid-19, aliado à falta de recursos financeiros para a realização de projetos de intervenção, proposto fora do Rio de Janeiro, junto à possível disponibilidade dos sujeitos para entrevistas, a acessibilidade / praticidade dos locais para a realização de abordagem por parte de uma pesquisadora, que atuou de forma individualizada, foram fatores que influenciaram na escolha desses campos de pesquisa.

Assim, compreender questões relacionadas aos processos de trabalho e à saúde dos trabalhadores no processo de produção capitalista, através da valorização das experiências dos catadores de materiais recicláveis da cidade Rio de Janeiro, constitui o cerne desse projeto, almejando colaborar com a luta pela garantia de direitos da categoria. O desenvolvimento da pesquisa se mostrou um grande desafio desde o início, por se tratar de um terreno não familiar para mim, tendo em vista que não havia tido contato ainda de forma profissional nem acadêmica com assuntos de intensa complexidade como catadores de materiais recicláveis e resíduos sólidos e as várias dimensões que perpassam as problemáticas envolvidas. Busquei, então, sedimentar alguns pilares teóricos para dar sustentação básica às discussões, ciente de que as interpretações e os focos são inesgotáveis.

As problemáticas envolvendo os resíduos sólidos, quer sob a dimensão econômica, ambiental, política, social e mesmo de saúde pública, vêm despertando cada vez mais o interesse da sociedade brasileira nas últimas décadas. Mesmo assim, ainda há muito o que se conquistar no que se refere às condições de vida e trabalho dos atores alvo desse estudo. Nesse sentido, a angústia de que não poderia levar algo de concreto para o público pesquisado, na forma de melhorias nos processos de trabalho, por exemplo, me perseguiu durante todo o curso e se revelou paralisante para o processo de desenvolvimento da tese o tempo inteiro, me levando várias vezes ao pensamento de desistir da pós-graduação.

Tal sensação de “inutilidade” da pesquisa era eventualmente amenizada, como durante as orientações com os professores e na realização e análise das entrevistas, pois o fato de me colocar à disposição para ouvir as histórias de vida, opiniões e sentimentos dos sujeitos pode ter representado um momento de desabafo e reconhecimento para eles, e de valorização da sua fala, como colocado por um entrevistado:

Muito obrigado pela sua atenção, porque isso é sincero. São poucos que param para conversar. Poucos. [...] Se você soubesse o valor que tem quando você pra pra conversar com um de nós, poxa, é um valor imenso, que às vezes você está ali conversando, só de você dar atenção à pessoa, você está tirando do pensamento dela de fazer, desculpa a palavra, fazer merda” (Entrevista concedida em 30/10/21 pelo catador G5).

E para além do valor dessa fala, consideramos que a comunidade acadêmica poderá usufruir e/ou tomar como ponto de partida algumas considerações/resultados aqui apontados para novos estudos e pesquisas, que ampliarão o universo do mundo do trabalho de catadores e catadoras de materiais recicláveis, não somente na cidade do Rio de Janeiro, mas também no país, ressaltando as singularidades locais.

1 INTRODUÇÃO

O descarte de produtos e materiais considerados inservíveis pelos indivíduos acompanha a humanidade desde os seus primórdios e ampliou consideravelmente a partir da urbanização, pois a reunião de pessoas num mesmo local ocasiona a produção de resíduos sólidos. Porém, somente há algumas décadas, esse hábito vem se tornando alvo de preocupação no mundo devido às consequências da transformação de grandes volumes desses materiais junto à população e ao meio ambiente em geral.

As alterações no estilo de vida, nos modos de produção e no consumo da população, relacionadas com o desenvolvimento econômico, o crescimento populacional e a urbanização, ocasionam aumentos na produção de resíduos sólidos, especialmente nos grandes centros urbanos, tanto em quantidade quanto em diversidade (GOUVEIA, 2012). Esse volume excessivo de resíduos descartados, causado pelo padrão de consumo da sociedade, compromete diretamente a qualidade do ambiente, prejudica o clima e ameaça a saúde humana (FEITOSA, 2018; KAZA *et al*, 2018).

Entrando no século 21, à medida que a força de trabalho global continua a se expandir, o número de empregos está diminuindo e, mais do que nunca, bilhões de homens e mulheres que dependem inteiramente do trabalho para sua subsistência experimentaram o flagelo do desemprego diretamente ou encontraram cada vez mais novas formas de trabalho informal, intermitente, precário, "flexível", testemunhando a erosão de seus direitos sociais e conquistas históricas (ANTUNES, 2018).

O sistema capitalista vem avançando, juntamente com o seu modo de produção insustentável, no qual o incentivo ao consumo e ao descarte aparece como pilar que cresce de forma cada vez mais acelerada, e fazendo com que os desafios relativos à questão dos resíduos sólidos aumentem e não tenham respostas substanciais de enfrentamento pelo poder público e pela sociedade de forma mais geral (DUTRA, 2021). Nesse sentido, a questão de pensar em ações transformadoras capazes de conferir novo sentido à produção e ao consumo requer a abordagem da lógica do sistema produtor de mercadorias, e não apenas abordar o trabalho no lixo e o próprio lixo (MONTENEGRO, 2017).

Mesmo antes da pandemia, o descarte do lixo domiciliar já vinha apresentando uma aceleração logarítmica, em paralelo com a velocidade inerente à produção e ao consumo das mercadorias na modernidade, o que implica na tendência de que o lixo, em virtude de taxas exponenciais de geração, mantenha expansão desenfreada na maior parte do planeta (WALDMAN, 2010).

O lixo produzido e não coletado, quando é disposto de maneira irregular nas ruas, rios, lagos e terrenos vazios, tem efeitos maléficos como assoreamento de rios e córregos, entupimento de bueiros, com conseqüente aumento de enchentes nas épocas de chuva, além da destruição de áreas verdes, mau cheiro, proliferação de moscas, baratas e ratos, com conseqüências diretas ou indiretas para a saúde pública (TUCCI, 2008).

Em agosto de 2010, o então presidente Luís Inácio Lula da Silva sancionou a lei nº 12.305, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis (BRASIL, 2010). E, em 07/12/2010, sancionou o Decreto 7404/2010, que regulamenta a referida lei.

O país enfrenta o desafio de gerenciar adequadamente os resíduos, buscando erradicar definitivamente os lixões a céu aberto. Os resíduos se tornam alvo das discussões, uma vez que, ao mesmo tempo em que o poder público deve buscar soluções, a população deve ser sensibilizada quanto à modificação de hábitos e costumes, a fim de reduzir os resíduos produzidos, separando o que pode ser reciclado ou reutilizado.

O tratamento adequado aos resíduos sólidos urbanos e à reciclagem integra o conjunto de temas da agenda contemporânea de debates sobre o desenvolvimento sustentável, sobretudo após o início dos anos 1980, quando a questão ambiental passa a evidenciar uma preocupação global e imediata em todo o mundo (IPEA, 2013).

Dentre as alternativas de tratamento para os resíduos urbanos, a reciclagem se configura como uma saída apropriada (MEDEIROS; MACEDO, 2006; GONÇALVES; ABEGÃO, 2006; WALDMAN, 2010). Apesar de mais baratas e fáceis de executar, alternativas como lixões, aterros sanitários e usinas de desidratação, trazem em si uma série de limitações e prejuízos ao meio ambiente (GONÇALVES; ABEGÃO, 2006). A reciclagem traz benefícios ambientais através da economia de recursos e possibilita o reaproveitamento de materiais descartados novamente ao circuito, além de possibilitar ganhos sociais com a inclusão socioprodutiva dos catadores no circuito (MEDEIROS; MACEDO, 2006).

A reciclagem e a coleta seletiva, enquanto alternativa para o esgotamento de recursos naturais do planeta e para o excesso de produção de resíduos pela sociedade consumista, são processos que trazem os envolvidos para o centro da discussão da gestão, através de estratégias de protagonismo nas mudanças (MATTOS *et al*, 2021).

Os catadores de material reciclável realizam um serviço de utilidade pública muito

importante no contexto urbano atual, uma vez que coletam materiais para a reciclagem que ocupariam maior espaço em aterros sanitários e lixões se fossem descartados (SILVA *et al.*, 2013). Esses trabalhadores podem ser considerados os grandes protagonistas da indústria de reciclagem no Brasil, detendo posição fundamental na gestão de resíduos sólidos (GOUVEIA, 2012; MONTENEGRO, 2017).

O desemprego é motivo comum de direcionamento das pessoas para a atividade de catação e é reconhecido como vilão na sociedade, tendo em vista que o homem se habilita através do trabalho a ser inserido no mundo e sem ele fica difícil alcançar as esferas da vida social, coletiva e individual (BASTOS, 2014). Moura e Gonçalves-Dias (2020) também apontam o desemprego e a falta de acesso à oportunidade de trabalho como causa para o grande contingente de pessoas que têm como fonte de renda a venda de materiais reciclados.

Pesquisadores publicaram recentemente um livro no qual realizaram um balanço para avaliar avanços e retrocessos da PNRS/2010, passados dez anos de sua aprovação, discutindo aspectos com reflexos no meio ambiente, na economia, na saúde do trabalhador e na sociedade e, analisando, dentre outras questões: o cumprimento ou não dos objetivos da lei; a efetivação ou não de ações previstas para implementação da logística reversa; o cumprimento ou não do papel da indústria de reciclagem na dinamização da Economia Nacional e na viabilização da participação dos trabalhadores; a ocorrência ou não do processo de inclusão socioeconômica dos trabalhadores e trabalhadoras de associações e cooperativas de coleta e separação de materiais recicláveis (BASTOS; MATTOS, 2021). Algumas das considerações serão apresentadas ao longo desta tese.

O trabalho, a saúde e a vida de catadores de materiais recicláveis, sob o viés da experiência dos próprios trabalhadores, é um tema de relevância para as atuais discussões e produção de conhecimento do campo da Saúde do Trabalhador.

A produção de pesquisas sobre os catadores e suas condições de trabalho e saúde é relativamente recente e vem progredindo a partir das duas últimas décadas, evidenciando um gradativo interesse pela temática por parte de pesquisadores das áreas de saúde, trabalho e meio-ambiente. Tais estudos devem ser levados em consideração ao se tomarem medidas relacionadas ao aspecto social e econômico desses sujeitos (GALON; MARZIALE, 2016).

O envolvimento dos próprios catadores nos processos de mudança é um aspecto fundamental para o alcance de qualquer melhoria em suas condições de saúde, vida e trabalho, de forma que o investimento em discussões relativas à cidadania e à autoestima com os próprios catadores deve ser o ponto de partida para eventuais mudanças no cenário (PORTO *et al.*, 2004).

Souza *et al.*, (2020) afirmaram que ainda há poucos estudos no Brasil dedicados a identificar e quantificar, de forma sistemática, os diferentes tipos de agentes que implicam riscos à saúde dos catadores de materiais recicláveis, mesmo diante da grande quantidade de pessoas nessa atividade (SOUZA *et al.*, 2020).

Antunes (2022) ponderou que a pandemia se proliferou no solo da crise estrutural do Capital, desempregando milhões de trabalhadores e trabalhadoras e levando milhões de pessoas à morte em todo o mundo.

A vivência da pandemia de covid-19 ocasionou inúmeras mudanças nos processos de trabalho e de vida das pessoas e categorias profissionais, de forma que esse estudo se faz necessário.

O interesse surgiu a partir da relevância do tema de tratamento dos resíduos sólidos na atualidade e das consequências advindas para o trabalhador das condições em que a atividade vem sendo desenvolvida.

Não foram encontrados estudos abordando o público mencionado que atua no bairro Grajaú, mas há pesquisas acadêmicas recentes envolvendo cooperativas que atuam em parceria com a Comlurb na cidade do Rio de Janeiro em algumas áreas científicas, como Engenharia Química e Engenharia Ambiental. Mesmo assim, não se esgotam as possibilidades de analisar os fenômenos que perpassam o cotidiano de trabalho e a vida dessa importante categoria de trabalhadores.

A presente tese está distribuída da seguinte forma: inicialmente são apresentados os objetivos e a metodologia utilizada para alcançá-los. Três capítulos compõem a fundamentação teórica, sendo o primeiro sobre o mundo do trabalho, o segundo sobre saúde do trabalhador e o terceiro sobre aspectos relacionados a resíduos sólidos, atividade de catação e, principalmente, sobre a PNRS. Os resultados seguem por meio de subtópicos com análise dos dados coletados nas ruas do Grajaú e nas duas cooperativas abordadas, a partir das categorias de análise. O capítulo Discussão oferece confrontos com outras pesquisas realizadas e, finalmente, são tecidas nas Considerações as conclusões, limitações e desdobramentos do estudo.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Compreender aspectos relacionados ao trabalho, à saúde e à vida de catadores e catadoras que realizam a coleta de materiais recicláveis no bairro Grajaú e em duas cooperativas formalizadas na cidade do Rio de Janeiro/RJ, durante a pandemia da covid-19.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Conhecer aspectos relacionados aos processos de trabalho de catadores que realizam venda de materiais recicláveis no Grajaú e em duas cooperativas de reciclagem, Rio de Janeiro/RJ.
- Conhecer aspectos relacionados às condições de saúde e de vida de catadores que realizam coleta de materiais recicláveis no Grajaú e em duas cooperativas de reciclagem, Rio de Janeiro/RJ.

3 METODOLOGIA

A saúde do trabalhador representa uma das frentes da área Saúde e Ambiente, que, assim como o campo da Saúde Coletiva, articula “a produção do conhecimento com as transformações de sentido emancipatório, cuidando da função social da ciência e da saúde da população”, reconhecendo a potência do diálogo entre pesquisadores, profissionais, trabalhadores, entidades civis e movimentos sociais (AUGUSTO *et al.*, 2014).

Surgiu, então, a seguinte indagação relativa aos trabalhadores da catação de materiais recicláveis, que foi dialogada com os próprios atores nesta pesquisa:

Como são as condições de trabalho, de saúde e de vida dos catadores (as) de materiais recicláveis que fazem coletas de maneira avulsa no bairro Grajaú e de cooperados em organizações coletivas no Rio de Janeiro-RJ?

As seguintes premissas norteadoras auxiliaram a elaboração dessa pesquisa:

a) Estima-se que os catadores de materiais recicláveis que atuam no bairro Grajaú e nas cooperativas são indivíduos que encontram essa atividade como a única possibilidade no momento de sobrevivência individual / familiar e que vivenciam situações de vulnerabilidade social, relacionadas a condições precárias de moradia, alimentação e saúde. Quanto aos primeiros, provavelmente residem em bairros próximos e se deslocam somente a pé, sem uso de meio de transporte público ou particular, tanto para chegar nas ruas de coleta quanto para transportarem o material coletado até os pontos de venda, e depois para retornarem ao local de moradia. Os catadores que atuam nas cooperativas, por sua vez, podem receber auxílio transporte no caso de morarem longe do local de trabalho.

b) Aqueles sujeitos que atuam nas ruas e que utilizam carrinho de mão ou similares talvez tenham esse objeto como empréstimo ou aluguem dos pontos de comercialização para ampliarem o montante de material coletado. Parece que todos percorrem grandes distâncias diariamente, carregando dezenas de quilos de materiais diversos (papéis, plásticos, metais, vidros) nas costas ou através de carrinhos.

c) Aparentemente não utilizam instrumentos de trabalho além do próprio corpo e não fazem uso de equipamentos de proteção individual (EPI) como botas, luvas e óculos para se protegerem de intempéries e evitarem danos físicos e biológicos ao próprio organismo. Já nas cooperativas, deve haver a disponibilização de algum tipo de EPI, pelo menos luvas e óculos de proteção, para a realização da atividade laboral que deve contemplar várias horas de pé durante a separação dos materiais.

d) A remuneração deve ser bastante variável nas duas situações, sem nenhum valor

fixo ou garantido a priori, a não ser a partir daquilo que conseguem juntar ao final de um período de trabalho.

e) Com relação à saúde, tem-se a impressão inicial de que os catadores se consideram saudáveis, já que estão conseguindo trabalhar, e que não são frequentadores assíduos da rede pública de saúde do município com relação a prevenção de doenças. Buscam essas instituições apenas em situações que consideram mais graves, como em acidentes e ocorrência de dores e adoecimentos extremos que os impeçam de se locomover e / ou trabalhar.

f) A pandemia de covid-19 afetou bastante a vida dessas pessoas, tanto com relação à ocorrência de contaminações e talvez até mortes entre os familiares, quanto em termos de oportunidades de trabalho e renda.

Essas ideias relacionadas ao trabalho, à saúde e à vida da população-alvo foram analisadas na presente investigação.

3.1 TÉCNICAS DE PESQUISA

A aplicação dos conceitos e noções mediadoras do campo da saúde do trabalhador “possibilita diversas formas de tratamento para identificar situações de exposição de grupos / categorias / setores e seus efeitos potenciais ou reais sobre a saúde, configurando perfis epidemiológicos diferenciados” (MINAYO-GÓMEZ; THEDIM-COSTA, 1997, p. 28).

Quando se visa uma ação transformadora, as estratégias adotadas podem combinar abordagens quantitativas e qualitativas, mas devem ter como premissa metodológica a interlocução com os próprios trabalhadores, sujeitos essenciais e depositários de um saber emanado da experiência (MINAYO-GÓMEZ; THEDIM-COSTA, 1997).

Tal premissa remete à Clínica da Atividade, perspectiva criada por Yves Clot, no início dos anos 2000, que se assenta em concepções histórico-dialética de linguagem e de desenvolvimento humano, elaboradas, respectivamente, por Bakhtin e Vygotsky, e tem muito a contribuir com as problematizações inovadoras no que concerne às demandas em saúde do trabalhador que propõem autonomia e protagonismos dos trabalhadores (PINHEIRO *et al*, 2016).

Para Laurell (1982), a determinação do processo de saúde-doença significa reconhecer a especificidade de cada um dos aspectos biológicos e sociais, assim como analisar a relação que conservam entre si, o que implica em conseguir as formulações teóricas e as categorias que permitam abordar seu estudo cientificamente.

A presente investigação se trata de uma pesquisa descritiva, em razão de descrever as características de determinadas populações ou fenômenos utilizando técnicas padronizadas de coletas de dados como o questionário (GIL, 2007), assim como de um estudo de caso, por se limitar a um universo particular (LAKATOS; MARCONI, 2009).

Quanto à forma de abordar a problemática, esta investigação se classifica como pesquisa qualitativa, que se caracteriza, a princípio, pela não utilização de instrumental estatístico na análise de dados (ZANELLA, 2009).

Incorporando referenciais da biótica de autonomia, não maleficência, beneficência, justiça e equidade, dentre outros, a presente investigação foi previamente submetida ao Comitê de Ética e Pesquisa da ENSP, conforme Resolução 466 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2012). Somente após aprovação, formalizada pelo Parecer Consubstanciado do CEP ENSP / Fiocruz N° 4.961.782 / 2021, foi iniciada a pesquisa de campo.

Com relação à coleta de dados, foi realizada observação direta, percorrendo-se as ruas do bairro Grajaú em diferentes horários e dias, bem como acompanhando os catadores durante a coleta, separação e armazenamento de materiais, a fim de perceber aspectos relacionados ao processo de trabalho dos catadores, além de entrevistas. Já nas cooperativas de reciclagem, foram feitas visitas para observação e realização das entrevistas, acordadas com as organizações, a partir do horário de funcionamento e da disponibilidade dos trabalhadores, para o conhecimento das instalações e a respeito da rotina e das atividades desenvolvidas.

As entrevistas foram elaboradas no formato semiestruturado, compreendidas na visão de Cruz Neto (1994) como uma técnica que articula as modalidades estruturada e não estruturada de entrevistas, de forma que o investigador se utiliza de perguntas previamente formuladas, ao mesmo tempo em que o informante aborda livremente o tema proposto. O roteiro de perguntas (Apêndice A) foi baseado nos instrumentos de pesquisas dos autores Sousa (2009), Benvindo (2010) e Silva (2011) e contém itens principalmente sobre trabalho, saúde e vida.

Foram realizadas 15 entrevistas individuais com pessoas de ambos os sexos e de diferentes faixas etárias, sendo sete nas ruas do Grajaú, e quatro em cada uma das cooperativas. Baseando-se na observação direta, estima-se que circulavam na área percorrida do bairro Grajaú aproximadamente 20 trabalhadores da catação no período da pesquisa. A população total da pesquisa nas cooperativas consistia em 86 membros na Coopama e em torno de 40 trabalhadores na Coopideal, segundo informações coletadas nas entrevistas.

Os critérios de inclusão foram a disponibilidade em participar da pesquisa e idade superior a 18 anos. Como critério de exclusão foi definido o desejo de não participar da pesquisa. As entrevistas foram registradas com uso de aplicativo para gravação via aparelho celular, após consentimento dos sujeitos e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndice B), que teve duas vias impressas, sendo uma para a pesquisadora e outra para o sujeito. A autorização da participação das cooperativas foi viabilizada através da assinatura de um Termo de Anuência Institucional – TAI (Apêndice C) pelos dirigentes, visando resguardar a utilização de dados das duas organizações.

A abordagem aos catadores no bairro Grajaú foi realizada de forma aleatória, durante o trabalho de campo para observação direta no período matutino, em dias úteis e finais de semana (sábados). As entrevistas aos catadores das cooperativas foram realizadas de forma presencial a partir de visitas programadas com a administração das organizações.

Os benefícios da pesquisa são indiretos e estão relacionados ao fato de que os resultados poderão ajudar a aumentar a visibilidade das condições de trabalho e de saúde dos catadores de materiais recicláveis no Rio de Janeiro para o poder público e para a sociedade em geral.

Foi considerada a existência dos seguintes riscos / danos possíveis, conforme Tabela com exemplos de riscos e medidas minimizadoras para os participantes de pesquisa (UNIFAL, 2021): desconforto; vergonha; estresse; cansaço, aborrecimento e alterações de comportamento. Os sujeitos foram convidados a falar sobre si mesmos, por isso lhes foi reservado o direito de não responder qualquer pergunta e desistir da pesquisa a qualquer momento. Não houve qualquer incidente nesse sentido durante todas as entrevistas realizadas.

Gomes (2001) defende o posicionamento de que a análise e a interpretação estão contidas em um mesmo movimento, que é o de olhar atentamente para os dados da pesquisa. Minayo (1999) aponta que a fase de análise de uma pesquisa possui três finalidades, que são complementares entre si: estabelecer uma compreensão dos dados; responder às questões formuladas; e ampliar o conhecimento sobre o assunto, articulando-o ao contexto do qual faz parte.

Silva (2004) considera que é possível contar uma história de muitas formas; naquela escolhida, o historiador revela-se pelos elementos que delimitam e confortam o que será contado, definindo os recortes que realçam alguns fatos. Os dados das entrevistas foram transcritos e abordados através da análise de conteúdo de Bardin (1997), com o objetivo de interpretar o conteúdo dos discursos dos sujeitos por meio de categorias fundamentais, que

foram definidas durante o tratamento dos dados e confrontamento com o referencial teórico. São elas: trabalho, saúde e outras esferas da vida.

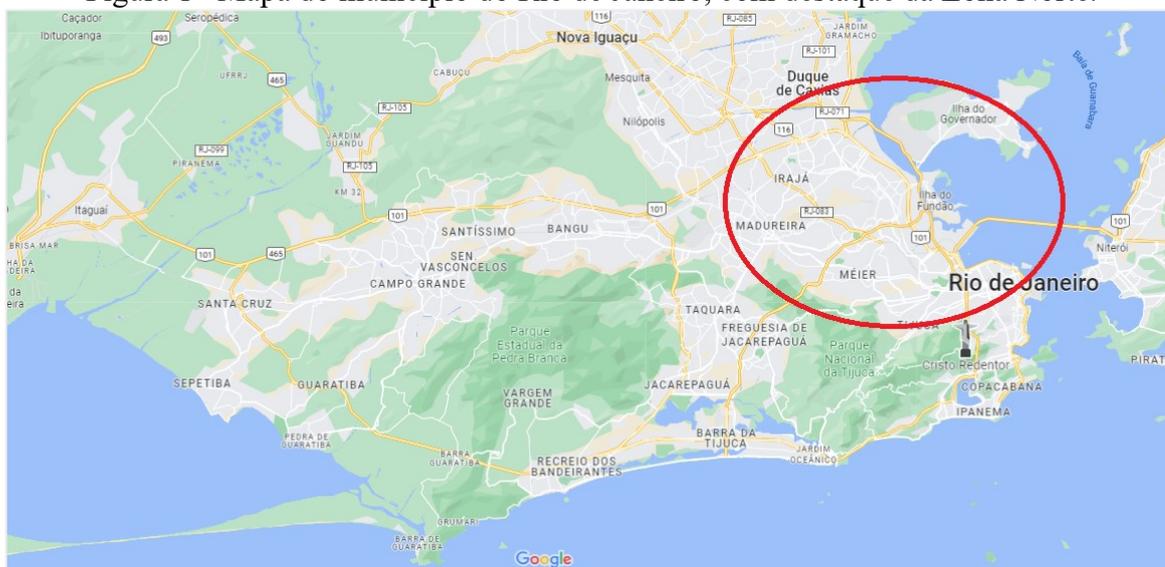
Nas citações literais, optamos por manter a transcrição conforme os entrevistados falaram, então, pode haver erros de gramática e / ou sintaxe que não foram corrigidos propositalmente, e alguns termos utilizados por eles durante o diálogo que não fazem parte da língua culta estão entre aspas.

Os resultados da pesquisa serão encaminhados para as cooperativas participantes e divulgados através da publicação de artigos em periódicos e eventos científicos das áreas de Saúde Coletiva, Ciências Humanas e Sociais e afins, assim como a pesquisadora ficará disponível para a disponibilização desses resultados junto aos catadores do bairro Grajaú.

3.2 CAMPOS DE PESQUISA

Os locais para realização da pesquisa abrangeram o bairro Grajaú, na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, e duas cooperativas de catadores de materiais recicláveis localizadas no bairro Maria da Graça, também na Zona Norte. Esta área se localiza ao norte do Maciço da Tijuca, ao sul da Baixada Fluminense e a oeste da Baía de Guanabara.

Figura 1– Mapa do município do Rio de Janeiro, com destaque da Zona Norte.



Fonte: *Google Maps*, 2022.

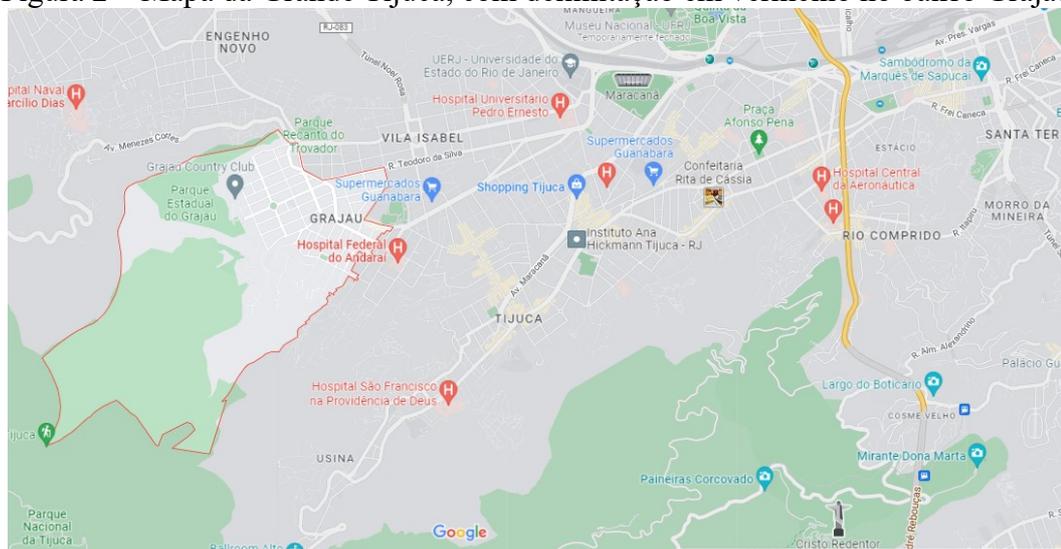
Será apresentada uma descrição das localidades e das instituições alvo desse estudo nos subitens que seguem.

3.2.1 O Bairro Grajaú

O Grajaú é um bairro residencial situado na região da Grande Tijuca conforme Figura 2, que possui ruas largas e bastante arborizadas, com muitas casas e jardins, tendo como vizinhos os bairros Tijuca, Vila Isabel, Andaraí, Alto da Boa Vista, Engenho Novo, Lins de Vasconcelos, além de fazer limite, através da Serra da Carioca, com o bairro de Jacarepaguá.

Segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 38.671 habitantes residiam em 2010 nesse território com 573,9 hectares de área.

Figura 2 – Mapa da Grande Tijuca, com delimitação em vermelho no bairro Grajaú.



Fonte: *Google Maps*, 2022.

O site da Prefeitura do município do Rio de Janeiro possui uma série de artigos intitulada “Bairros Cariocas”, de onde foram extraídas as informações que seguem sobre a localidade do estudo (ALMEIDA, 2019).

O vocábulo Grajaú vem do termo indígena “uirá-ya-hú”, ou a corruptela “grajahú”, em alusão ao formato da Pedra de mesmo nome, que se assemelha a um cesto que os índios usavam para carregar as aves vivas que caçavam.

O bairro foi edificado nas proximidades do Pico do Papagaio, pedra que se tornou seu símbolo, e sobre o Vale dos Elefantes, no Maciço da Tijuca. A primeira rua aberta na região recebeu o nome de Estrada do Andarahy, em 1875, que atualmente é denominada Rua Barão de Mesquita.

Grajaú faz parte de uma região conhecida no século XVI como Andaraí Grande, que pertencia a uma grande sesmaria que fora doada aos padres jesuítas e cujas terras foram

disponibilizam psicoterapia, terapias holísticas e atividades de arte-educação, como grupos de estudos e oficinas vivenciais. O trânsito é tranquilo, sem semáforos, e é agradável andar a pé em qualquer horário do dia, em virtude das sombras das árvores e do pouco movimento de automóveis e ônibus.

A circulação de carros é interrompida aos domingos e feriados ao redor da principal praça, facilitando o lazer de crianças e adultos com bicicletas, patins, skate, bolas. Há também brinquedos no parquinho para crianças, espaço para cachorros correrem, feira de artesanato com a exposição de diversos produtos feitos por artesãos locais e feira de produtos orgânicos no finais-de-semana. Eventos culturais são realizados periodicamente pela associação do bairro e pela igreja.

Outra opção de lazer diz respeito a dois clubes tradicionais, que disponibilizam várias modalidades esportivas, teatros e academias. Grajaú Country Club e Grajaú Tênis Clube, que estão presentes desde o século XX e movimentam a vida pública local, com campeonatos poliesportivos e eventos diversos.

A igreja católica Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, localizada na praça Edmundo Rego, tem arquitetura bizantina e organiza diversos eventos, em especial a tradicional Festa Junina do Grajaú – Fejug. Nessa ocasião, a praça recebe um palco para apresentação de música caipira e outras canções tradicionais e fica repleta de barraquinhas com comidas típicas, brincadeiras e atividades tradicionais.

Em 2002, a reserva ambiental do Grajaú, criada em 1978, foi elevada à categoria de parque, com manutenção pelo poder público do Estado. A área abriga diversas espécies de fauna e flora e possui um total de 550 mil metros quadrados, dos quais 30 mil estão destinados ao lazer da comunidade, na forma de piqueniques, prática de esportes e contato com a natureza.

A quantidade de bares e botecos vem crescendo e criando mais opções de diversão para os moradores, além de atrair visitantes de outras localidades, pois proporcionam festivais de *food truck*, shows e eventos sociais.

Em adição ao que é divulgado no endereço eletrônico da Prefeitura, o Grajaú possui outras características relevantes. Além da Igreja Católica da praça principal mencionada anteriormente, existem outras paróquias menores e instituições de outras religiões, como umbanda, candomblé e centros de espiritismo. É comum visualizar nas esquinas das ruas, materiais de trabalhos típicos de oferendas para entidades, como alimentos, garrafas com bebidas alcoólicas, imagens de santos etc.

O concurso Comida Di Buteco consiste em uma competição nacional na qual bares

das cidades participantes criam petiscos que são avaliados pelo público. Na edição de 2022, o Grajaú teve seis estabelecimentos cadastrados, em detrimento de três na versão de 2021, o que demonstra a atratividade gastronômica e cultural do bairro.

Além dos estabelecimentos comerciais e de serviços em volta da Praça Edmundo Rego, o bairro dispõe de uma área comercial com intensa concentração de lojas, instituições bancárias, bares, consultórios de saúde etc., chamada de Verdun, que fica nas proximidades de uma pequena praça com o mesmo nome.

Com relação a serviços, existem hospitais particulares e públicos no seu interior ou no seu entorno, além de instituições educacionais particulares e públicas de Ensino Infantil, Fundamental, Médio e ainda Superior.

Existe uma ação beneficente no Grajaú realizada todos os sábados pela manhã, na qual um grupo de pessoas disponibiliza lanche em frente a uma residência para catadores de materiais recicláveis. Além da comemoração de determinadas datas festivas, como o Natal, conforme Figura 4 (a) e (b)

Figura 4 – Café da manhã (a) e evento natalino para catadores no Grajaú.(b)



Fonte: Acervo pessoal, 2021.

Durante a pesquisa de campo, um dos entrevistados mencionou e informou o local da ação e disse que tentava comparecer sempre que dava. Foi então que eu conheci de perto a ação, que oferece alimentos como café, leite, sanduíche de ovo, frutas e água, com variações a depender das doações daquela semana. As comidas ficam expostas em cima de uma mesa com um recado para os catadores. Duas das entrevistas foram realizadas por ali.

3.2.2 O Bairro Maria da Graça

Situado também na zona norte da capital fluminense, o bairro Maria da Graça acolhe as duas cooperativas abordadas nesta pesquisa, e tem como vizinhos os bairros Jacarezinho, Del Castilho, Cachambi, Higienópolis e Manguinhos. A estimativa populacional do bairro foi de 7.972 habitantes em 2010 (IBGE), distribuídos em 82,5 hectares de área¹. De acordo com a Figura 5.



Fonte: *Google Maps*, 2022.

Historicamente, a região abrigava a Fazenda Maria da Graça, pertencente à família Cardoso Martins. A denominação Bairro Jardim Maria da Graça surgiu em 1925, quando a Companhia Imobiliária Nacional adquiriu as terras para atender a demanda de moradias para os seus trabalhadores (SILVEIRA, 2008). Nesse período, a cidade do Rio de Janeiro sucumbia nessa região à ideia dos subúrbios jardim construídos na Inglaterra no final do século XIX, a fim de melhorar a qualidade de vida dos habitantes, através de uma baixa densidade populacional, ruas largas e arborizadas, casas separadas por cercas vivas e em um local tranquilo (SILVEIRA, 2008).

No final do século XIX, foi inaugurada a estação ferroviária Dr. Cesário Machado e,

¹ No ano de 2022 o IBGE iniciou a realização do Censo 2022, mas até o fechamento dessa pesquisa os dados ainda não estavam disponíveis.

posteriormente, a Estação Maria da Graça, ambas hoje desativadas. Somente em 1983, com a inauguração da Linha 2 do metrô, o bairro recebeu uma nova estação de metrô, denominada Maria da Graça. Pela região passam ônibus que vão para o Cachambi, Centro, Del Castilho, Praça Seca, Irajá, Penha, Olaria, Mariópolis, Méier, Tijuca e Vila Isabel.

Conhecido também como Bairro dos Ingleses, o bairro ainda preserva diversos imóveis construídos nas primeiras décadas do século XX, como casas grandes e com bom acabamento, fazendo com que seja considerada uma área nobre na Zona Norte carioca. Algumas dessas residências foram adaptadas e transformadas em casas de festas para a celebração de eventos, aniversários e comemorações em geral.

Em virtude das ruas arborizadas e calçadas largas, os moradores costumam realizar caminhadas e passeios e praticar esportes ao ar livre e contam com bares diversos para lazer. Uma vez por mês ocorre a chamada “Feira do Bairro dos Ingleses”, no Largo da Rua Pires de Carvalho, que fica próximo à Estação de Metrô Maria da Graça. O evento movimentava a economia local ao dispor barracas padronizadas tradicionalmente nas cores vermelha e branca para venda de artesanato, além de música ao vivo e recreação infantil.

O bairro possui centros para a prática de esportes (Maria da Graça Futebol Clube, Festa do Gol e Banda Irmãos Pepino), uma Escola Municipal (E.M. Pernambuco), um Colégio Estadual (Professor Horácio Macedo), uma Paróquia (Igreja Nossa Senhora das Graças), uma Igreja Presbiteriana, uma Assembleia de Deus, uma Igreja Universal do Reino de Deus e uma Comunidade Evangélica Projeto Vida. Existem opções diversificadas de bares e dois shoppings centers próximos ao bairro (Nova América e Norte Shopping).

3.2.2.1 Cooperativa de Trabalho e Produção de Materiais Recicláveis Ideal – Coopideal

A Coopideal foi instituída em 15 de janeiro de 2015, e é fruto da união de catadores e catadoras que atuavam na catação no extinto Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho – AMJG, conhecido como Lixão de Gramacho, em Duque de Caxias. Atualmente, funciona no espaço em Maria da Graça, sito à Rua Miguel Ângelo, nº 385, ocupando um espaço de aproximadamente 1000m² de um dos prédios da antiga fábrica da Line Material do Brasil / Hitachi, conforme apresentado na Figura 6, fabricante de aparelhos e equipamentos para distribuição e controle de energia elétrica, cujas atividades foram encerradas em 2007.

Figura 6 – Foto aérea das instalações da Fábrica Line Material do Brasil.



Fonte: *Google Maps*, 2022.

Baseados nos princípios de trabalho coletivo e autogestão, seus membros acreditavam em uma remuneração justa pelo serviço ambiental prestado como meio de quebrar o ciclo de marginalização social que sempre foi designado aos catadores, buscando então promover a valorização e permitir a ascensão social e econômica dos cooperados (COOPIDEAL, 2022).

Em 2018, uma parceria com a Coca-Cola e a Ambev, intermediada pela plataforma Reciclar pelo Brasil, proporcionou à Coopideal adquirir um caminhão que possibilita participar, com melhores perspectivas de sucesso, de editais governamentais de coleta seletiva e realizar coletas em locais diversos por toda a cidade. Outros parceiros são mencionados no site da instituição: Comlurb / Prefeitura do Rio, MNCR, Ocais, Projeto EConceição, Teiars, UERJ, UFRJ (COOPIDEAL, 2022).

A partir de uma reestruturação que vem ocorrendo desde 2019, a organização vem buscando um posicionamento de mercado mais competitivo e uma valorização das cooperativas no processo de logística reversa. Seus dirigentes têm como meta oferecer uma remuneração digna aos cooperados, além de fundos cooperativos citados na lei e benefícios oferecidos em outras profissões: férias remuneradas; adicional por insalubridade; seguro por acidente de trabalho; 13º salário; fundos de capacitação; capital de giro (COOPIDEAL, 2022). No período da pesquisa, a cooperativa contava com aproximadamente 40 cooperados.

No final de 2020, ocorreu a defesa de uma pesquisa de mestrado que teve como objetivo projetar para a Coopideal uma bancada de segregação de resíduos, com adequação

ergonômica e ambiental (HENRIQUE,2021).

A caracterização da cooperativa e as informações seguintes foram obtidas nessa dissertação. Além das bancadas ergonômicas elaboradas a partir do estudo e fornecidas por empresas, o pesquisador elaborou uma planta baixa do espaço da cooperativa, documento importante para a candidatura a editais para recebimento de recursos financeiros e outros benefícios oferecidos por empresas privadas. Na Figura 7, observam-se áreas de segregação de materiais.

Figura 7 – Áreas de segregação de materiais da Coopideal.



Fonte: Acervo pessoal, 2021.

Os materiais segregados pela organização são: papel, papelão, plástico, sucata ferrosa, vidro e alumínio, sendo o plástico considerado o mais rentável, por ter representado 45% da receita anual no ano de 2019. As embalagens ocupam o percentual de 19% de toda a massa pesada anualmente, ao passo que o alumínio, que tem maior valor e menor volume por quilo, consistiu em 16% da receita do ano mencionado. Segundo o pesquisador, existia uma expectativa não alcançada de segregação de uma maior quantidade de alumínio, dado o seu valor agregado, fazendo com que a cooperativa trabalhe com variados materiais que não possuem valores de revenda com lucro relevante, como vidro, papel e lixo eletrônico (HENRIQUE, 2021).

O peso de material segregado durante uma semana de trabalho na cooperativa foi de 8 a 10 toneladas no ano de 2018, o que representou 80% do volume recebido: os 20% restantes consistiram em rejeitos, que foram reencaminhados à Comlurb para disposição final adequada. Esse montante resultou na comercialização de 395 toneladas de materiais recicláveis variados no período mencionado. O principal fornecedor de materiais para a cooperativa era a Comlurb / Prefeitura do Rio de Janeiro, além aproximadamente uma dezena de empresas da zona sul do município e da coleta em eventos.

Figura 8 – Área de pesagem da Coopideal.



Fonte: Acervo pessoal, 2021.

Os equipamentos e instrumentos próprios da instituição no início da mencionada pesquisa eram: caminhão para transporte, balança com capacidade de uma tonelada, prensa, paleteira, 10 bancadas de segregação, quatro barricas e 72 latões; uniformes e EPI fornecidos para os trabalhadores (botas, camisas, calças, luvas e óculos de acrílico). O autor ressaltou a necessidade de substituição, reparação e / ou aquisição de alguns desses equipamentos, como a prensa mecânica, que recebia uma tampa inadequada e era pequena para o volume de material trabalhado; e as bancadas para segregação, que eram improvisadas sobre latões (HENRIQUE, 2021). Na Figura 9, podem ser visualizados a prensa e os materiais para segregação.

Figura 9 – Prensa e materiais para segregação na Coopideal.



Fonte: Acervo pessoal, 2021.

A entrega de material pela Comlurb ocorria normalmente aos sábados, quando não

havia trabalho de segregação, de forma que ficava um grande acúmulo de resíduos na área central do espaço, conforme Figura 10, que demonstra a área central, dificultando o acesso a outras áreas da cooperativa e prejudicando a circulação do material separado e as demais atividades e fluxos operacionais.

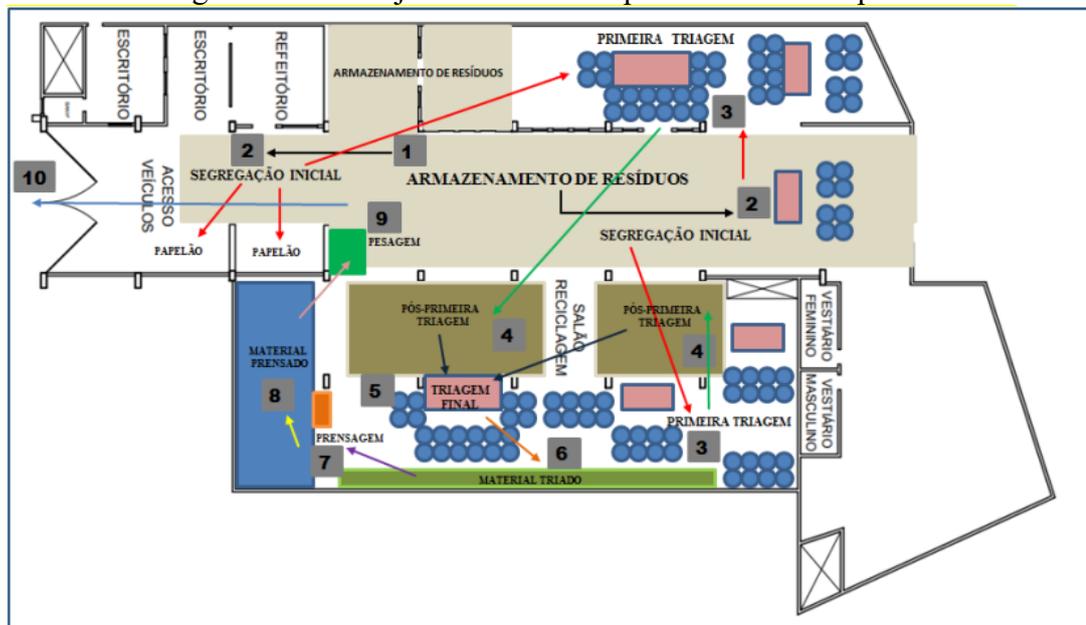
Figura 10 – Área central da Coopideal.



Fonte: Acervo pessoal, 2021.

O pesquisador descreveu o fluxo operacional de atividades da Coopideal a partir das suas observações, visitas técnicas e entrevistas, conforme Figura 11, com a descrição das etapas (HENRIQUE, 2021):

Figura 11 – Arranjo físico e fluxo operacional da Coopideal.



Fonte: Henrique, 2021.

Etapas do Fluxo Operacional da Coopideal:

a) Coleta Seletiva realizada pelo município (etapa externa): os carros da Comlurb recolhem os materiais nos domicílios da cidade para a cooperativa, que também atua

diretamente no recolhimento de materiais em eventos ou estabelecimentos com o caminhão próprio.

b) Abastecimento da cooperativa (início das etapas internas): o caminhão da Comlurb distribui o material no piso da área central da Coopideal.

c) Segregação ou Manipulação Inicial: separação de materiais no chão por tipo (papelões, papéis, metais, rejeitos) no local de despejo inicial, com posterior seguimento em bags específicas em outro setor.

d) Transporte manual entre setores: deslocamento manual de resíduos entre os setores utilizando bags ou tonéis.

e) Primeira Triagem: separação dos resíduos plásticos e embalagens, de outros materiais recicláveis ou de rejeitos utilizando bancadas.

f) Transporte manual para segregação final: deslocamento do material para área próxima ao local de armazenamento, para uma segregação mais refinada.

g) Triagem final: segregação “fina”, onde os plásticos são separados por tipos (PET, PEAD, PP, PVC), embalagens em Tetra Pak® e resíduos em borracha (“Karina”, borracha).

h) Prensagem: agrupamento do material segregado por tipo utilizando prensa hidráulica enfardadeira, visando diminuir o volume e formatar em fardos para comercialização.

i) Armazenamento de material prensado e Pesagem: os fardos são amarrados com “fítilhos” para pesagem e armazenamento prévio à comercialização.

j) Retirada do material: o material é colocado do lado de fora da cooperativa no dia marcado, após a comercialização, para ser retirado pelos compradores (sucateiros, atravessadores). A Comlurb faz a retirada dos rejeitos para destinação final em aterro sanitário ambientalmente adequado.

As duas principais atividades laborais desenvolvidas pelos cooperados identificadas na pesquisa de mestrado foram: transporte de carga entre os setores e separação de resíduos, que se repetem em várias fases do processo. A carga horária dos trabalhadores era de seis a oito horas diárias, com intervalo de 60 minutos para o almoço (HENRIQUE, 2021).

A atividade de transporte do material entre os setores com uso de bags e bombonas se mostrava prejudicada pela falta de espaço entre os sacos dispostos no chão e pelo fato de haver acesso único para entrada e saída dos veículos e caçambas de transporte. O pesquisador ressaltou que a utilização de “carrinhos” poderia facilitar a circulação dos materiais entre os setores e melhorar o arranjo físico.

A etapa de “segregação inicial” da cooperativa era feita no chão, de forma

ergonomicamente inadequada, gerando esforços prejudiciais ao corpo do indivíduo e transtornos motores por ações repetitivas e com cargas pontuais elevadas, pela inexistência de mesa de trabalho e pela realização de rotações do corpo de maneira contraindicada. Contudo, o grande acúmulo de resíduos depositados no piso e o arranjo físico apresentados impossibilitavam a instalação de bancadas nessa fase do processo.

Nas etapas posteriores de segregação, o trabalhador da Coopideal separava os tipos de resíduos a partir de uma bancada improvisada e disponibilizando-os em bags localizadas atrás do seu corpo. O pesquisador identificou mais de 10 bags para diferentes materiais na sua observação qualitativa (alumínio; borrachas; PVC; PET, PEAD e PP em diferentes cores e tipos), o que provocava a necessidade de rotação da coluna vertebral do trabalhador de forma contínua e repetitiva, podendo ocasionar contusões nas articulações e membros do corpo.

A questão da mesa de trabalho foi o elemento destacado pelo autor dentre os problemas observados, pois a inadequação, improvisação ou inexistência desse instrumento poderia comprometer a saúde do indivíduo e toda a otimização do processo de segregação da cooperativa. Diante dessa constatação, o pesquisador criou dois protótipos de bancada para teste por parte dos cooperados e, após algumas semanas de operação, realizou mudanças para a entrega final, junto à sugestão de disponibilização de um banco com encosto para descansos durante a jornada de trabalho.

O projeto da bancada foi baseado em princípios ergonômicos e na análise do processo de trabalho da Coopideal. O equipamento atendeu à média de altura do brasileiro (mulher 1,60m e homem 1,73m), na busca de permitir uma postura adequada de trabalho e mais conforto e produtividade ao catador. Na Coopideal, 90% dos operadores da mesa de segregação são mulheres.

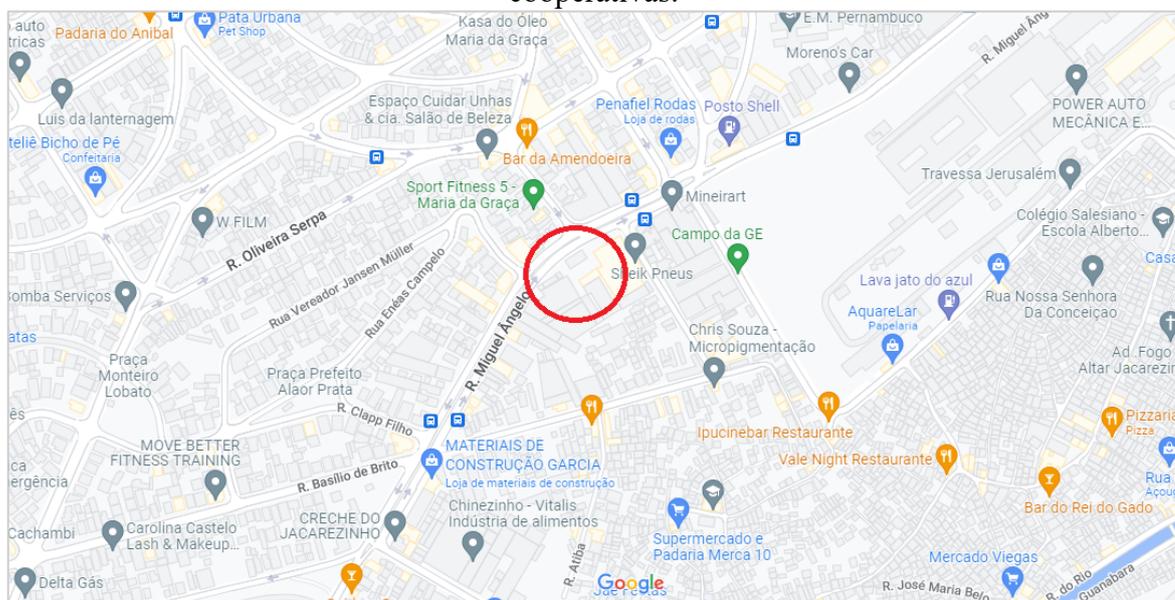
O produto final possui as seguintes características principais: utilização de placas recicladas de Tetra Pak® com 10mm de espessura; variação da relação largura x comprimento de 1,10m x 2,20m a 1,00m x 2,10m; possibilidade de adaptação de medidas menores; variação da altura da superfície horizontal de trabalho varia de 85 cm a 90 cm, regulados por dois parafusos com “rosca-borboleta” em cada um dos seis pés; altura máxima atingida entre 1,00m e 1,05m; peso aproximado de 40 kg, podendo ser facilmente transportado por duas pessoas; capacidade para suportar 115 Kg (55 Kg/m²).

Seguindo o projeto construtivo da pesquisa de mestrado, o CEMPRE, em parceria com a Tetra Pak®, viabilizou posteriormente a fabricação de 125 bancadas, para doação a 18 cooperativas do Estado do Rio de Janeiro.

3.2.2.2 Cooperativa Popular Amigos do Meio Ambiente - Coopama

No mesmo bairro Maria da Graça e nas instalações da antiga Fábrica Hitachi, também fica localizada a Coopama, é formada por pessoas unidas por uma gestão democrática com a missão de satisfazer necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais através da sustentabilidade, tendo como princípios norteadores o cooperativismo e a economia solidária e promovendo o reaproveitamento de produtos, economizando recursos naturais, beneficiando a sociedade (COOPAMA, 2021).

Figura 12 – Mapa do Bairro Maria da Graça, com destaque para a localização das duas cooperativas.



Fonte: Google Maps, 2022.

Com mais de 17 anos de experiência, a Coopama RJ coleta, separa e destina aproximadamente 280 toneladas de Resíduos Sólidos Recicláveis por mês (COOPAMA, 2022).

As informações para a descrição realizada neste tópico foram obtidas através de entrevista realizada com o dirigente da instituição no dia 27 de novembro de 2021. A COOPAMA foi formalizada em 2004 e contava com 86 cooperados, dos quais aproximadamente dez haviam participado da fundação. Funcionava em uma fábrica desativada, ocupando três galpões de grande extensão, pelos quais pagavam um valor de aluguel considerado simbólico, dadas as dimensões e condições do local. Dentre as demais

instituições que ocupavam espaços nessa antiga fábrica, incluindo a Coopideal objeto deste estudo, a Coopama representava a maior parceira com os proprietários, pois auxiliava na administração de toda a estrutura.

A cooperativa desenvolvia diversos projetos externos e internos e com diferentes materiais, como eletroeletrônico, isopor e óleo de cozinha, além dos tradicionais recicláveis (papel, plástico, vidro, ferro etc.), e prestava serviços para inúmeras instituições, como Norte Shopping, Plaza Shopping, Jardim Guadalupe, Renner e Casas Bahia. Outros shoppings estavam procurando naquele período a Coopama para realizar o descarte de isopor.

A instituição estava passando por um período de reorganização do espaço, para que pudesse estruturar melhor os diferentes projetos e oferecer um *showroom* com peças de marcenaria, tendo em vista que fora ofertado um curso para cooperados, visando à restauração de móveis e o reaproveitamento de madeira, através da parceria com duas profissionais marceneiras.

Um museu, conforme apresentado na Figura 13, estava disponível para exposição de obras de arte feitas com objetos descartados e contação da história desses objetos e do trabalho dos artesãos. Algumas das obras foram expostas durante um evento em alusão ao Dia da Consciência Negra (20/11/2021), no Clube Renascença, com o tema África e sustentabilidade.

Figura 13 – Museu da Coopama.



Fonte: Acervo pessoal, 2021.

Havia um bazar permanente com materiais doados e encontrados na coleta seletiva em bom estado de conservação – calçados, roupas e artigos de decoração eram vendidos para complementar o faturamento da cooperativa.

As empresas que adquiriam os materiais, aliás, os intermediários que negociavam com as cooperativas, em sua maioria, estavam localizados no Estado de São Paulo, sendo poucos encontrados no Rio de Janeiro. O diretor salientou que as cooperativas não possuíam estrutura para comercialização direta com a indústria de reciclagem, de forma que dependiam desses atravessadores para sobreviverem. Para que essa venda diretamente para a indústria pudesse ocorrer, seria necessário a cooperativa disponibilizar pelo menos de: capital de giro para esperar aproximadamente 120 dias entre juntar carga suficiente para comercialização e receber o pagamento desta; e espaço físico e logística para armazenamento de materiais para atingir volumes satisfatórios.

Diferente dessa realidade, as cooperativas precisavam negociar semanalmente a sua produção para conseguirem lidar com as obrigações financeiras, pagar os cooperados por produção etc., de forma que os atravessadores acabam sendo fundamentais nesse fluxo. Eles ainda costumavam fornecer apoios diversos, com maquinários, equipamentos de prensa, como observado na Figura 14, além de balança, adiantamentos de pagamentos, busca de materiais na fonte para segregação etc. O entrevistado percebia os atravessadores como “um mal necessário”, fazendo alusão à forma como eram percebidos comumente por outras pessoas da área, e não tinha críticas com relação a esses parceiros com os quais a cooperativa negociava. Se eles não existissem, talvez as próprias cooperativas não conseguissem se manter, tendo em vista que as empresas compradoras de materiais não costumavam dar esse tipo de apoio.

Figura 14 – Prensa na Coopama.



Fonte: Acervo pessoal, 2021.

A Coopama havia passado por um excelente momento financeiro uns cinco meses

antes do período da entrevista, e estava buscando formas de retomar aquele faturamento, mas estava bem complicado, porque os preços dos materiais recicláveis haviam despencado, enquanto as despesas estavam aumentando.

A parceria do poder público com a Coopama se mostrava fundamental, no fornecimento de material da coleta seletiva. Três ou quatro vezes por semana, a Comlurb entregava o recolhimento advindo das ruas da cidade em caminhões na instituição, variando segundo o período e a quantidade de cooperativas a serem contempladas. A pandemia e a crise econômica do país estavam provocando um aumento na quantidade de cooperativas em funcionamento, abertas por pessoas desempregadas, o que influenciava nessa distribuição da coleta seletiva pela prefeitura às diversas cooperativas em funcionamento. Essa variação interferia na renda da instituição e, conseqüentemente, no ganho dos cooperados.

A maioria dos cooperados que atuavam na segregação dos materiais vinha de Duque de Caxias, em geral já com experiência do antigo Lixão de Gramacho. Havia sido feita uma tentativa de contratar pessoas do entorno do bairro Maria da Graça que não deu certo, porque elas não tinham a habilidade e a agilidade necessárias para a tarefa, ou seja, não estavam acostumadas com aquele serviço. Já os cooperados provenientes do lixão, possuíam expertise acerca da função de catação: conheciam os diferentes materiais pelo tato e faziam a separação com rapidez.

A jornada de trabalho diária tradicional, para os catadores da parte operacional, ocorria entre 8 e 17 horas, mas às sextas-feiras eram liberados uma ou duas horas mais cedo. Contudo, pessoas da administração costumavam ultrapassar o horário comercial para resolver imbróglios e manter contatos importantes, de forma presencial ou virtual.

A remuneração do trabalho era variável, realizada por produção e semanalmente, como preferiam os cooperados. Nesse montante, que passava de dois salários-mínimos e meio no acumulado de um mês, estava incluído o valor das passagens, independentemente do local de moradia. Alguns meses antes da entrevista, que ocorreu em novembro de 2022, chegou a três, quatro salários-mínimos.

O diretor entrevistado se lamentava quando o pagamento era na faixa de R\$ 600². Contudo, tendo em vista a crise econômica do país e comparando com outras remunerações no período, considerava que a situação não estava tão ruim na cooperativa, pois os cooperados chegavam a receber em apenas duas semanas aquilo que normalmente um assalariado recebia em um mês inteiro de dedicação. Na Figura 15, é possível observar a

² O salário-mínimo no ano de 2021, período da pesquisa de campo, era de R\$ 1.100,00.

área de segregação de material Coopama.

Figura 15 – Áreas de segregação de material na Coopama.



Fonte: Acervo pessoal, 2021.

No início da pandemia do coronavírus, a Coopama não chegou a parar completamente as suas atividades, pois continuou recebendo material de algumas empresas, então manteve aproximadamente cinco pessoas segregando resíduos - aquelas que moravam próximo da cooperativa e não precisavam de transporte público para chegar ao trabalho. Dessa forma, buscou-se assegurar a proteção da saúde dos trabalhadores diante da imprevisibilidade da doença que estava circulando.

A cooperativa conseguiu comercializar pouco volume nesse período de restrição da pandemia, resultando apenas entre R\$100 e R\$150 por semana para cada cooperado. Os benefícios do Governo Federal, como Bolsa Família e Auxílio Emergencial (Lei 13.982/2020), foram fundamentais para complementar a renda desses trabalhadores. Quando as atividades retomaram normalmente, nem todos os cooperados voltaram, pois alguns arranjaram outros trabalhos.

A criação das cooperativas de materiais recicláveis contou com pessoas que trabalhavam nos lixões, que precisavam continuar trabalhando, mas a questão da educação e do aprimoramento para lidar com a nova realidade de associação ficaram distantes. O diretor ressaltou que sempre enfatizou muito com os cooperados sobre a importância da formação profissional e do crescimento educacional. Lamentou ter havido pessoas que se formaram, participaram da administração da Coopama e foram embora, pois não havia

condições financeiras de mantê-las.

A instituição chegou a ter aulas para educação de adultos, através de uma parceria com a Fundação Roberto Marinho, para viabilização de ensino na própria cooperativa, mas que foi descontinuada por não estar nos padrões exigidos. A Fundação fornecia os professores e o material didático e a contrapartida da Coopama deveria ser a estrutura física – sala e energia. Ele considerava o fim desse projeto uma das maiores perdas da instituição, que não se encontrava em um bom momento financeiro na época para adequação às exigências.

Acontecia comumente nas cooperativas de as pessoas se candidatarem para cargos de direção, mas não estarem preparadas, não se adaptarem aos serviços administrativos exigidos, então as cooperativas acabavam centralizando as lideranças. Nem sempre os cooperados em geral conseguiam acompanhar o líder na parte burocrática da instituição, sendo este um fator que interferia de forma negativa na evolução do aprendizado e na atividade da cooperativa.

O diretor apontou a necessidade de as cooperativas se profissionalizarem, sob o risco de deixarem de existir. Segundo a sua percepção, e trazendo a expressão “lixo é ouro”, comentou saber de empresários que estavam formando cooperativas com o intuito de receber os benefícios do governo, ou mesmo de empresas que estavam sendo constituídas mesmo para comprarem resíduos de condomínios e instituições, com o viés de lucro. Nesse caso, o aspecto social, que no cooperativismo é inerente, na verdade seria apenas questão de marketing, não importando, por exemplo, se as cooperativas fossem prejudicadas.

Questionou-se acerca dos principais desafios para a manutenção da Coopama. Inicialmente, foi destacada a dificuldade em permanecer no mercado diante da falta de valorização do tipo de trabalho realizado. Essa desvalorização era constatada pela ausência de remuneração pelo serviço que prestavam para diversas frentes: empresas, poder público, sociedade. “É um trabalho como outras empresas e ninguém remunera por isso. Nenhuma dela remunera pelo serviço prestado. Então você tem que vender aquele material pra você custear tudo.” Aluguel, condomínio, água, energia, folha de pagamento, contador, jurídico, uniforme, EPI, manutenção do espaço, tudo era quitado basicamente com dinheiro proveniente de uma única fonte: venda de materiais recicláveis.

Outro desafio dizia respeito à oscilação de material: mesmo que a Coopama tivesse parceria com a Comlurb e com algumas empresas privadas e condomínios, havia altos e baixos quanto ao recebimento do principal tipo de material: o papelão. O alumínio, que possuía bom valor de venda, quase não chegava nas cooperativas, porque os objetos de

alumínio já eram recolhidos inicialmente pelos próprios funcionários e mesmo moradores dos condomínios. Então, as embalagens de papelão acabavam sendo o carro-chefe das instituições de reciclagem, e vinham apresentando defasagem no valor de venda. Enquanto os valores dos produtos diminuía e apresentavam grandes oscilações, as despesas para o funcionamento da cooperativa não acompanham esse movimento e só aumentavam, como energia elétrica e combustível para o caminhão.

O diretor salientou que as cooperativas não tinham muita credibilidade junto às empresas do ramo ambiental e relacionou essa situação ao fato de essas instituições viverem estritamente da comercialização de materiais recicláveis, o que trazia uma fragilidade.

A logística foi apontada como sendo um grande gargalo da Coopama, dadas as exigências feitas pelos fornecedores, por exemplo. Outra fragilidade do ramo listada foi a falta de bons profissionais, principalmente para a área administrativa, pois se tratava de uma operação bastante complexa que, muitas vezes, tinha todas as suas tarefas administrativas centralizadas nas mãos do gestor da cooperativa, ou de poucas pessoas: existiam questões financeiras, contábeis, jurídicas, de recursos humanos a serem tratadas.

Havia situações operacionais e individuais juntos aos cooperados, que normalmente eram bem próximos à administração, de forma que, inevitavelmente, ocorria um envolvimento emocional que não existia em empresas capitalistas tradicionais. Isso foi mencionado como sendo prerrogativa dentro das cooperativas, mas algo bastante complexo de lidar.

O projeto Cata Forte, do Governo Federal, que subsidiou a compra de maquinários e outros benefícios, foi mencionado como exemplo de ação interessante e beneficiária para as cooperativas. Contudo, as burocracias exigidas nessas situações, em termos de documentação e estrutura, acabavam excluindo muitas instituições dos certames. O dirigente entendia a importância dessas prerrogativas, mas apontou a dificuldade de as cooperativas se adequarem a isso. As questões formais de documentação junto à legislação e com relação a segurança do trabalho (PCMSO, PPRA etc.), que eram exigidas em chamamentos públicos, editais e afins, eram difíceis de serem articuladas.

As cooperativas desenvolviam um trabalho social fundamental ao contribuir com o cuidado ao meio ambiente, ao gerar empregos e até com a questão da segurança, ao “abraçar” pessoas que poderiam estar nas ruas, pessoas que estavam fora do mercado de trabalho e, principalmente, ex-detentos que possuíam enorme dificuldade de reinserção no mercado. A saúde pública também foi apontada como questão intermediada através do serviço que prestavam: materiais que, se fossem deixados nas ruas, poderiam criar vetores de doenças,

mas que eram retirados através dos trabalhos das cooperativas.

O dirigente descreveu um pouco de como vislumbrava a cooperativa dos seus sonhos: tinha vontade de implantar uma esteira elétrica e uniformes na cor branca para os trabalhadores, como havia visto em uma cooperativa de São Paulo durante uma reportagem na televisão. Porém, esta instituição, que tinha processos de trabalho mecanizados, era bancada pela prefeitura paulista, que também financiava a empresa responsável pela administração. Ele tinha expectativas de que pudesse ter investimento de empresas que tivessem retorno através da venda do material.

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

4.1 MUNDO DO TRABALHO

A atividade laboral se posiciona de forma central na vida das pessoas, uma vez que o trabalho ocupa lugar importante do tempo e do espaço em que se desenvolve a vida contemporânea, constituindo também fonte de identificação, de autoestima e de desenvolvimento das potencialidades das pessoas. Segundo o estudioso Karl Marx:

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não se trata, aqui, das primeiras formas instintivas, animais [*tierartig*], do trabalho (MARX, 2013, p. 188).

O conceito de processo de trabalho da teoria marxista também se mostra como importante instrumento teórico para a análise das condições de produção de saúde ou de adoecimento do indivíduo, ao apontar que as contradições entre capital e trabalho também se manifestam no controle imposto ao próprio trabalho, por meio dos diversos mecanismos de gestão do processo produtivo (SOUSA *et al*, 2017).

A definição de processo de trabalho foi desenvolvida por Marx (2013) como uma transformação do objeto do trabalho segundo uma finalidade concebida desde o início, uma atividade do homem com ajuda dos meios de trabalho. De forma simplificada, ocorrem três momentos no processo de trabalho: primeiramente, a atividade orientada em um fim; em segundo lugar vem o seu objeto; e, finalmente, seus meios, que consistem em um complexo de coisas interpostas entre o trabalhador e o objeto do trabalho e que serve de guia da atividade do trabalhador sobre esse objeto (MARX, 2013).

Os meios de trabalho, segundo o autor, fornecem tanto uma medida do grau de desenvolvimento da força de trabalho como indicam as condições sociais nas quais se trabalha, sendo então um indicativo para a análise das épocas econômicas, que são diferenciadas pelo “como” e “com que meios de trabalho”, e não por “o que” é produzido (MARX, 2013).

Marx defende que o processo de trabalho deve ser considerado independente de

qualquer forma social determinada, uma vez que a produção de valores de uso, ou seja, de coisas que sirvam à satisfação de necessidades de algum tipo, não sofre nenhuma alteração em sua natureza pelo fato de ocorrer para o capitalista e sob o controle deste, para aquele que compra a força de trabalho (MARX, 2013).

O processo de trabalho [...] é atividade orientada a um fim – a produção de valores de uso –, apropriação do elemento natural para a satisfação de necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e natureza, perpétua condição natural da vida humana e, por conseguinte, independente de qualquer forma particular dessa vida, ou melhor, comum a todas as suas formas sociais (MARX, 2013, p. 192).

Tal noção de processo de trabalho integra todas as etapas constituintes da prática produtiva, desde a abstração até a concretude do produto final daí derivado e busca explicações que enfocam as condições históricas e sociais envolvidas nos fenômenos laborais (SOUSA *et al*, 2017).

As complexas relações entre as formas de ser e existir da sociabilidade humana vêm provocando, particularmente nas últimas décadas, profundas transformações na sociedade, inclusive intensas mutações no interior do mundo do trabalho.

O sistema capitalista teve um longo período de acumulação de capitais (por volta de 1945-1975) principalmente em países da Europa e nos Estados Unidos, quando começou a dar sinais de um quadro crítico evidenciado por: queda da taxa de lucro; esgotamento do padrão de acumulação taylorista / fordista de produção; hipertrofia da esfera financeira; maior concentração de capitais graças a fusões de empresas; crise do “Estado do bem-estar social”; incremento acentuado das privatizações, tendência generalizada às desregulamentações e à flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho (ANTUNES, 2009).

Depois da Segunda Guerra Mundial, a ideologia do neoliberalismo foi surgindo na Europa como uma reação teórica e política ao Estado intervencionista e de bem-estar, propondo a tese de liberdade econômica do mercado e ecoando logo nos Estados Unidos (CAMPOS; CAMPOS, 2014).

O chamado período de ouro do capitalismo, que teve como marca o emprego formal legalmente constituído e socialmente protegido, passa a apresentar, após os anos 1970, uma série de progressivas alterações e deterioração nas vagas de emprego, nas relações de trabalho e na constituição das empresas (JACQUES *et al*, 2016).

O trabalho assalariado típico, geralmente, é amparado pela legislação vigente e é representado pelo contrato com um único empregador, por um período definido, com local

definido, com tarefas definidas e exercidas continuamente em jornada integral (MATTOS, 2012).

Já o termo trabalho precário vem sendo usado para caracterizar diversas situações de trabalho atípicas que se intensificaram nos anos 1990, apresentando-se em duas dimensões: a ausência ou a redução de direitos e garantias do trabalho, caracterizada pelo retrocesso em conquistas adquiridas e pela ampliação de formas de inserção ocupacional que não estendem direitos constitucionais ao trabalhador; e uma segunda dimensão que considera a relação entre ganhos e quantidade de trabalho e, complementarmente, aspectos de qualidade ligados diretamente ao exercício da atividade (MATTOS, 2012).

Diversos autores mencionam o desemprego estrutural como fenômeno consequente dessas transformações advindas com a crise do capitalismo (ANTUNES, 2009; CAMPOS; CAMPOS, 2014; AQUINO, 2007; AQUINO *et al*, 2014; BEZERRA *et al*, 2008; SOUSA; KOVACS, 2014; ANTUNES, 2018; VARELA; PEREIRA, 2018). O desemprego representa, no modo de produção capitalista, a forma mais prática de baixar os salários (VARELA; PEREIRA, 2018). A necessidade de trabalho humano na produção de riqueza foi bastante reduzida pelo desenvolvimento tecnológico e, particularmente, pela designada terceira revolução industrial ou microeletrônica (SILVESTRE; FERNANDES, 2014), mas outros elementos precisam ser discutidos nessa situação de diminuição de vagas e de alterações nas condições de emprego.

A crise do emprego possui interação com a crise do Estado-providência e das formas da regulação social do mercado de trabalho, com a crise da regulação política do mercado nacional e com a crise do compromisso capital-trabalho que permitia, até então, certa redistribuição dos ganhos de produtividade (SOUSA; KOVACS, 2014). Novas medidas de gestão social do trabalho vêm então sendo instauradas, acompanhadas por um longo processo de desregulamentação e consequente flexibilização das formas de inserção laboral (AQUINO *et al*, 2014).

Marques também lista fenômenos recentes da economia mundial no campo do mercado de trabalho: deslocalizações das empresas; desregulação da relação salarial; difusão de formas flexíveis e “atípicas” de emprego; expansão do setor informal; polivalência desqualificante; práticas androcêntricas de discriminação do mercado de trabalho; (re) organização dos tempos de “trabalho” e “não trabalho” (MARQUES, 2013).

A lógica societal voltada prioritariamente para a valorização do capital e para a produção de mercadorias aponta para uma progressiva reforma e flexibilização das leis trabalhistas, dos contratos de trabalho e das próprias empresas, de tal maneira que, na maioria

dos casos, não há associação positiva entre eficiência econômica e justiça social, além de ameaçar a coesão social e a cidadania (JACQUES *et al*, 2016; SOUSA; KOVACS, 2014).

Em pleno século XXI, ao mesmo tempo em que o contingente de trabalhadores e trabalhadoras é ampliado em escala global, há uma redução imensa dos empregos, de forma que, mais do nunca, bilhões de homens e mulheres que dependem de forma exclusiva do trabalho para sobreviver vivenciam diretamente o flagelo do desemprego ou encontram, cada vez mais, novas modalidades de trabalho informal, intermitente, precarizada, “flexível” e presenciam a corrosão dos seus direitos sociais e a erosão de suas conquistas históricas (ANTUNES, 2018).

A crise estrutural, portanto, traz fortes implicações para o mercado de trabalho, que se reestrutura para restabelecer as bases de lucro de seu próprio sistema, ao mesmo tempo em que os antagonismos sociais se agudizam, manifestados no desemprego estrutural, precarização do trabalho, desvalorização da mão de obra, aumento da pobreza e da violência, além de outras mazelas sociais oriundas da forma de organização social vigente (BEZERRA *et al*, 2008).

Essa reestruturação do capitalismo afeta as formas de exploração do trabalho, com a introdução de novas tecnologias nos processos produtivos e de novas formas de gestão das relações laborais, que, articuladas com uma nova conformação política dos Estados, intensifica a utilização do trabalho como criador de valor de troca, subjugando a parcela da sociedade que somente tem a sua força de trabalho como mercadoria e meio para satisfazer as suas necessidades básicas (MATTOS, 2012). O autor acrescenta que o processo de exploração do trabalho tem determinado o crescimento do trabalho precário, bem como a crescente marginalização dos trabalhadores no processo produtivo, restando como opção para sobrevivência o subemprego e a informalidade (MATTOS, 2012).

O sociólogo Zygmund Bauman apresenta há décadas reflexões para consequências da globalização e do capitalismo contemporâneo na sociedade. Para ele, algumas pessoas não puderam ser reconhecidas em uma sociedade cada vez mais seletiva, e acabaram se tornando “lixo humano”, sendo vítimas dos processos de mudanças advindos com o desenvolvimento econômico:

A produção de “refugo humano”, ou, mais propriamente, de seres humanos refugados (os “excessivos” e redundantes”, ou seja, os que não puderam ou não quiseram ser reconhecidos ou obter permissão para ficar), é um produto inevitável da modernização, e um acompanhante inseparável da modernidade. É um inescapável efeito colateral da *construção da ordem* (cada ordem define algumas parcelas da população como “deslocadas”, “inaptas” ou “indesejáveis”) e do *progresso econômico* (que não pode ocorrer sem degradar e desvalorizar os modos anteriormente efetivos de “ganhar a vida” e que, portanto, não consegue senão

privar seus praticantes dos meios de subsistência (BAUMAN, 2005, p. 12).

Sob tal perspectiva, os indivíduos que não conseguem permanecer na dinâmica exigida pelo progresso e pela modernidade são abandonados pela sociedade e excluídos do mundo social, e passam a enfrentar fome, desemprego e indiferença, numa situação de redundância. Nas palavras do próprio autor:

Ser declarado redundante significa ter sido dispensado pelo fato de ser dispensável – tal como a garrafa de plástico vazia e não retornável, ou a seringa usada, uma mercadoria desprovida de atração e de compradores, ou um produto abaixo do padrão, ou manchado, sem utilidade, retirado da linha de montagem pelos inspetores de qualidade. “Redundância” compartilha o espaço semântico de “rejeitos”, “dejetos”, “restos”, “lixo” – com refugio. O destino dos desempregados, do “exército de reserva da mão de obra”, era serem chamados de volta ao serviço ativo. O destino do refugio é o depósito de dejetos, o monte de lixo (BAUMAN, 2005, p. 20).

Na América Latina, a estrutura do desenvolvimento econômico teve como base a dependência estrangeira e apresentou quase três décadas de crescimento econômico (anos 1950 a meados dos anos 1970), mas com frágil alicerce desenvolvimentista, com grande desigualdade social e conseqüente implantação de políticas econômicas neoliberais (CAMPOS; CAMPOS, 2014).

A Inglaterra e a França, por exemplo, chegaram ao capitalismo pela passagem e desenvolvimento gradual de diferentes etapas e pela ruptura com a formação social do feudalismo, enquanto, nos países da América Latina, a introdução de processos de industrialização ocorreu a reboque dos países europeus e da América do Norte (NAVARRO *et al*, 2017).

Com relação ao Brasil, pesquisadores afirmam que o país tem uma história trabalhista fortemente atravessada pela informalidade e vínculos débeis e que não chegou a atingir o pleno emprego observado nos países de capitalismo avançado, mesmo no auge do capitalismo (AQUINO *et al*, 2014).

No início da década de 1980, especialmente na cidade industrial de São Paulo, com exceção de uma outra filial de empresa estrangeira e mesmo com leis relativamente avançadas, as relações de trabalho eram rudimentares em todos os setores, e as condições nas fábricas e bancos eram minimamente adequadas, pois eram comuns acidentes e doenças de trabalho, e admissões e demissões ocorriam em níveis elevados (COUTINHO *et al*, 2017). As autoras complementam que, nos melhores tempos de pleno emprego, a força de trabalho com contratos regulares assinados nunca chegou ao percentual de 60% e, na crise da década de 1980, diminuiu para 40%, mostrando um paralelo mundo do trabalho por conta

própria e sem carteira em fábricas, escritórios, repartições e bancos (COUTINHO *et al*, 2017).

Em estudo realizado no início dos anos 2000, em que foram observadas e entrevistadas 118 pessoas que trabalhavam no setor informal nos ramos de comércio, transporte de passageiros e construção civil na cidade do Rio de Janeiro, verificaram-se algumas características que apontavam para uma maior vulnerabilidade deles com relação ao trabalhador do mercado formal: trabalhador com idade elevada para as exigências do mercado; nível baixo de escolaridade; exercício da atividade na rua em condições insalubres, perigosas e / ou penosas (MATTOS; SANTOS, 2006). Os pesquisadores concluíram que a remuneração consistia em fator de impedimento dos trabalhadores de retorno ao setor formal, que dificilmente pagaria mais, adicionado ao fato de que o trabalho por conta própria proporcionava maior liberdade e flexibilidade dos horários, sem necessidade de dar satisfação a outrem (MATTOS; SANTOS, 2006).

Nesse sentido, as jornadas de trabalho acabavam sendo mais extensas, os trabalhadores não conseguiam manter a sua renda quando estavam doentes ou acidentados e tinham de assumir todos os riscos do negócio, inclusive a possibilidade de perda de todo o investimento (MATTOS; SANTOS, 2006). Em outra publicação, esses autores afirmam que a catação de resíduos sólidos recicláveis representa uma forma resiliente de trabalhar e sobreviver para milhares de trabalhadores do mercado informal na cidade do Rio de Janeiro (SANTOS *et al*, 2021).

A precarização laboral consiste em um fenômeno processual e historicamente delimitado pela flexibilização das formas de inserção no mundo do trabalho, enquanto a precariedade remete às difíceis condições próprias de cada realidade de trabalho e que sempre as demarcaram em diferentes momentos históricos, embora de forma pontual e não articulada (AQUINO, 2007). Assim, a noção de precarização relaciona-se com o futuro e possui características diretamente associadas ao sentido da temporalidade, com a duração e com a estabilidade não asseguradas (AQUINO *et al*, 2014).

Fundado em formas flexíveis de organização da produção e do trabalho, o processo de reestruturação produtiva no Brasil se intensificou a partir da década de 1990, apresentando como um dos pilares a terceirização como forma de barateamento de custos, o que agravou a precarização das relações e das condições de trabalho, e teve graves consequências para a saúde dos trabalhadores (NAVARRO *et al*, 2017).

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) defende a posição de que as diretrizes do “trabalho decente” devem estar no centro das políticas econômicas e sociais,

seja de países desenvolvidos como dos países em desenvolvimento, em particular nas ações de erradicação da pobreza (JACQUES *et al*, 2016).

O conceito de trabalho decente foi formalizado pela OIT em 1999 e sintetiza a sua missão histórica de promover oportunidades para que homens e mulheres obtenham um trabalho produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humanas (OIT, 2009).

A discussão dos processos de trabalho dos catadores de materiais recicláveis com relação ao conceito de trabalho decente é de extrema relevância para o presente estudo, pois apresenta diretrizes fundamentais para a análise da atividade laboral dessa categoria em relação ao contexto histórico e socioeconômico.

4.2 SAÚDE COLETIVA E SAÚDE DO TRABALHADOR

Saúde é um assunto bastante complexo, mas é necessário definir uma direção conceitual que fundamente o percurso investigativo. A 8ª Conferência Nacional de Saúde apresentou a saúde em um sentido mais abrangente do que aquele até então considerado, como sendo resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio-ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde, além de ser resultado das formas de organização social de produção, as quais podem gerar grandes desigualdades nos níveis de vida (BRASIL, 1986).

O evento debateu como um dos três temas principais ‘A saúde como dever do Estado e direito do cidadão’, que foi fundamental para a definição do Sistema Único de Saúde (SUS) em 1988. De acordo com Nunes (2009), assumir a saúde enquanto direito fundamental implica considerar as transformações pelas quais têm passado, durante as últimas décadas, as concepções do que é a saúde e, em particular, a ampliação do conceito de saúde.

Barata (2005) aponta que há vários modelos que buscam explicar e lidar com os processos de saúde-doença, que divergem entre si em relação à teoria social subjacente, à adoção do conceito de causalidade ou determinação, aos conceitos que conduzem as pesquisas e ao nível individual ou coletivo atribuído para análise dos fenômenos.

Laurell (1982) considera que, desde o final da década de 1960, há discussão sobre se a doença é essencialmente biológica ou, ao contrário, social, de forma que é preciso definir o que estudar e como investigar para gerar conhecimento relativo ao processo saúde-doença. A autora defende que esse processo é determinado historicamente pelo modo de apropriação da natureza pelo ser humano, pelo processo de trabalho e pelas relações sociais de produção

que se estabelecem. Assim como Laurell, Breilh (2008) também acastela a tese do binômio saúde-doença como um processo social, no sentido de que as manifestações epidemiológicas nos grupos humanos se modificam segundo as características sociais dos momentos históricos.

Para Laurell, a investigação do perfil patológico de uma população “tem que ser feita relativamente aos organismos dos membros do grupo pesquisado não com a singularidade de cada caso individual, como é feito pela medicina clínica, mas estabelecendo-se o comum, isto é, que caracteriza o grupo”. (LAURELL, 1982, p. 13). Barata também ressalta esse viés coletivo, ao defender que a pesquisa epidemiológica deve buscar respostas para questionamentos tais como “por que as populações têm determinado perfil de saúde?” e “por que determinados problemas são predominantes em determinadas populações?”, ao invés de explicações para o adoecimento dos sujeitos de forma individual (BARATA, 2005, p. 10):

[...] o compromisso histórico da epidemiologia com a melhoria da saúde das populações e com a redução das desigualdades sociais obriga todos os epidemiologistas, que se reconhecem como atores na arena da saúde coletiva, a prosseguirem no desenvolvimento de novas teorias, novas estratégias de investigação e novas ferramentas de análise que possam, cada vez mais, fornecer elementos corretos para orientar as intervenções sociais no campo de saúde e a formulação de políticas públicas baseadas no reconhecimento dos direitos de cidadania, na garantia das liberdades democráticas e na busca da felicidade humana (BARATA, 2005, p. 16).

Sabroza (2006, p. 352) afirma que “os processos saúde-doença podem ser analisados como processos relacionados à reprodução das populações, como elemento dos processos de produção e de consumo, como crises e possibilidades de controle social, ou questão relativa aos direitos humanos e cidadania”.

Breilh (2008) demonstra preocupação quanto aos modos de operação do modelo causalismo, centrado nos fatores, quando, na verdade, deve-se buscar mudanças nos processos estruturais da sociedade, através da ênfase na relação entre estrutura social e processo de trabalho e assumindo as explicações históricas nas políticas sociais.

Segundo Nunes (2009), a realização do direito à saúde aparece como um desafio na atualidade, com relação às concepções ampliadas de saúde centradas no processo saúde-doença, pois a ampliação do conceito no sentido que foi adotado pela saúde coletiva obriga a lidar com algo “tão amplo quanto a própria vida” (p. 98). Para o autor, uma resposta para essa situação “poderá passar por uma exploração mais intensa e precisa do processo de co-produção ou construção heterogênea da saúde como conhecimento, como experiência, como ação coletiva e como direito” (NUNES, 2009, p. 165).

Laurell (1982) afirma que o vínculo entre o processo social e o processo biológico saúde-doença é dado por processos particulares, que são, ao mesmo tempo, sociais e biológicos. A pesquisadora mostra que o modo concreto de trabalhar, por exemplo, é biológico, pois implica em determinada atividade neuromuscular, metabólica, mas que também possui um caráter social evidente:

Em termos muito gerais, o processo saúde-doença é determinado pelo modo como o homem se apropria da natureza em um dado momento, apropriação que se realiza por meio de processo de trabalho baseado em determinado desenvolvimento das forças produtivas e relações sociais de produção. Em nossa opinião, as categorias sociais adotadas do materialismo histórico, que nos permitem desenvolver esta proposição geral e aprofundar e enriquecer a compreensão da problemática da essência do processo saúde-doença e sua determinação, são a **classe social**, tal como propõe Breilh, e o **processo de trabalho** (LAURELL, 1982, p. 16).

O processo de trabalho consiste assim em um dos principais influenciadores do processo saúde e doença das coletividades humanas. Tal proposição é alicerçada no reconhecimento da historicidade e centralidade do trabalho no processo social básico da sociedade, dado que suas atividades, determinadas por relações sociais entre homens e grupos humanos, produzem os elementos materiais necessários para a vida social (LAURELL, 1993).

A apropriação da concepção de “processo de trabalho” como instrumento de análise possibilita a reformulação de concepções ainda hegemônicas da saúde/doença que desconsideram a dimensão social e histórica do trabalho, ao estabelecerem articulações simplificadas entre causa e efeito, numa perspectiva uni ou multicausal (MINAYO-GÓMEZ; THEDIM-COSTA, 1997).

Autores afirmam que a relação entre o trabalho e a saúde / doença é constatada desde a Antiguidade, mas só passou a se constituir em foco de atenção a partir da Revolução Industrial, pois, durante a escravidão ou o regime servil, não havia preocupação em preservar a saúde daqueles submetidos ao trabalho (MINAYO-GÓMEZ; THEDIM-COSTA, 1997).

Com o advento da Revolução Industrial, o trabalhador “livre” para vender sua força de trabalho tornou-se presa da máquina, de seus ritmos, dos ditames da produção que atendiam à necessidade de acumulação rápida de capital e de máximo aproveitamento dos equipamentos, antes de se tornarem obsoletos. As jornadas extenuantes, em ambientes extremamente desfavoráveis à saúde, às quais se submetiam também mulheres e crianças, eram freqüentemente incompatíveis com a vida. A aglomeração humana em espaços inadequados propiciava a acelerada proliferação de doenças infecto-contagiosas, ao mesmo tempo em que a periculosidade das máquinas era responsável por mutilações e mortes (MINAYO-GÓMEZ; THEDIM-COSTA, 1997, p. 22).

Os marcos conceituais vão sendo definidos a partir das relações peculiares aos

diferentes contextos históricos onde surgem ou se mantêm. A Medicina do Trabalho, por exemplo, é centrada na figura do médico e orientada pela teoria da unicausalidade, que se reflete na propensão a isolar riscos específicos e atuar sobre suas consequências, medicalizando em função de sintomas e sinais; ao passo que a Saúde Ocupacional, com base na Higiene Industrial, ao avançar numa proposta interdisciplinar, relacionando ambiente de trabalho-corpo, incorpora a teoria da multicausalidade, na qual a doença é produzida por um conjunto de fatores de risco, avaliada através da clínica médica e de indicadores ambientais e biológicos de exposição e efeito (MINAYO-GÓMEZ; THEDIM-COSTA, 1997).

A atuação dos médicos logo após a Revolução Industrial estava restrita ao espaço fabril e suas intervenções eram realizadas somente em torno das consequências dos agravos, além de considerarem apenas as enfermidades reconhecidas legalmente e estarem alinhados aos interesses dos empresários, que precisavam manter a mão de obra ativa e funcional (SOUSA *et al*, 2017).

Martins e Porto (2019) também apontam diferenças entre essas duas disciplinas: enquanto a Medicina do Trabalho centraliza suas ações no papel dos médicos no controle da força de trabalho, a Saúde Ocupacional reflete certo avanço das relações de trabalho nos países capitalistas centrais, pois assumem a saúde sob a organização de equipes multiprofissionais, buscando uma maior integração entre os serviços médicos com a higiene e a segurança do trabalho, ou seja, apresentando uma maior dedicação ao tema preventivo e ao controle dos riscos ocupacionais. (PORTO, MARTINS, 2019).

Surge, então, a Saúde do Trabalhador, que pode ser entendida como um corpo de práticas interdisciplinares e interinstitucionais desenvolvidas por atores diversos, situados em lugares sociais distintos, que têm uma perspectiva comum (MINAYO-GÓMEZ; THEDIM-COSTA, 1997):

Essa perspectiva é resultante de todo um patrimônio acumulado no âmbito da Saúde Coletiva, com raízes no movimento da Medicina Social latino-americana e influenciado significativamente pela experiência italiana. O avanço científico da Medicina Preventiva, da Medicina Social e da Saúde Pública, durante os anos 60 e o início da década de 70, ao suscitar o questionamento das abordagens funcionalistas, ampliou o quadro interpretativo do processo saúde-doença, inclusive em sua articulação com o trabalho. (MINAYO-GÓMEZ; THEDIM-COSTA, 1997, p. 24).

O movimento de diversas formas de compreender a relação entre trabalho e saúde/adoecimento não deve ser compreendido como um processo evolutivo, uma vez que os diferentes entendimentos convivem contemporaneamente e perpassam as lutas por um trabalho digno em meio ao modo de produção capitalista (SOUSA *et al*, 2017).

A reflexão sobre uma teoria crítica da saúde na América Latina, conforme Breilh

(2008), vinculou três elementos interdependentes: a saúde como objeto; saúde como conceito metodológico; e a saúde como campo de ação.

A relação processo-trabalho-saúde precisa assim ser contemplada em suas múltiplas e imbricadas dimensões, que vão desde as suas origens sócio-históricas até a forma como se concretiza nos espaços de trabalho. Para tanto, faz-se necessário que os conhecimentos de diversas disciplinas, como Clínica, Engenharia, Toxicologia, Ergonomia, Epidemiologia e Ciências Sociais e Humanas, sejam capazes de, concomitantemente, estabelecerem interfaces entre seus diversos corpos conceituais e metodológicos e ensejem formas mais abrangentes de aproximar-se da realidade, pois nenhuma disciplina isolada consegue apreciar de forma totalizadora essa relação (MINAYO-GÓMEZ; THEDIM-COSTA, 1997).

Pesquisadores afirmam que, no campo da saúde do trabalhador e no contexto do atual modo de produção, a categoria saúde não se constituiu em um valor dado, mas que deve ser conquistado por luta, como práxis (SOUZA *et al*, 2017).

A Psicologia Social do Trabalho problematiza o modo como o trabalho se apresenta em nossa sociedade, com a intenção de questionar as condições e relações de trabalho que restringem as ações das pessoas que constroem seus modos de ser e limitam suas condições de vida (COUTINHO *et al*, 2017).

Assim como o campo da Saúde do Trabalhador, a Psicologia Social do Trabalho tem por referência os direitos de cidadania dos trabalhadores e busca dar visibilidade e denunciar condições e formas de organização do trabalho danosas à saúde, e angariar elementos para transformar o trabalho (COUTINHO *et al*, 2017).

O surgimento de propostas institucionais que estimulam a construção e o amadurecimento de equipes de pesquisadores com diferentes formações, a realização de pesquisas multidisciplinares num campo constituído predominantemente por profissionais de formação médico-epidemiológica, e a criação de cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* de caráter multiprofissional, instituídos no âmbito da Saúde Coletiva, evidenciam avanços na direção de um terreno propício à crítica de visões tecnicistas / reducionistas ainda prevalentes na área de saúde do trabalhador e demonstram a potencialidade dessa perspectiva de investigação / ação. (MINAYO-GÓMEZ; THEDIM-COSTA, 1997).

No Brasil, segundo Minayo-Gómez e Thedim-Costa (1997), a saúde do trabalhador se manifesta no interior da construção de uma sociedade democrática, da conquista de direitos elementares de cidadania, da consolidação do direito à livre organização dos trabalhadores; apresenta-se como uma meta que envolve trabalhadores, profissionais de

serviços, técnicos e pesquisadores sob premissas nem sempre explicitadas. Esse campo do conhecimento no Brasil emerge da saúde coletiva para estudo e intervenção nas relações entre saúde, trabalho e ambiente, procurando estabelecer uma estreita articulação com a classe trabalhadora (SOUZA *et al.*, 2017), no contexto da redemocratização da América Latina nas décadas de 1970 e 1980 e com influência marxista da Medicina Social Latino-americana (MSLA), através das ideias de centralidade do trabalho e determinação social do processo saúde-doença (PORTO; MARTINS, 2019).

Com foco na integralidade da atenção, trabalho em equipe e apropriação do SUS, a Saúde Coletiva apregoa a necessidade de ampliação da capacidade de percepção e intervenção sobre a saúde, através da revisão do conceito de saúde, do conhecimento da realidade local e da aproximação entre as profissões e dessa com o SUS (CARVALHO; CECCIM, 2006).

De acordo com Augusto *et al.* (2014), o campo da Saúde Coletiva vem sendo construído num processo dinâmico desde os anos 1970, inserido no processo histórico-social da Reforma Sanitária Brasileira (RSB). Paralelamente, vem também se constituindo o Grupo Temático Saúde e Ambiente, um núcleo de saberes e práticas em torno das relações entre a sociedade e a natureza que ajudam na compreensão dos determinantes do processo saúde-doença da população, mediados pelo modo de produção e o trabalho humano. Este Grupo, que faz parte da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), surgiu no ano 2000, no contexto de aceleração da mundialização da economia, da reestruturação socioespacial das modalidades produtivas engendrada pelos grandes grupos econômicos e da subordinação do Estado aos interesses corporativos (AUGUSTO *et al.*, 2014).

Inúmeros são os desafios enfrentados pela Saúde Coletiva na busca da construção de caminhos alternativos ao modelo de desenvolvimento socioeconômico vigente no país, no tocante à injusta distribuição social e territorial dos ônus e dos bônus do crescimento da economia, de forma que se questiona que abordagens responderiam às demandas da sociedade, principalmente das comunidades locais atingidas pelos processos globalizados de acumulação capitalista (AUGUSTO *et al.*, 2014).

Os pressupostos explicitados da Saúde Coletiva, da Psicologia Social do Trabalho e da Saúde do Trabalhador se mostram pertinentes para a busca dos objetivos da presente pesquisa, ou seja, a compreensão de aspectos relacionados ao trabalho, à saúde e à vida de catadores de materiais recicláveis na cidade do Rio de Janeiro.

4.3 RESÍDUOS SÓLIDOS - CATAÇÃO

A questão ambiental é um direito adquirido no Brasil por meio da Constituição Federal, a partir do artigo 225: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988).

O desenvolvimento da cultura dos 3R (Redução, Reutilização e Reciclagem), principalmente a partir das mobilizações da conferência Rio – 92 e do destaque ao lixo em documentos ambientais, conforme Waldman (2010), em documentos como a Agenda 21, combinado com os altos índices de desemprego, dá margem para a emergência do setor econômico relacionado ao lixo, que se torna uma opção de trabalho para milhares de pessoas no país que buscam a sobrevivência pessoal e familiar. A escassez de matérias-primas também contribui para a transformação dos resíduos em opção de renda e trabalho para um grande contingente de catadores, que se tornaram aspecto relevante na rotina dos centros urbanos de todo o mundo, ao contribuírem para o encaminhamento de volumes consideráveis de materiais para as indústrias recicladoras (WALDMAN, 2010).

Os materiais descartados vêm proliferando mundialmente e podem oferecer inúmeros riscos ao seu retorno, diferentemente do passado, quando a escala era bem menor, eram materiais degradáveis e ofereciam menos perigo ao meio ambiente (WALDMAN, 2010).

A produção constante e cada vez mais volumosa de restos e sua presença nos espaços urbanos apontam para a questão de como manejar tais materiais, que são marcados por estigmas e tabus, tendo em vista que o imaginário em torno do “lixo” suscita atitude de repulsa e mesmo de temor, por ter sido historicamente associado a restos e dejetos (LIMA, 2021).

Segundo o Banco Mundial, somente no ano de 2016, foram geradas 2,01 bilhões de toneladas de resíduos, ou seja, uma média de 270,1 quilogramas de lixo por pessoa foram descartados nesse período (KAZA *et. al*, 2018). O relatório sobre a geração de lixo emitido pelo órgão no final de 2018 apresentou a previsão de que, caso não sejam tomadas medidas para diminuir a produção de lixo, a quantidade de detritos descartada pelas pessoas, empresas e governos pode atingir 3,4 bilhões de toneladas em 2048, significando um aumento de 70% sobre os valores apurados em 2016 (KAZA *et al*, 2018).

A geração de resíduos sólidos urbanos (RSU) no Brasil registrou considerável

incremento entre 2019 e 2020, em torno de 4%, passando do total de 79 milhões (ABRELPE, 2019) para 82,5 milhões de toneladas geradas, ou 225.965 toneladas diárias, o que representa uma média de 1,07 kg de resíduo descartado por dia por cada brasileiro, ou 390 kg por habitante ao ano (ABRELPE, 2021). A Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais – ABRELPE aponta como possível razão para esse aumento uma influência direta da pandemia da covid-19 durante o ano de 2020, quando as novas dinâmicas sociais foram transferidas para as residências das pessoas e o consumo em restaurantes foi substituído pelo delivery, aumentando os descartes diários de resíduos nos domicílios.

A geração e o acúmulo de lixo consistem em problemas ambientais de extrema relevância e gravidade, uma vez que provocam inúmeras consequências de diversas ordens, como: escassez dos recursos naturais; degradação ambiental; e esgotamento de espaço físico para o armazenamento dos resíduos produzidos (MEDEIROS; MACEDO, 2006).

No Brasil, a administração pública municipal tem a responsabilidade de gerenciar os resíduos sólidos, desde a sua coleta até a sua disposição final, que deve ser ambientalmente segura. Até a primeira década do presente século, aproximadamente metade das instalações que recebiam detritos no país funcionavam sem qualquer tipo de licença ambiental e a descarga dos materiais é feita a céu aberto e sem providências de proteção ao solo ou sem cuidados com a cobertura regular dos resíduos com material inerte (WALDMAN, 2010). Em dados recentes, mais de 60% dos resíduos coletados no país em 2020 – 46 milhões de toneladas – seguiram para disposição em aterros sanitários, ou seja, tiveram destinação adequada, enquanto os demais 40% foram levados inadequadamente para lixões e aterros controlados, que permanecem em operação (ABRELPE, 2021).

Do ponto de vista ambiental, os aterros controlados não possuem o conjunto de sistemas necessários para proteção do meio ambiente e da saúde pública, pouco diferenciando-se dos lixões (ABRELPE, 2018).

A população acaba prejudicada, direta ou indiretamente, com a poluição e a contaminação dos corpos d'água e dos lençóis freáticos, dependendo do uso da água e da absorção de material tóxico ou contaminado, estando exposta também ao consumo de carne de animais criados nos vazadouros e que podem ser causadores da transmissão de doenças ao ser humano. Mesmo após a desativação de lixões ou aterros, os produtos orgânicos continuam a degradar por longos períodos, ocorrendo a percolação do chorume, líquido escuro originário da decomposição desses produtos que pode causar poluição ambiental (GOUVEIA, 2012).

Os problemas advindos do acúmulo de materiais nos lixões podem ser classificados em três esferas: ambientais (poluição do solo e do ar nos arredores dos lixões, poluição do lençol freático do subsolo e grande concentração de materiais não orgânicos que se acumulam nesses espaços); sanitárias (acúmulo de insetos e de uma infinidade de germes em torno de locais onde se deposita o lixo, que são responsáveis diretos pela disseminação de uma série de doenças); e sociais (prejuízos causados às comunidades vizinhas e um número considerável de pessoas que atualmente trabalham nesses locais e sobrevivem dos restos de consumo encontrados no lixo) (GONÇALVES; ABEGÃO, 2006).

À medida que a humanidade se transforma, mudam também as prioridades e as percepções humanas acerca do seu meio e dos recursos que rodeiam os homens, de forma que, aquilo que era entendido como inútil, torna-se útil; o que era desprezado, passa a ser matéria detentora de valor; o que era temido passa a ser aceito; o que era descartado, passa a ser poupado (WALDMAN, 2010). Contudo, nem sempre as soluções para os problemas advindos dessas transformações aparecem de forma imediata ou concomitante, o que geralmente acarreta inúmeros prejuízos para a sociedade antes que se consiga amenizar as questões.

No entanto, as taxas de recuperação de resíduos recicláveis no Brasil são muito baixas, em torno de 4%, o que mostra que a maior parte dos resíduos continua sendo direcionada para aterros sanitários, aterros controlados e lixões a céu aberto distribuídos por todo o território nacional (ANCAT; PRAGMA, 2021).

A catação aparece como possibilidade de sobrevivência de muitos indivíduos, diante da situação de exclusão em que vivem e da falta de alternativas para a subsistência (ALENCAR *et al.*, 2009; CAVALCANTE; FRANCO, 2007; MEDEIROS; MACEDO, 2006; MARTINHAGO *et al.*, 2014; RODRIGUES; ICHIKAWA, 2015; SANTOS; SILVA, 2011). Ademais, apresenta-se como um ofício passado de geração em geração, pois há pessoas cujas origens remetem a famílias que culturalmente tiveram como referência de trabalho os seus antepassados que também exerceram a atividade (BASTOS, 2014). Os lixões acabam sendo, então, uma opção de vida para parte significativa de brasileiros, que buscam no lixo restos que tenham algum tipo de serventia, por não terem um trabalho ou outros recursos que auxiliem na sobrevivência (GONÇALVES; ABEGÃO, 2004; BAPTISTA, 2013).

De acordo com Oliveira *et al.* (2007), a catação de materiais recicláveis é uma atividade antiga no Brasil e que vem se expandindo ao longo dos anos, cuja expansão tem relação direta com a grande quantidade e qualidade de resíduos sólidos que vem sendo produzida.

Embora seja uma atuação de enorme relevância, a sua inclusão na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) ocorreu somente em 2002, através da portaria nº 397/2002, que determinou o uso da nova nomenclatura nos documentos oficiais a partir de janeiro de 2003 (BRASIL, 2002). Contendo como sinônimos - catador de ferro-velho, catador de papel e papelão, catador de sucata, catador de vasilhame e enfardador de sucata, a ocupação “catador de materiais recicláveis” recebeu o código 5192-05 e a descrição de que seus profissionais “catam, selecionam e vendem materiais recicláveis como papel, papelão e vidro, bem como materiais ferrosos e não ferrosos e outros materiais reaproveitáveis” (BRASIL, 2010). Porém, a regulamentação da profissão, que disciplina requisitos e direitos para as atividades de coleta de resíduos domiciliares e industriais, e de limpeza de vias públicas, ainda se encontrava em tramitação no fechamento dessa tese, através do PL 3253/2019, apensado ao PL 4146/2020 (BRASIL, 2020). Essa falta de reconhecimento oficial da profissão, segundo Figueiredo e Bastos (2021) inviabiliza a inserção dos catadores de materiais recicláveis em atividades formais.

O trabalho realizado pelos catadores ajuda a promover a subsistência de milhares de famílias e exerce um papel importante para o ambiente, mas ainda é uma atividade estigmatizada por envolver um material descartado e do qual todos querem se livrar, o que faz com que a própria figura do catador seja associada ao lixo (OLIVEIRA *et al.*, 2007).

Além do preconceito e da falta de reconhecimento, os catadores são desprovidos de amparo quanto às garantias trabalhistas, principalmente em condições de acidentes do trabalho, doenças, aposentadoria, décimo terceiro salário e seguro-desemprego (MEDEIROS; MACEDO, 2006).

A catação é uma atividade que possui classificação de insalubridade em grau máximo, conforme diretrizes da Norma Regulamentadora – NR nº 15 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), pois os fatores de riscos físicos, químicos, mecânicos, biológicos dos ambientes de trabalho aos quais os trabalhadores estão expostos podem gerar problemas de saúde (OLIVEIRA, 2011). A NR-15 estabelece as atividades que devem ser consideradas insalubres, gerando direito ao adicional de insalubridade aos trabalhadores (BRASIL, 2021). Esse adicional de insalubridade, embora não tenha sido verificado nas relações de trabalho dos catadores dessa pesquisa nem na literatura consultada, certamente consiste em um fator ao qual a categoria faz jus.

A insalubridade pode ser facilmente observada a partir das condições precárias em que desenvolvem a atividade de revirar toda espécie de lixo, quase sempre sem proteção alguma, sob o calor do sol, a umidade da chuva ou qualquer outra manifestação do tempo.

Existe ainda a busca de sobrevivência ao retirar do próprio lixo formas de amenizar a fome e levar comida para casa, recorrendo a achados de procedência duvidosa e validade e qualidade questionáveis. Contudo, isso não aparece de imediato na fala dos entrevistados nesta pesquisa, tendo em vista que quase sempre as perguntas relativas ao contexto de saúde deles eram respondidas como estando tudo bem, que se encontravam saudáveis. Parece que eles se acostumaram com as dificuldades que enfrentaram ao longo da vida e que não se abalavam com pequenos incidentes, estando conformados que assim deveria ser.

Oliveira *et al.* (2007) apontam que o lixo, gradativamente, deixou de ser demandado apenas pelos catadores, pois empresas, sucateiros e atravessadores passaram a comercializar muitos dos materiais recicláveis no lixo, tornando esse comércio lucrativo. Quanto à negociação do produto, os catadores se encontram em situação de extrema desvantagem, pois não coletam em escala suficiente nem possuem capital de giro para enfrentar a concorrência e barganhar melhores valores com os outros atores do processo. Por outro lado, a ausência de experiências de caráter coletivo acumuladas em suas histórias de vida e as características e estigmas que cercam o trabalho com o lixo acabam por envolver uma minoria de trabalhadores em processos coletivos de organização (BASTOS, 2014).

Estima-se que 90% do lixo reciclado no Brasil passe pela mão de catadores e de catadoras, através do trabalho isolado nas ruas e nos lixões ou de organizações em cooperativas de reciclagem, embora 75% dos ganhos totais do setor de reciclagem sejam destinados às indústrias (FREITAS; FONSECA, 2012).

Os catadores buscam sua sobrevivência e inserção no mundo do trabalho num cenário extremamente precário, sem as mínimas condições de salubridade ou conforto, pois eles não têm acesso à seguridade social e trabalhista – aquilo que recebem não é suficiente nem para a própria subsistência, quanto mais para arcar com as despesas da Previdência Social (SANTOS; SILVA, 2011). A alternativa da catação ocorre em um contexto de desemprego estrutural, precarização do trabalho, baixa renda e pouco acesso à saúde, escolaridade e moradia, portanto, não se consolida como uma condição digna de ocupação para obter a renda necessária e suficiente para dar conta das demandas individuais e da família dos trabalhadores (RODE *et al.*, 2021).

A integração dos catadores na gestão dos resíduos pode contribuir decisivamente para racionalizar e otimizar a coleta seletiva nas cidades brasileiras que comungam a difícil tarefa de administrar milhares de toneladas de lixo produzidas diariamente (WALDMAN, 2010). Contudo, a iniciativa da coleta seletiva ainda demonstra bastante fragilidade no país, tendo em vista que somente cerca de 27% dos municípios ainda não possuem nenhum tipo de

modalidade desse serviço, seja coleta de resíduos secos ou orgânicos (ANCAT; PRAGMA, 2021).

Os catadores buscam no lixo materiais para comercialização ou até mesmo para alimentação, expondo-se, assim, a inúmeros riscos de contaminação presentes nos resíduos, além de estarem expostos a riscos de integridade física por acidentes causados pelo manuseio dos materiais. Pesquisadores vêm mostrando os riscos à saúde existentes na atividade de catação, como a ocorrência e a proliferação de vetores de doenças nos locais de trabalho e a exposição a agentes patogênicos físicos, químicos e biológicos (NEVES *et al*, 2017; ALENCAR *et al*, 2009; COELHO *et al*, 2018; ALVES *et al*, 2020; ZOLNIKOV *et al* 2019; COELHO *et al*, 2016; SANTOS *et al*, 2011; FERREIRA, 2001).

A forma como o catador percebe a sua atividade e posição social, conforme Oliveira *et al* (2007), demonstra interferir em suas relações no mundo do trabalho. Esses autores alegam, a partir da realização de uma pesquisa de mestrado, que a representação social comumente encontrada entre tais trabalhadores é a de que prefeririam esse trabalho ao roubo, ao tráfico, à mendicância, o que reforça, sem querer, seu significado de miséria e também a autoimagem como sem alternativas, a não ser “viverem do lixo” (OLIVEIRA *et al.*, 2007).

Na Pesquisa Ciclosoft realizada no ano de 2020, com mais de 500 organizações de catadores distribuídas em 24 unidades federativas, o CEMPRE (2020) informou que 53,3% das organizações de catadores eram auxiliadas pelo poder público, porém sem repasse financeiro; e que 56,4% eram apoiadas por programas de logística reversa. A instituição avaliou o grau de formalização dessas organizações, levando em consideração a existência de documentos como CNPJ, estatuto social, livro de matrícula, licença ambiental e capacidade de emissão de notas fiscais, verificando que aproximadamente apenas 50% das organizações abordadas emitia nota fiscal (CEMPRE, 2020). Um documento essencial para a negociação com as indústrias de reciclagem.

A Pesquisa Ciclosoft aferiu também a distribuição da renda média individual para os catadores, a partir da declaração das organizações, apresentando inclusive dados por unidade federativa. Aproximadamente 10% dessas organizações no Brasil e 17% no Estado do Rio de Janeiro informaram que seus catadores recebiam mensalmente menos de um SM; 43% no Brasil e 34% no Rio de Janeiro recebiam entre meio e um SM; 42% no Brasil e 48% no Rio de Janeiro recebiam entre um e dois SM. Importante ressaltar que não foi informado rendimento superior a dois salários-mínimos por organizações do Rio de Janeiro nesse levantamento (CEMPRE, 2020). Verifica-se, então, que verbera entre os catadores que atuam em organizações coletivas uma baixa remuneração, que gira em torno de um salário-mínimo

e sequer chega a dois salários-mínimos.

Em artigo sobre resultados da Rede Trabalhadores (as) & Covid-19, que objetivou amplificar informações técnicas e teórico-científicas para trabalhadores (as), seus representantes sindicais e empregadores na perspectiva de controlar a doença ou ao menos mitigar seu impacto, compartilhar experiências e potencializar ações em saúde pela integração de diversas redes, pesquisadores apontaram o desafio na estruturação de políticas públicas para o enfrentamento de demandas apresentadas pelos setores produtivos, de forma a garantir o máximo de proteção à saúde dos(as) trabalhadores(as), assim como a segurança nos ambientes de trabalho (NUNES *et al*, 2022).

O Anuário da Reciclagem 2021, segundo ANCAT e PRAGMA (2021) apontou para o grande desafio que as cooperativas de reciclagem se defrontaram no início da pandemia de covid-19, diante do fechamento total ou parcial das operações de coletas seletivas, via decretos municipais e/ou estaduais, da paralisação de compra de materiais por agregadores e recicladores, e ainda pelo risco de contágio em caso de continuidade do trabalho, o que ameaçou a subsistência dos membros. O documento ressaltou que a pandemia, embora vivenciada por toda a sociedade, teve maior impacto para as catadoras e catadores de materiais recicláveis, em razão da falta de uma rede de proteção social do emprego formal, da paralisação de contratos de prestação de serviço de coleta seletiva por parte de algumas prefeituras, e ainda pela falta de uma política específica de suporte a estes trabalhadores, cujas organizações tiveram suas operações paralisadas (ANCAT; PRAGMA, 2021).

Em pesquisa sobre o impacto da pandemia pela covid-19 na gestão dos resíduos sólidos urbanos das capitais brasileiras, a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES (2020) também ressaltou que a coleta seletiva foi bastante afetada nos primeiros meses da pandemia, pois diversos municípios suspenderam temporariamente a atividade, o que impactou significativamente na renda das cooperativas.

Os dados mostraram que o percentual da incidência do coronavírus nos trabalhadores dos diferentes setores da limpeza urbana foi superior ao observado na população em geral no período: 778 casos de contaminação 100 mil entre os trabalhadores, contra uma média de 449 casos em 100 mil para a população em geral nas capitais pesquisadas, ou seja, 5,47 vezes maior do que a média brasileira, com óbitos 6,5 vezes maiores (ABES, 2020). Ainda que os catadores de materiais recicláveis dessa tese não sejam trabalhadores formais dos serviços de limpeza urbana, como na pesquisa da ABES, pode-se inferir que, por também lidarem com resíduos sólidos urbanos, estavam sujeitos a uma maior incidência na contaminação pelo coronavírus.

Segundo a Pesquisa Ciclossoft, realizada bianualmente e que reúne informações sobre os programas de coleta seletiva, logística reversa, composição de resíduos sólidos urbanos, indicadores e informações relacionadas aos modelos de coleta e outras questões no país desde 1994, a pandemia de covid-19 provocou a revisão dos procedimentos da cadeia da reciclagem por parte do poder público e das organizações de catadores, que enfrentaram situações como o aumento significativo da geração e descarte de resíduos ou até a paralisação total do sistema (CEMPRE, 2020).

Outro levantamento periódico de suma importância para as temáticas abordadas é o Panorama de Resíduos no Brasil, realizado anualmente pela ABRELPE. A edição de 2021, cujos dados são relativos ao ano de 2020, mostrou que as nuances do cotidiano das pessoas, em virtude da pandemia do coronavírus, foram deslocadas dos ambientes de trabalho (indústrias e escritórios), estudos (escolas e universidades) e dos centros comerciais para as residências. Essas novas dinâmicas sociais que surgiram com a pandemia trouxeram um grande impacto para os serviços de limpeza urbana, em virtude da produção e do descarte de resíduos, que passou do compartilhamento entre os diferentes centros de geração para uma maior concentração nos domicílios (ABRELPE, 2021).

4.3.1 Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS

A publicação da PNRS, em 2010, sob a Lei Federal nº 12.305/2010, representou um grande avanço para a luta dos catadores de materiais recicláveis em busca de melhores condições de trabalho, de remuneração e de vida. A regulamentação ocorreu no mesmo ano através do Decreto nº 7404/2010, que foi revogado pelo Decreto nº 10.936/2022. Em julho de 2020, a lei nº 14.026 atualizou algumas legislações relativas ao meio ambiente e temas afins, incluindo a Lei nº 12.305/2010, ao tratar dos prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole), para estender seu âmbito de aplicação às microrregiões (BRASIL, 2020).

Com a aprovação da PNRS, a concessão de incentivos fiscais, financeiros e de créditos pode ser instituída pela União, Estados e municípios a projetos relacionados à responsabilidade pelo ciclo de vida dos produtos, prioritariamente em parceria com cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda (BRASIL, 2010).

A emergência da PNRS/2010 fomentou o delineamento de políticas públicas que articulam aspectos sociais, econômicos e técnico-ambientais, o que pode gerar ações que não

reproduzam o efeito perverso da exclusão social e da exploração a que estão submetidos os trabalhadores que atuam na catação de materiais recicláveis. Faz-se necessário o incentivo à coleta seletiva com adequada separação dos diversos materiais, tanto no momento da geração do resíduo quanto nas centrais de triagem, com o objetivo de eliminar os riscos à saúde e ao ambiente, e que garantam, ao mesmo tempo, a inclusão social efetiva de parcelas significativas da população (GOUVEIA, 2012).

As expectativas de melhorias podem ser vislumbradas em diversos itens desses documentos, que serão descritos no presente tópico, que também discute situações de ressalvas ou retrocessos que vêm acontecendo e destaca aspectos importantes para o presente estudo.

Os debates sobre os temas que desencadearam nessa política foram iniciados ainda na década de 1970, mas no poder legislativo apareceram formalmente somente no final da década de 1980, com o Projeto de Lei do Senado nº 354/89, que dispunha sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde. Este PLS foi sendo modificado por mais de 20 anos até se transformar na Política publicada.

No início do texto da PNRS, no capítulo que contém as principais definições que regem o documento, destacamos o termo “controle social”, que é apresentado no Art. 3º, inciso VI, como o “conjunto de mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade informações e participação nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas relacionadas aos resíduos sólidos” (BRASIL, 2010).

Essa noção de controle social aparece em seguida em seções dos capítulos dos princípios e objetivos, dos instrumentos, das disposições gerais e dos planos de resíduos sólidos, ou seja, perpassa a PNRS como um todo. O conteúdo dos planos de resíduos sólidos deve ser amplamente publicizado segundo a Política, que também assegura o controle social na formulação, implementação e operacionalização dos planos em todas as esferas (nacional, estaduais, microrregionais, intermunicipais, municipais e de gerenciamento de resíduos sólidos). O Plano Nacional de Resíduos Sólidos, por exemplo, deve ser elaborado mediante processo de mobilização e participação social, que inclui a realização de audiências e consultas públicas (BRASIL, 2010).

Os órgãos colegiados municipais destinados ao controle social são considerados instrumentos da Política, sendo essenciais para a realização das ações a ela relacionadas. A garantia da participação da sociedade em políticas públicas, sob forma de conselhos, órgãos colegiados, consultas públicas ou qualquer outra modalidade, é de suma importância para a

elaboração de diretrizes em consonância com os anseios e necessidades da população e do público-alvo das políticas em questão.

A coleta seletiva, definição dada à coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme sua constituição ou composição, é tida como um dos instrumentos da PNRS, assim como o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis (BRASIL, 2010). A legislação brasileira possibilita e prioriza, então, a inclusão socioproductiva de catadores na prestação de serviços de coleta seletiva. A lei determina que os municípios busquem contratos com cooperativas locais para a coleta seletiva, garantindo à cooperativa o acesso aos materiais recicláveis.

A integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvem a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos aparece explicitamente no Art. 7º, que versa sobre os objetivos da PNRS. Tal ciclo consiste em uma “série de etapas que envolvem o desenvolvimento do produto, a obtenção de matérias-primas e insumos, o processo produtivo, o consumo e a disposição final (BRASIL, 2010).

A PNRS exige como conteúdo mínimo para o plano estadual de resíduos sólidos, dentre outros itens, o estabelecimento de metas para a eliminação e a recuperação de lixões de forma associada à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, conforme Art. 17, inciso V. A elaboração de um plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, segundo o artigo 19, também possui uma série de itens a serem contemplados no seu conteúdo mínimo, incluindo programas e ações para a participação dos grupos interessados, em especial das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda (BRASIL, 2010).

Para que o Distrito Federal e os Municípios tenham acesso a recursos da União destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, o PNRS exige a elaboração de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, conforme Art. 18. A Política institui como prioridade no recebimento dos recursos os municípios que optarem por soluções consorciadas intermunicipais, como primeiro item, e, em segundo, aqueles que implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, formadas por pessoas físicas de baixa renda (BRASIL, 2010).

Os resíduos sólidos recebem duas classificações na Política: quanto à origem (resíduos sólidos urbanos, podendo ser domiciliares ou de limpeza urbana; de

estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços; de serviços públicos de saneamento básico; industriais; de serviços de saúde; de construção civil; agrossilvopastoris; de serviços de transportes; de mineração) e quanto à periculosidade (perigosos; não perigosos) (BRASIL, 2010).

Segundo a Norma ABNT 10004/2004, a classificação de resíduos sólidos envolve: a identificação do processo ou atividade que lhes deu origem, de seus constituintes e características; e a comparação destes constituintes com listagens de resíduos e substâncias cujo impacto à saúde e ao meio ambiente é conhecido. A periculosidade de um resíduo é caracterizada, segundo esse normativo, quando um resíduo, por suas propriedades físicas, químicas ou infectocontagiosas pode apresentar: risco à saúde pública, ou seja, pode provocar morte ou incidência de doenças; e riscos ao meio ambiente, que ocorre quando o resíduo é gerenciado de forma inadequada (ABNT, 2004).

Os chamados RSU, que englobam os resíduos domiciliares (originários de atividades domésticas em residências urbanas) e os resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços, representam os principais tipos de resíduos que fomentam a atividade dos catadores alvo dessa investigação. Ambos podem ser considerados, a priori, como não perigosos, já que, em razão de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade, patogenicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade e mutagenicidade, não apresentam, de imediato, significativo risco à saúde pública ou à qualidade ambiental. Entretanto, essa classificação merece uma atenção especial quando analisada sob a ótica da atuação dos catadores de materiais, especialmente nas ruas, dadas as condições em que ocorrem e quanto às consequências da atividade para a saúde dos trabalhadores.

A logística reversa, conforme conceituação da PNSR/2010, diz respeito ao conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada. Para a implementação e operacionalização do sistema de logística reversa, a Política institui que os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de determinados produtos (pilhas e baterias; pneus; lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista; produtos eletroeletrônicos e seus componentes) podem atuar em parceria com cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, o que pode ser considerado ponto favorável para a categoria.

O capítulo III da PNRS versa sobre as responsabilidades dos geradores e do poder

público e institui, no Art. 30, como objetivos da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos: “compatibilizar interesses entre os agentes econômicos e sociais e os processos de gestão empresarial e mercadológica com os de gestão ambiental, desenvolvendo estratégias sustentáveis” e “incentivar as boas práticas de responsabilidade socioambiental”, dentre outros. Dada a atuação dos catadores pesquisados que atuam nas ruas principalmente a partir do movimento de limpeza urbana municipal, cabe detalhar o seguinte artigo desse capítulo:

Art. 36. No âmbito da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, cabe ao titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, observado, se houver, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos:

I - adotar procedimentos para reaproveitar os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos;

II - estabelecer sistema de coleta seletiva;

III - articular com os agentes econômicos e sociais medidas para viabilizar o retorno ao ciclo produtivo dos resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis oriundos dos serviços de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos;

IV - realizar as atividades definidas por acordo setorial ou termo de compromisso na forma do § 7º do art. 33, mediante a devida remuneração pelo setor empresarial;

V - implantar sistema de compostagem para resíduos sólidos orgânicos e articular com os agentes econômicos e sociais formas de utilização do composto produzido;

VI - dar disposição final ambientalmente adequada aos resíduos e rejeitos oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos.

§ 1º Para o cumprimento do disposto nos incisos I a IV do caput, o titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos priorizará a organização e o funcionamento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, bem como sua contratação (BRASIL, 2010, on-line).

A organização do sistema de coleta seletiva pelo poder público municipal e a sua publicização são prerrogativas para a viabilização do trabalho dos catadores de materiais recicláveis, tanto nas cooperativas quanto nas ruas da cidade.

O Decreto de regulamentação traz um detalhamento para o capítulo dos instrumentos econômicos da PNRS, expressando, no Art. 86, que as instituições federais poderão criar linhas especiais de financiamento para a aquisição de máquinas e equipamentos utilizados na gestão de resíduos sólidos, realizada por cooperativas ou por outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis. Essa formulação reforça o Art. 42 da PNRS/2010, de mesmo cunho, que coloca como prioridade nas medidas indutoras e linhas de financiamento a implantação de infraestrutura física e aquisição de equipamentos para cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda.

O Movimento Nacional dos Catadores (as) de Materiais Recicláveis (MNCR) é uma organização social fundada em junho de 2001, no 1º Congresso Nacional dos Catadores (as) de Materiais Recicláveis em Brasília e que teve surgimento durante o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, dois anos antes. Tem como objetivo garantir o protagonismo popular da categoria e como princípio garantir a independência de classe, dispensando a fala de partidos políticos, governos e empresários (MNCR, 2022).

Em mais de duas décadas de existência, esse movimento social vem organizando os catadores e catadoras de materiais recicláveis por todo o Brasil, buscando a valorização dessa categoria através da crença na prática da ação direta popular, que é a participação efetiva do trabalhador em tudo que envolve sua vida, algo que rompe com a indiferença do povo e abre caminho para a transformação da sociedade.

Segundo o MNCR (2022), a sanção da Lei 12.305/10, que aprovou a PNRS e apontou para a construção de um novo modelo de gestão de resíduos, constituiu a garantia da priorização de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis nessa gestão.

Entretanto, após mais de uma década de assinatura da PNRS pelo então Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, tal priorização não tem sido efetivada na prática nem nos instrumentos legais que se seguiram, a exemplo da regulamentação da Lei, pois a categoria não aparece como destaque na gestão dos resíduos no país como deveria.

O Decreto 11.044/22, que institui o Certificado de Crédito de Reciclagem – Recicla+, provém do Art. 33 da PNRS, que versa sobre a estruturação e a implementação dos sistemas de logística reversa pelos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, mediante retorno dos produtos após uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos. Tal documento recebeu do MNCR um posicionamento crítico exigindo a sua revogação durante o 9º Encontro Regional de Coleta Seletiva, ocorrido em junho de 2022 no interior de São Paulo.

Em defesa da Reciclagem Popular e Solidária, o movimento afirma que o referido decreto distorce completamente a PNRS/2010, pois descaracteriza o papel central dos catadores de materiais recicláveis, dificultando a participação destes na implementação do sistema de logística reversa e na prestação de serviços de destinação correta das embalagens.

Alguns itens são elencados pela organização não-governamental como sendo negativos com relação aos direitos até então alcançados pela categoria:

a) A definição dada pelo Decreto ao termo entidade gestora, ou seja, “pessoa jurídica instituída e administrada por entidades representativas de âmbito nacional dos setores de fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes, com a finalidade de estruturar,

implementar e operacionalizar o sistema de logística reversa de produtos ou de embalagens em modelo coletivo, cadastrada no Sinir e autorizada a emitir o Recicla+”, exclui entidades que já vêm desenvolvendo há anos projetos de logística reversa com organizações de catadores. Segundo a nota emitida pelo MNRC, embora existam várias iniciativas que atuam na logística reversa no país, apenas uma se enquadra nessa caracterização. Além disso, poucos dias após a publicação do Decreto e antes mesmo de regulamentar o cadastro previsto das entidades gestoras, o Governo Federal realizou um leilão de notas fiscais em que somente essa entidade se enquadrava no conceito e no qual nenhuma organização de catadores conseguiu comercializar resultados de logística reversa.

b) A recuperação energética, que denomina a “conversão de resíduos sólidos em combustível, energia térmica ou eletricidade, por meio de processos, tais como digestão anaeróbia, recuperação de gás de aterro sanitário, combustão e coprocessamento”, aparece como opção de cumprimento da logística reversa de embalagens em geral, mas não aponta nenhum mecanismo de controle e garantia quanto à desaceleração de resíduos para a reciclagem. A queima de resíduos constitui uma solução simples e rápida, porém, os seus prejuízos ao meio ambiente são similares ou até mesmo mais prejudiciais do que o aterramento dos materiais. Para o MNCR, a forma como a recuperação energética é tratada no Decreto está em desacordo com a PNRS, e distancia a missão da logística reversa de garantir o retorno das embalagens ao ciclo produtivo.

c) A exigência de nota fiscal e, especialmente, do Certificado de Destinação Final (CDF) dos resíduos para a validação dos resultados de logística reversa representa, de acordo com o MNCR, o fim da participação das organizações de catadores do sistema de logística reversa de embalagens em geral. Isso porque o CDF é emitido apenas pelo último elo da cadeia, aquele que fornece a destinação final dos resíduos, ou seja, pela indústria. O movimento ressalta que apenas aproximadamente 10% das organizações de catadores possuem operações de venda diretamente para a indústria de reciclagem.

d) O Recicla+ não foi submetido a consulta pública, contrariando não apenas a PNRS como também a sua regulamentação, pelo Decreto nº 10.936/22. Como defendido inicialmente, a participação da sociedade no fomento de políticas públicas é de fundamental importância para a garantia dos direitos constitucionais. Nesse caso, os maiores responsáveis pela reciclagem não participaram da formulação de uma legislação de grande impacto para a categoria e para o gerenciamento de resíduos sólidos no país (MNCR, 2022).

A PNRS/2010 consiste numa política de resíduos que não problematiza o modelo de desenvolvimento insustentável nem as precárias condições dos trabalhadores, que estão

submetidos a processos de vulnerabilidade e não possuem poder político e econômico para se fazerem ouvir na esfera pública (MATTOS, 2021).

Assim, percebemos que foram dados passos importantes para a categoria no tocante às políticas públicas, mas que ainda não chegaram a se efetivar nem a promover mudanças significativas para o grande contingente de brasileiros e brasileiras que buscam nos RSU a sua sobrevivência.

5 RESULTADOS

As categorias elencadas para análise dos dados coletados na pesquisa de campo para interpretação a partir da percepção dos sujeitos entrevistados, da observação nos locais de pesquisa e em relação ao referencial teórico foram: trabalho, saúde e outras esferas da vida.

A primeira categoria diz respeito à apresentação de aspectos do trabalho na catação de materiais recicláveis nas esferas pesquisadas; em seguida, através da categoria saúde, foram investigados elementos relacionados à integridade física e mental dos sujeitos; por fim, a categoria “outras esferas da vida” contém fatores relacionados à história de vida dos entrevistados e ao enfrentamento de situações vivenciadas de trabalho e saúde, como apontamentos sobre política e período pandêmico.

Considerando que o ser humano é social e que tais esferas são complexas e indissociáveis, os tópicos seguintes contêm interpretações de vários aspectos que se misturam em cada grupo pesquisado, sempre buscando uma apresentação didática da riqueza do que foi apreendido na pesquisa.

5.1 CATADORES AVULSOS DO GRAJAÚ E SUAS SINGULARIDADES

Nas ruas do Grajaú, foram entrevistadas nos meses de outubro e novembro de 2021, sete pessoas em quatro dias diferentes, de forma que utilizaremos as siglas G1 a G7 para os participantes e suas respectivas falas. Buscou-se uma amostra aleatória para essa coleta de dados dentre uma população estimada de algumas dezenas de catadores, a fim de que fossem contemplados os gêneros masculino e feminino, diferentes idades (16 a 64 anos), cuja atuação se processava de forma individual ou em dupla / trio.

Todos os sujeitos entrevistados assinaram o TCLE. Nas citações literais, optamos por manter a transcrição conforme os entrevistados falaram, então pode haver erros de gramática e / ou sintaxe, e alguns termos utilizados por eles durante o diálogo, que não fazem parte da língua culta, estão entre aspas.

Tabela 1 – Entrevistados no Grajaú. Rio de Janeiro, Brasil.

Identificação	Sexo	Idade	Estado Civil	Filhos	Moradia	Escolaridade
G1	M	26	Solteiro	0	Própria	8ª série
G2	F	49	Solteiro	6	Própria	8ª série
G3	M	17	Solteiro	0	Própria	9ª série
G4	M	64	Casado	5	Própria	5ª série
G5	M	30	Solteiro	3	Situação de rua	6ª série
G6	F	50	Casada	2	Própria	8ª série
G7	M	18	Amancebado	0	Alugada	1º ano EM

Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

Poucas foram as negativas de participação na pesquisa: apenas três pessoas se opuseram a dar entrevista quando foram abordadas. Uma delas, uma senhora que aparentava idade de aproximadamente 50 anos, alegou que estava com pressa, pois tinha que voltar logo para casa e fazer o almoço dos netos. Em outra situação, um homem de meia idade simplesmente disse que não queria conversar e continuou a vasculhar os sacos plásticos das enormes lixeiras em frente a um condomínio residencial. Por fim, um adolescente, que atuava em trio com os amigos, até disse que responderia ao questionário depois deles dois, porém, como não estava demonstrando interesse, perguntando se ia demorar e sobre o que seria etc., optei por não insistir em abordá-lo.

As entrevistas ocorreram nas calçadas mesmo das ruas do bairro e tiveram duração entre 18 e 77 minutos. Alguns continuavam separando materiais enquanto eu fazia as perguntas, outros preferiram dar uma pausa para ficar à disposição do diálogo. Ocorreu ainda de dois catadores estarem lanchando durante a abordagem, e a minha postura era justamente de atrapalhar o menos possível o percurso deles.

5.1.1 O Trabalho para Catadores Avulsos do Grajaú

Na catação, é muito comum que o ofício seja passado dos pais para os filhos, como foi o caso de G1, que aprendeu com o pai a procurar papel e outros materiais vendáveis nas ruas. Com G5 já foi bem diferente: a fome levou este jovem adulto para o ofício junto aos restos deixados por outrem, pouco tempo depois que chegou no Rio de Janeiro:

Na Central do Brasil, eu vi as pessoas reciclando porque não tinha o que comer. Eu não tinha o que comer, então eu vi as pessoas fazendo isso aí, eu nunca tinha feito isso, nunca tinha visto isso, porque eu sou do interior do Espírito Santo. Eu sou do interior, você sabe que não tem isso né? (Entrevistado G5).

G6, apresentada na Figura 16, havia começado a atividade de catação há pouquíssimo tempo – dois meses antes – como forma de complementar a única renda fixa da sua casa, proveniente do Benefício de Proteção Continuada (BPC) do filho adulto deficiente, no valor de R\$1100. Isto porque o outro filho mais novo estava desempregado, e ela queria ajudá-lo nas despesas com a neta.

Figura 16 – Catadora G6.



Fonte: Acervo pessoal, 2021.

Os entrevistados G3 e G7 foram para a atividade a convite de um amigo, provavelmente no início da pandemia, e eles tinham menos tempo na atividade de catação, denominada por eles de “garimpo”.

Raramente, a catação consiste no único trabalho realizado na vida dos sujeitos, tanto em um período específico, quanto no decorrer da vida. Em geral, esses trabalhadores possuem outras experiências e realizam outros tipos de trabalho em paralelo, como forma de complementar a renda: entregador, vendedor de balas nos transportes públicos, empregada doméstica, faxina por diária, serviços gerais, pedreiro, pintura, bombeiro hidráulico, carregamento de caminhão, locutor, cuidador de caixa, auxiliar de rouparia e de hotelaria, frentista e artista de circo foram ocupações mencionadas pelos entrevistados. Mesmo quando estavam com trabalho fixo, eles disseram que costumavam “garimpar” nos dias de folga para melhorar os ganhos financeiros.

De forma similar aos entrevistados do Grajaú, um catador de rua, abordado em uma pesquisa em Fortaleza – CE, revelou que já tinha feito de tudo um pouco – lavador de carros, pintor de muros, servente de obra, empacotador, cozinheiro, mas, por motivos que não sabia explicar, sempre voltava ao lixo (MONTENEGRO, 2017).

Em publicação recente, Antunes (2022) ponderou que a crise econômica e a explosão da pandemia do coronavírus têm gerado impactos e consequências profundas para as pessoas que dependem do seu trabalho para sobreviverem, tendo em vista que, além dos altíssimos índices de mortalidade em todo o mundo, houve ampliação da miserabilidade e do empobrecimento da classe trabalhadora. O autor ressaltou que a situação se tornou verdadeiramente desesperadora para parcelas enormes da população brasileira, especialmente para desempregados e trabalhadores informais, e que o nosso país se destacou como um dos campeões da tragédia (ANTUNES, 2022):

No Brasil, onde vivemos *desde sempre* formas intensas de exploração do trabalho e de precarização ilimitada, as consequências são ainda mais perversas do ponto de vista social. Ao fim de 2019, ainda *antes* da pandemia, mais de 40% da classe trabalhadora brasileira encontrava-se na informalidade. No mesmo período, uma massa – em constante expansão – de mais de cinco milhões de trabalhadores e trabalhadoras experimentava as condições de *uberização* do trabalho em aplicativos e plataformas digitais, algo até recentemente saudado como parte do “maravilhoso” mundo do trabalho digital, com suas “novas modalidades” de trabalho *on-line* recepcionando seus novos “empreendedores”. Sem falar da enormidade do desemprego e da crescente massa subutilizada, terceirizada, intermitente e precarizada em praticamente todos os espaços de trabalho (ANTUNES, 2022, p. 15).

Os catadores parecem estar cientes da situação em que vivem e dos motivos para estarem ali. Consideram que estar nas ruas em busca de materiais para vender não é uma tarefa fácil, pois existe muita disputa: a quantidade de pessoas que buscam o seu sustento e o da família dessa maneira é gigantesca, por conta do desemprego que assola o país.

G5 reclamou que os funcionários da Comlurb faziam “garimpo”, denunciando até que pessoas dos condomínios separavam materiais para eles em troca de pagamento, proporcionando o acesso antecipado deles aos materiais e prejudicando os catadores. Na visão dele, essa era uma coisa absurda.

O envolvimento de condomínios como vendedores de materiais no fluxo da reciclagem foi apontado em um estudo, ao versar sobre a dificuldade de encontrar latinhas de alumínio, que possuem valor razoável no mercado de reciclagem, mas que estão sendo separadas por alguns prédios que vêm adquirindo o hábito de revender esse produto por conta própria (REIS; TEODÓSIO, 2020).

G6 relatou que havia iniciado os trabalhos no dia da entrevista bem cedo, umas três horas antes, e mesmo assim, não conseguira encontrar quase nada, porque tinha bastante catador na rua, revelando certa concorrência.

Então, mais do que em qualquer outro período, na crise econômica em que se

encontra o país, a catação se constitui, a priori, como uma alternativa para pessoas de ambos os sexos, de todas as idades e em qualquer situação de experiência ou in experiência, pois não requer escolaridade, formação ou treinamento. Por outro lado, ressalta-se que consiste em uma atividade em que a precarização é recorrente, a remuneração é a menor dentro da cadeia de reciclagem, e seus trabalhadores lidam com materiais com altos riscos de contaminação, incluídos nos riscos ocupacionais de tipo físico, químico, biológico, ergonômico, de acidentes e comportamentais (MOURA; GONÇALVES-DIAS, 2020).

Em pesquisa realizada na cidade de Belo Horizonte – MG, dentre nove pessoas em situação de rua entrevistadas, apenas uma informou que não utilizava a catação como forma de sobrevivência, pois considerava uma atividade que não compensava financeiramente. Mesmo que algumas pessoas em situação de rua não fossem tão favoráveis à revenda de materiais coletados para reciclagem, em virtude dos baixos valores repassados, a catação acabava sempre sendo uma opção de renda em certas ocasiões (REIS; TEODÓSIO, 2020).

Essa é uma situação facilmente constatada nas ruas da cidade do Rio de Janeiro na atualidade: a quantidade de pessoas em situação de rua e de catadores de materiais recicláveis transitando em bairros diversos vem aumentando consideravelmente.

A pouca escolaridade era ponto comum entre os catadores. Os sete entrevistados disseram assinar o nome e saber ler, mas nem todos sabiam escrever. Dos entrevistados em idade de maior acesso ao ensino formal, nenhum dos entrevistados estava frequentando a sala de aula no período dessa pesquisa de campo. Embora os dois adolescentes estivessem matriculados, eles relataram que as aulas ainda estavam suspensas, em virtude da pandemia: a escola não estava oferecendo aulas virtuais e o retorno ao ensino presencial estava previsto somente para o início do ano seguinte.

Voltar para a sala de aula parecia fora de cogitação para os entrevistados mais velhos, como se já tivesse passado o tempo para eles, e essa empreitada fosse somente para os mais novos. G6 relatou:

Eu quero estudar mais não. Já tô com 50 anos. [...] Eu tô estudando só mesmo pra acompanhar o meu filho, porque meu filho é um pouco difícil, né? Pra ficar junto com ele na sala de aula e eu ficava lá acompanhando ele e estudando também (Entrevistada G6).

G5, que estudou até a 6ª série, afirmou que pretendia voltar a estudar, para concluir o Ensino Médio, assim como G2, que queria fazer graduação em Direito para se tornar advogada e depois juíza. As declarações e a forma desta mulher se posicionar, como conhecedora dos seus direitos e ciente da situação de desigualdade e injustiça do país, assemelhou-se ao estilo de colocações da renomada catadora e escritora Carolina Maria de

Jesus, que teve publicados seus manuscritos da década de 1950, nos quais demonstrava esclarecimento acerca da conjuntura nacional e apresentava opiniões marcantes acerca dos governantes e dos candidatos em períodos eleitorais:

Quando um político diz nos seus discursos que está ao lado do povo, que visa incluir-se na política para melhorar as nossas condições de vida pedindo o nosso voto prometendo congelar os preços, já está ciente que abordando este grave problema ele vence nas urnas. Depois divorcia-se do povo. Olha o povo com os olhos semicerrados. Com um orgulho que fere a nossa sensibilidade.” (p. 38)

O que eu aviso aos pretendentes a política, é que o povo não tolera a fome. É preciso conhecer a fome para saber descrevê-la. [...] O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professor. Quem passa fome aprende a pensar no próximo, e nas crianças. (p. 29)

Quando eu era menina o meu sonho era ser homem para defender o Brasil porque eu lia a História do Brasil e ficava sabendo que existia guerra. Só lia os nomes masculinos como defensor da pátria. (p. 53)

O Brasil é predominado pelos brancos. Em muitas coisas eles precisam dos pretos e os pretos precisam deles.” (JESUS, 2014, p. 115)

Assim como Carolina de Jesus, G2 também opinou acerca da política, que pode ser vislumbrada no seu comentário sobre o Presidente da República no período (Jair Messias Bolsonaro): “Ele fala tão mal da mulher, né? Ele esquece que veio de uma mulher, né?”.

Segundo Fontana e Moschetta (2018), a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, sem discriminação e sem desigualdades, perpassa pelo mundo do trabalho, de modo que o trabalhador tenha contemplados os direitos fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, e que não seja considerado um instrumento ou um objeto para promover a riqueza de apenas uma classe social.

O que motivou G2 a ansiar pela formação em Direito foi a violência que sofreu do marido e a vontade de fazer valer a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher). Além da violência doméstica na relação com o companheiro, G2 vivenciou outras violências durante a sua vida:

A gente aprende, né? Porque apanha tanto na vida, a minha tia me botou pra trabalhar, eu tinha nove anos de idade. Eu apanhei muito na casa dos outros né? Fui muito humilhada na casa dos outros. Fui chamada de macaca, fui chamada de ladrona, e aí eu era uma criança... Nem me dava conta, sabia que eu era xingada mas naquela época não tinha coisa da infância e adolescência essas coisas de direito que eu acho que os aborrecentes se aproveitam muito né pra poder, por causa da lei. Na minha época não tinha isso. Apanhei muito das madame. Tenho marca no rosto, fiquei madura por causa entendeu? Do que eu aprendi, a gente tem que aprender. Ditado muito certo que diz que o melhor professor é o mundo. O mundo me ensinou a ser uma boa dona de casa e uma boa mãe, uma boa esposa. Porque não é porque eu sofri, fui humilhada, que eu quero que meus filhos passem o que eu passei. O mundo nos ensinou apanhando e eu ensino eles com carinho, com amor (Entrevistada G2).

Apenas um dos entrevistados pareceu de fato estar investindo na própria formação e em outra área: G7, conforme Figura 17, disse que estava fazendo curso de cabeleireiro em uma Associação da comunidade, onde aprendia a cortar cabelo masculino.

Figura 17 – Catador G7.



Fonte: Acervo pessoal, 2021.

Todos os entrevistados moravam em bairros nos arredores do Grajaú e costumavam ir a pé para os locais de coleta por ali, da mesma forma que levavam os materiais para os pontos de venda. G1 afirmou que, eventualmente, pegava ônibus na ida, quando estava muito quente ou tinha dinheiro “sobrando”³.

As ruas do Grajaú representavam apenas um dos locais de busca de material para os entrevistados, para onde se dirigiam dois ou três dias na semana, o que coincide com a programação de coleta seletiva da Comlurb, demonstrada na Figura 18, que geralmente ocorria a partir da metade da manhã e fazia com que os catadores iniciassem bem cedo a caminhada.

³ O valor da passagem de ônibus interurbano na cidade do Rio de Janeiro em 2021 era R\$ 4,05.

Figura 18 – Calçada no Grajaú com material para coleta seletiva da Comlurb.



Fonte: Acervo pessoal, 2021.

Nos demais dias da semana, eles costumavam trabalhar nos bairros de Vila Isabel, Tijuca, Maracanã, Engenho Novo e outros, mas o domingo quase sempre era destinado ao descanso, lazer ou afazeres domésticos. Essa programação poderia estar relacionada ainda ao funcionamento dos ferros-velhos, que não abriam aos domingos. Somente uma entrevistada (G6) afirmou que não “garimpava” em outros locais, pois precisava cuidar do filho e da neta, além de ter iniciado recentemente na tarefa de buscar materiais nas ruas.

Segundo Montenegro (2017), os catadores de materiais recicláveis fazem do espaço urbano o *locus* por excelência de sua atividade laboral, ao desenvolverem sua atividade tendo como palco as ruas da cidade.

Enquanto moradora do Grajaú, percebo que há pessoas vasculhando as calçadas e lixeiras das residências em todo e qualquer dia da semana, independente de dia útil, final de semana ou feriado, dia de coleta seletiva da Prefeitura, temperatura alta ou amena, sol ou chuva. Inclusive, houve relato de uma pessoa que gosta de trabalhar na chuva, por ser mais agradável, quando comparado ao clima do verão fluminense: “Eu prefiro quando chove, porque você não cansa tanto, entendeu? Você não se cansa tanto porque no sol você se cansa mais.” (G2). Ela afirmou que chegava a passar mal em virtude de baixa pressão arterial durante o verão, mas ainda assim não gostava de usar chapéu, por questão de vaidade “por causa que eu tenho o cabelo assim, aí não fica legal”. Diferentemente dessa catadora, G5 demonstrou receio de trabalhar na chuva, diante da facilidade de ficar doente “Quando está chovendo, eu não trabalho. Por que que eu não trabalho? [...] Por quê? Se você para, fica doente na rua, são poucos que vão poder te ajudar.”

Vale salientar que, dependendo do volume pluviométrico, torna-se mais difícil separar os materiais e não dá para recolher tudo, pois o papel, por exemplo, não é aceito

pelos atravessadores quando está encharcado ou molhado.

O valor arrecado por dia pelo catador de rua que atua individualmente era bastante variável. Durante as entrevistas, tive a impressão de que eles nem sempre falavam a verdade de quanto chegavam a arrecadar, parecendo às vezes aumentar o somatório e outras vezes diminuir, pois chegaram a apresentar contradições com relação aos ganhos ou simplesmente não falavam. G6, por exemplo, disse que tirava “uma merreca” por dia, algo entre R\$20 e R\$30, enquanto a variação de G5 girava entre R\$150 e R\$300. G4 relatou “arrumar 300 conto num dia”.

Com relação aos dois adolescentes entrevistados (G3 e G7), eles trabalhavam sempre juntos com um terceiro amigo, mas as coletas eram feitas individualmente, de forma que o dinheiro arrecadado não era rateado, e sim cada um vendia aquilo que havia separado.

O conceito de processo de trabalho utilizado nesta pesquisa permite compreender que, ainda que um indivíduo atue isolado em seu posto, existe uma relação social materializada estabelecida com seu objeto de trabalho, com os instrumentos, com os procedimentos e com o método que lhe são impostos (SOUZA, 2017).

Os somatórios mais elevados ocorriam quando encontravam materiais mais valorizados, como eletrônicos e objetos grandes de ferro, fazendo com que o ganho daquele dia fosse diferenciado – impressora, computador, televisão, panela, forno micro-ondas ajudavam a totalizar até mais de R\$150 em um único turno, o que era considerado pelo adolescente G3 “um dia de sorte”. A venda desses artefatos, especialmente eletrônicos, ocorria em outros locais que não os ferros-velhos de costume.

O catador G5 pareceu estar bem alinhado com as possibilidades de valorização de objetos descartados.

Ali na Borda do Mato [rua do Grajaú] tem um rapaz que eu sempre quando acho a coisa interessante, eu levo pra ele. Então tem uns gibi que valem R\$70 e poucos entendeu? É de R\$77, R\$76. Então são os gibis valiosos, muitas pessoas não sabem. Bom, eu tô com uma moeda aqui, uma moeda de um real, vale R\$100. Aí é na feira da Praça Quinze. [...] A reciclagem você traz muitas coisas boas. Ontem eu tirei só móvel antigo, móvel antigo, ele é caro. Porque a madeira é boa. Porque você vê que o negócio é tão bom... como é que tá enrolado isso aqui? Só pra não estragar... Eu achei uma revista do Ayrton Senna contando a história dele todinha, do Ayrton Senna. Eu avaliei essa revista, eu dei de graça pro cara, né? Avaliei essa revista, ela tava no valor de 500 conto. São coisas que as pessoas já vão falando, pra eles não tem valor (Entrevistado G5).

Mesmo sendo nova na atuação, G6 já sabia como destinar esses objetos de maior valor: “Achei um multibook novinho, achei o outro quebrado e vou vender o multibook. O homem queria me dar 50 reais na hora, eu não vendi não. E o multibook tá bom, eu vou comprar só o carregador e vou vender em outro lugar. Achei bem uns cinco, seis celular por

aí. Na rua a gente acha muita coisa.”

Quase sempre o material arrecadado era vendido no mesmo dia, ao final do expediente, pois não havia local para o armazenamento, e o pagamento era realizado no ato. Havia muitos atravessadores nos arredores, como Vila Isabel, Engenho Novo, Lins, Salgueiro, Rio Comprido etc, então os catadores nem sempre possuíam um destino único para os materiais coletado. Somente um dos entrevistados (G4) disse que guardava de material coletado em casa quando os valores dos produtos estavam baixos, então deixava separado para vender depois de melhorar um pouco a sua capacidade de negociação.

A guarda temporária de materiais no ambiente domiciliar, assim como do carro utilizado como equipamento de trabalho, também foi constatada no estudo de Montenegro (2017), onde um catador delatou ainda a ocorrência comum de roubos de material e de carroças.

Muitas vezes, havia produtos que eram utilizados pelos próprios catadores, ao invés de irem para a reciclagem, como roupas e utensílios para o lar, conforme percebemos no depoimento de G6: “Eu estou na rua, mas nem tudo por causa do dinheiro, pra achar mais coisa. Assim, a gente acha muito, tem muita coisa.”

O reaproveitamento de objetos como roupas, eletrodomésticos, utensílios para uso pessoal e para casa, assim como de alimentos para consumo próprio, é uma constante em estudos com catadores de materiais recicláveis (HOEFEL *et al*, 2013).

A avaliação sobre o volume de materiais disponíveis com o início da pandemia foi controversa entre os entrevistados, pois alguns consideraram que a quantidade de produtos para reciclagem aumentou e outros disseram que diminuiu. “Ficou muito fraco. Porque o povo não saía, não consumia, entendeu? Não consumia, então poxa, era pouco, era pouca coisa, mas agora que tá voltando a rotina, né?” (Entrevistado G5).

Os caminhos percorridos iam se tornando costumeiros, a ponto de os catadores fazerem amizades com funcionários de prédios e comerciantes das redondezas, que passavam a reservar determinados despachos para eles, disponibilizavam sacolas plásticas grandes e forneciam informações úteis, como eventuais mudanças na programação de coleta da Comlurb. G4 disse possuir “freguesia certa”, referindo-se aos porteiros que separavam materiais para quando ele fosse buscar.

Sempre tem um porteiro que vem com sapato, roupa, compras, vem com televisão, vem com micro-ondas, sempre, não é sempre, mas quando o povo joga fora, eles guarda pra mim. Eu já peguei uma certa amizade. [...] Esses dois sacão ali preto é

de livro que a moça me deu (Entrevistada G2).

O sustento da família poderia ser implementado, segundo G2, com a “*xepa*” de feiras livres: ela mencionou que tinha o costume de buscar legumes deixados pelos feirantes no chão ao final do evento, quando tomates, cebolas e hortaliças em geral eram abandonados e não serviam para venda, mas poderiam ser reaproveitados na cozinha de casa.

Qualquer coisa que sobra na feira, machucado, essas coisas, então não dá pra eles venderem né? Então eles jogam fora, descartam. Pra mim ela serve, porque é um tomate, uma cebola, já dá pra fazer um molho e uma carne, um molho dum macarrão, um molho pra botar em cima de um angu pra comer (Entrevistada G2).

O consumo de alimentos encontrados no lixo por catadores é mencionado em vários estudos que envolvem a categoria (HOEFEL *et al*, 2013; GONÇALVES, 2012; MACIEL *et al*, 2011; ALMEIDA, 2009). Esse tipo de atitude pode representar riscos à saúde do trabalhador e sua família, tendo em vista que os alimentos podem estar vencidos e / ou estragados e não são propícios para o consumo humano.

A ingestão de alimentos provenientes do material reciclável é percebida por alguns autores como um hábito que expõe a riscos, revelando a falta de conhecimento dos catadores sobre os possíveis impactos do trabalho em sua saúde, ou a iminência da necessidade em detrimento dos potenciais prejuízos. (CENTENARO *et al*, 2022).

Com relação a benefícios públicos para pessoas em situação de vulnerabilidade social, houve quem não conseguiu receber o benefício do período pandêmico⁴: G2 estaria formalmente trabalhando de carteira assinada, mas os patrões não quiseram que a empregada doméstica frequentasse a residência por conta da orientação de isolamento social. A catadora atribuiu tal decisão dos seus empregadores à postura do Presidente da República:

Bolsonaro abriu a boca dizendo que a contaminação era a mais quem morava na favela né? E eu moro na comunidade do São João. Quer dizer, pra mim foi preconceito da parte dele, né? Porque tanto rico e pobre pegou, né? Ricos e pobres morreram e ricos e pobre estão aí sobrevivendo. E ele super jogou assim na mídia que a maior contaminação que morava na favela. Então eles [patrões] ficaram com medo e me deixaram em casa. Aí terça, quinta, sábado, tô eu aqui, catando reciclagem (Entrevistada G2).

G4 estava na expectativa da sua aposentadoria – aos 64 anos quando foi entrevistado, já tinha a documentação pronta para dar entrada na solicitação do benefício por idade junto

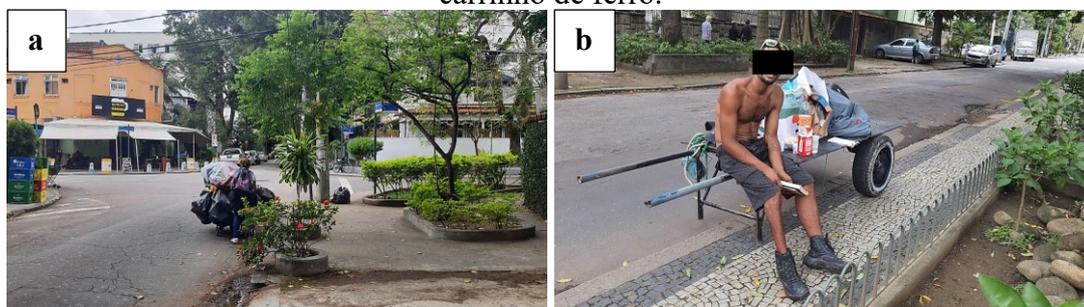
⁴ O Auxílio Emergencial foi um benefício financeiro criado para garantir renda mínima aos brasileiros em situação vulnerável durante a pandemia do Covid-19 (coronavírus) e teve valores a partir de R\$ 600,00 no ano de 2020, e partir de R\$ 150 no ano de 2021. (<https://portal3.dataprev.gov.br/auxilio-emergencial-2021>)

ao INSS, em meados do ano seguinte. Porém, revelou que continuaria trabalhando, que pretendia arranjar serviços de “biscate” na área de construção civil (servente, pedreiro) ou como ajudante de caminhão, para não ficar parado. Caso surgisse alguma oportunidade de emprego formal, como pedreiro, por exemplo, ele não aceitaria, pois a preferência estava na aposentadoria com trabalhos pontuais.

A alimentação durante a jornada de trabalho não era comum entre esses trabalhadores, pois eles disseram que não costumavam levar marmita ou lanche para a labuta. Na verdade, parece que somente depois da arrecadação do dia é que conseguiam comprar comida para si e para eventuais dependentes em casa. Essa situação foi apontada em outro estudo: o sustento de si próprio e da família depende do trabalho diário é garantido a partir da comercialização dos resíduos realizada por esses catadores de materiais recicláveis que atuam nas ruas ao final de cada dia (MONTENEGRO, 2017).

Nesse sentido, a ação beneficente dos moradores do bairro aos sábados, descrita anteriormente, servia como alento para o rojão, pelo menos uma vez por semana. O carrinho com rodas era um artefato que otimiza muito o transporte dos materiais apanhados, possibilitando que o catador multiplicasse em dez vezes ou mais a sua capacidade de recolhimento no mesmo dia. Já visualizei catadores com carrinhos de ferro tipo de supermercado, conforme a Figura 19, mas as rodas deles não eram apropriadas para o asfalto íngreme e as calçadas irregulares das ruas. Esse meio de transporte para cargas não tinha um padrão definido: às vezes possuía pneu de carro, de moto ou de bicicleta; a estrutura poderia ser de grades de ferro ou de madeira; o tamanho também variava bastante, podendo ter de um a quase três metros de comprimento.

Figura 19 – Catadora G2 (a) com o seu carrinho de supermercado e G5 (b) com seu carrinho de ferro.



Fonte: Acervo pessoal, 2021.

Os sete catadores abordados no Grajaú mencionaram utilizar esse tipo de carro, mas

nem todos estavam de posse no momento da entrevista – um jovem informou que o carrinho estava “amarrado” duas ruas adiante (G1). G4 disse que não levou o seu carrinho naquele dia porque estava perto de casa, sendo mais rápido carregar os materiais em sacolas mesmo, como demonstrado na Figura 20.

Figura 20 – Catador G4 com sacola para carregar os materiais.



Fonte: Acervo pessoal, 2021.

O carro poderia ter sido adquirido, mas havia situações de empréstimo da parte dos atravessadores, ou venda por consignação, o que representava uma forma de “fidelizar” a relação comercial, fazendo com que o catador vendesse sempre o seu material para o mesmo comprador, para quitar sua dívida com o instrumento de transporte. Em alguns casos, a fabricação era própria, como relatou G2, que aproveitou as peças de uma geladeira que uma vizinha jogou fora, umas rodas em um ferro-velho e construiu o carrinho com o marido.

Figura 21– Catadora G2 com seu carrinho feito com carcaça de geladeira.



Fonte: Acervo pessoal, 2021.

G5 alegou ter o próprio carrinho, aparentemente o único bem que ele possuía naquele período, já que estava em situação de rua. O instrumento servia para otimizar suas alternativas no garimpo e para realizar serviços de frete: “Com o carro ainda dá pra você reciclar tudo... papelão, papel branco duro, né? Que chama plástico duro, latinha e ferro, mas só com um carrinho que dá pra você fazer isso, sem um carrinho você só leva só materiais fino, né?”.

Havia inúmeros ferros-velhos nas redondezas, que costumavam praticar valores semelhantes para a compra dos diferentes materiais que poderiam ser reciclados pela indústria. Quando havia variação do quilograma pago para determinado tipo de material, para mais ou para menos, a tabela mudava em todos os estabelecimentos, o que parecia ter relação com o preço do dólar. Assim, os catadores vendiam para todos eles, a depender do percurso que realizaram no dia, do horário de funcionamento e de eventuais facilidades que eles ofereciam, como o mencionado empréstimo de instrumentos, mas todos realizavam o pagamento no ato da negociação.

Somente G5 afirmou que vendia o material sempre para o mesmo comprador, como forma de consideração:

Sempre pro mesmo ferro velho. Por quê? Foi onde que eu cheguei e eu recebi moral. Eu entendo assim: moral não se ganha, moral se conquista, entendeu? Eu recebi moral, a hora que eu chego pego um vale. Nem tudo nem tudo hoje em dia vai pra droga (Entrevistado G5).

Existem, então, algumas características que condicionam a permanência dos catadores na negociação com determinados depósitos, além dos melhores valores de compra, como a cordialidade, o auxílio material na ocorrência de quebra de instrumentos de trabalho

(carroça) (MONTENEGRO, 2017) e a antecipação eventual de pagamentos.

Os entrevistados percebiam que os atravessadores lucravam bastante em cima do que lhes era fornecido, como observado na seguinte fala:

A gente vende pra eles, eles passa pra fora. E leva pra fora, os pessoal aí. Eles não são bobo também não. Cada gente quer catar duplo... compra da gente dum preço vende mais caro pros outros, entendeu? Por exemplo, se eles compram aqui de mim, quando chego no ferro velho eu arrumo cem conto com ele, ele arruma o dobro do meu, porque eu vendo pra ele, deve vender pra outras pessoas é dobrado. Se eu vendo um alumínio pra ele lá, eu arrumo mais 300 no alumínio, 300 conto. Aquele alumínio, ele passa pra frente e vende 1000 e pouco reais, passa o dobro que eu vendi pra ele. Entendeu? É um comércio isso aí. É um jogo (Entrevistado G4).

Os catadores são atores importantes na cadeia da reciclagem no Brasil, pois atuam na ponta do fluxo do negócio, e mesmo assim, possuem a menor remuneração dentre os envolvidos e enfrentam os maiores riscos (MOURA; GONÇALVES-DIAS, 2020).

Essa cadeia produtiva, que envolve a coleta, transformação e retorno dos materiais ao mercado com novo valor de troca, prescinde da exploração do catador de resíduos recicláveis para que promova um novo lucro ao capital e para que o fenômeno seja propagado (MELO; SOUTO, 2011).

Sendo assim, é preciso que haja capacidade de mobilização dos trabalhadores para que as intervenções sobre as condições e situações de trabalho possam ser mais efetivas em direção a sociedades mais justas e democráticas (PORTO; MARTINS, 2019).

5.1.2 A Saúde para Catadores Avulsos do Grajaú

Para os entrevistados, a atuação como catador por si só não causava adoecimento ao trabalhador. Mesmo que carregassem dezenas de quilos de materiais nos ombros, que percorressem quilômetros de distância todos os dias sob o sol, no calor ou no frio, que mexessem com todo tipo de sujeira, eles em geral não atribuíam alguma eventual piora da saúde ou adoecimento à ocupação. Quando faziam uso do carrinho, o volume chegava a centenas de quilos. G4 afirmou que, às vezes, juntava mais de 300 quilogramas de material: “Olha, tem dia que eu carrego 40 quilos, 30 quilo, 40 quilos, até 50 quilos eu já fui levando, mas quando eu tô com o carrinho eu carrego até 100 kg, o carrinho já dá mais, vou empurrando.”

Em investigação que objetivou discutir a relação entre trabalho, corporeidade e saúde na atividade de catadores de materiais recicláveis, pesquisadoras verificaram a valorização

da força física e a tolerância a desgastes corporais, no sentido de que os sujeitos pesquisados não admitiam sentirem-se doentes, já que utilizavam o próprio corpo como um instrumento do qual demandavam resistência (BASSO; SILVA, 2020).

O uso de equipamentos de proteção individual (EPI) não foi visualizado durante a realização das entrevistas, assim como não apareceu em observações rotineiras no campo. G2 relatou que havia perdido a luva, então vinha utilizando saco plástico na mão para trabalhar em alguns momentos. G3 disse que havia ganhado uma luva, mas perdeu. G5 confessou que não fazia uso de EPI “Hoje em dia pra você ter um equipamento, você vai gastar muito, tipo uma luva pra você não cortar. E outra, você não consegue trabalhar do jeito que é pra trabalhar”. Ele até usava naquele momento botas de couro e cano alto, mas por conta de uma deficiência física.

Apenas G6 apresentou um discurso mais incisivo acerca da proteção do seu corpo durante o trabalho. “Eu uso pra não botar a mão na sujeira, que a gente pega muita sujeira assim do lixo, né? Aí eu uso luva, mas agora acabou a luva [tipo hospitalar, descartável], aí eu estava passando álcool, porque eu gosto de passar”. A sua preocupação com os riscos da sujeira poderia estar relacionada ao pouco tempo de atuação na área (menos de dois meses que estava nas ruas em busca de material para vender e melhorar os seus rendimentos), pois a literatura mostra que no início há mais receio em se trabalhar com o lixo, mas depois as pessoas vão se acostumando e acabam por relaxar nos autocuidados.

Para G5, as mãos livres de luvas facilitavam a descoberta de objetos de valor: “Eu e meu irmão achamos um anel ali na Teodoro da Silva [rua do Grajaú], um anel de ouro com uma pedra de rubi, logo quando nós chegou pra cá... ah vai, fica à vontade, então aí você tem um contato mais com o lixo você tem o contato, você sente mais as coisas né”. Nessa fala, evidencia-se o estabelecimento da prioridade do trabalho em detrimento do autocuidado apontado por alguns autores, que verificaram a necessidade de obter ganhos financeiros se sobrepondo à saúde do trabalhador (CENTENARO *et al*, 2022).

A utilização de EPI não é verificada a contento pelos catadores de materiais recicláveis, pois não chega a prevenir acidentes de trabalho, mas poderia ajudar a minimizar os riscos (BASSO; SILVA, 2020).

Pequenos acidentes são comuns no cotidiano do garimpo, ainda assim, a luva não era um instrumento utilizado com frequência, conforme G4 afirmou “porque a gente mete a mão sem luva, mete a mão pra catar as coisas, tem caco de vidro. já cortei sim”. Quando isso acontecia, o mais comum era deixarem curar por conta própria, não sendo necessário atendimento médico.

Na identificação de ações empreendidas pelos catadores em uma pesquisa realizada na região Sul do Brasil, pesquisadores inferiram que os participantes eram agentes de autocuidado, ou seja, pessoas com potencial para satisfazer as suas necessidades de saúde (CENTENARO *et al*, 2022). Esse potencial de cuidar de si também pôde ser vislumbrado nos catadores entrevistados no Grajaú.

Os catadores consideravam a saúde como a capacidade de trabalhar e de estar sem sintomas ou dores fortes a ponto de precisarem de atendimento hospitalar. Quando não se sentiam com tanta disposição, mas conseguiam levantar-se da cama e não dependerem de outra pessoa, já se achavam saudáveis. Para G4, saúde “É você ter força pra acordar pra trabalhar todo dia, acordar bem, ser feliz, né?”.

Montenegro (2017) salientou que, quando os catadores se veem impossibilitados de trabalhar por motivo de acidente ou por alguma enfermidade, a situação pode assumir contornos trágicos, tendo em vista as relações informais de trabalho e as condições de desamparo social em que se encontram.

G7 alegou ter problemas crônicos de “bronquite, asma, sinusite, esses negócio” e que, naquele dia, estava se sentindo um pouco cansado em razão de uma crise de bronquite, e mesmo assim saiu para trabalhar, pois se sentia melhor por não ficar parado e poder “fazer um dinheiro”.

Vários foram os relatos de que febre, dor de cabeça, dor no corpo, gripe, resfriado, crise de rinite / sinusite e pequenos cortes não os impediam de ganhar as ruas. Com exceção de ocasiões de campanhas de vacinação, os catadores entrevistados pareceram não frequentar instituições de saúde, consultórios médicos ou laboratórios para a prevenção de adoecimentos, nem quando apresentavam sintomas. Nestas situações, era mais provável que se automedicassem ou fizessem uso de artimanhas caseiras ensinadas por familiares e procedimentos que amenizassem o mal-estar que estivessem sentindo, para que continuassem a exercer o seu trabalho.

Autores alertaram para os riscos relacionados à utilização de fármacos sem prescrição médica que foi verificada em pesquisa com catadores (CENTENARO *et al*, 2022).

Contudo, o entrevistado quase aposentado G4 informou que ia ao posto de saúde da família com mais frequência: “Eu vou no postinho lá perto de casa. Eu não vou ficar de bobeira entendeu? Por causa da idade”. G6 também demonstrou ser um pouco mais cuidadosa com a prevenção à sua saúde, tanto frequentando assiduamente a clínica da família, quanto realizando tratamento dentário, que estava suspenso por conta da pandemia há quase dois anos - estava ansiosa para o retorno, porque iria receber sua nova dentadura.

Ela ainda relatou que buscava se alimentar de maneira saudável e praticar atividade física, em razão dos problemas de pressão alta, colesterol e risco de diabetes. “Eu sempre fazia e ia pras praça, fazer exercício nas praça. Sempre fazia, com os pessoal da Prefeitura mesmo.”

Em poucos relatos houve indício de uma vinculação mais aproximada entre o trabalho da reciclagem e a saúde, como na situação em que G2 disse ter renovado recentemente a vacina contra tétano, pelo fato de mexer com lixo, e mencionou sentir dores na coluna, ao ser questionada sobre os impactos da catação na sua saúde. Além disso, ela perdeu 17 quilos da sua massa corpórea quando começou a catar na pandemia, estabilizando a perda de peso depois de algumas semanas.

A catação não foi considerada pelo público da pesquisa como um trabalho pesado, talvez pelo fato de o trabalhador impor o seu próprio ritmo e velocidade na busca e segregação de materiais.

É um trabalho que trabalha. Trabalho pesado é quando eu trabalhava na Brahma, nas coisas que eu carregava. As caixa nas costas, barril de chope, aqui não é trabalho pesado não (Entrevistado G4).

Eu tenho disposição pra trabalhar. Tenho mais disposição pra trabalhar do que qualquer um que tem as duas pernas boa, dois braço bom. Sou deficiente, mas nem parece. Tenho três parafuso, uso uma palmilha. Eu nasci com pé torto congênito. (Entrevistado G5)

Não é muito pesado não, sou acostumada a trabalhar com peso, né? (Entrevistada G6).

Esse discurso reflete a tendência de naturalização das condições precárias em que é desenvolvida catação:

[...] essas formas de trabalho parecem perfeitamente integradas ao rol de ocupações aceitas pela sociedade, incluindo poder público, que operam uma espécie de naturalização das condições sobre as quais esses sujeitos devem desempenhar suas atividades, embora flagrantemente à margem da sociedade no sentido de subverterem totalmente os preceitos sociais que visem a garantir a todos a dignidade, a saúde, as condições para que desenvolvam suas potencialidades enquanto seres humanos. A situação de miséria, a pobreza e a condição de inferioridade econômica que atinge grande parte dos desempregados e trabalhadores ocupados em atividades precárias e informais, aqui menciono os catadores de materiais recicláveis, parecem ser normalizados não somente para o conjunto dos trabalhadores da catação, mas para toda a sociedade (MONTENEGRO, 2017, p. 193).

Todos foram questionados sobre a covid, qual a opinião acerca da doença em si, da vacinação e das medidas governamentais que foram tomadas a partir de meados de março de 2020. O medo da doença pareceu não fazer parte da realidade do grupo pesquisado, mesmo que tenham perdido familiares ou pessoas próximas. G7 chegou inclusive a desacreditar toda a pandemia, o que pode ser percebido na seguinte fala:

Não acredito nisso daí não. Eu acredito que acho que foi os cara mesmo que

inventaram isso daí mesmo. Aqui, tipo, eu nunca andei de máscara. Eu nunca peguei! Nem na minha família ninguém nunca pegou. Ninguém! Todo mundo anda sem máscara. É Deus mesmo que protege a gente mesmo. Não sei o que seria de mim se não fosse Deus (Entrevistado G7).

G7 relatou que não havia tomado ainda a primeira dose da vacina, nem a sua companheira, mesmo que a campanha de vacinação no SUS para o seu grupo tenha sido iniciada pelo menos três semanas antes da entrevista. A sua afirmação de que tomaria nos próximos dias não me soou firme.

G5 respondeu da seguinte forma ao questionamento acerca da covid, também demonstrando descrença com relação à gravidade da doença:

Eu vou ser sincero! Isso é um marketing! Eu, G5, o tempo que eu conheço de rua, eu nunca ouvi falar que algum morador de rua morreu de covid. [...] Dentro de casa eu peguei covid, dentro de casa. Tive todos os sintomas. [...] foi leve, mas tomei meus remédios, né, tomei os remédios com médico medicando (Entrevistado G5).

Seguindo esse raciocínio, G5 disse que não havia tomado nenhuma dose da vacina, nem tomaria, já que, conforme o seu “jogo de pensamento”, a vacina não deixava a pessoa imune, chegando a exemplificar com o ator Tarcísio Meira, que havia morrido em decorrência da doença mesmo tendo tomado três doses de imunizante. O marketing foi mencionado por ele como estratégia do governo para “botar dinheiro no bolso”.

Somente G4, talvez em razão da idade avançada, respondeu afirmativamente ao quesito sobre medo da covid: “Tenho, claro que tenho! É uma doença que mata, pô. Já morreu muita gente por causa dessa doença, que eu não gosto de nem pensar. Teve gente que já morreu aí que tomou duas doses da vacina e morreu com o covid.”. Ele considerava que se devia fazer uso de máscara protetora, por amenizar os riscos de contrair a doença.

5.1.3 Outras Esferas da Vida para Catadores Avulsos do Grajaú

G5 afirmou que gostava de ler como forma de relaxamento e diversão. Mostrou alguns livros e revistas no seu carrinho que estavam reservados para a sua leitura, enquanto outros eram destinados para a reciclagem. Disse que costumava ler para um “irmão” (outra pessoa em situação de rua) que não era alfabetizado, quando explicava para ele termos e vocábulos quando ele não entendia. Jogos coletivos como baralho e dominó também estavam no radar naquele período, ao passo que sinuca tinha ficado no passado, quando apreciava o jogo com a família tomando cerveja. Para ele, o domingo, considerado normalmente um dia de descanso e lazer, representava-lhe um grande tormento, em razão da dificuldade de

conseguir dinheiro. “Domingo é o pior dia, porque às vezes você não garimpa. Então, se você não garimpa, você não tem aonde garimpar, e você não tem aonde comer, entendeu?”.

G7 relatou que era frequentador de bailes funk na sua comunidade, tendo conhecido sua companheira em um desses eventos. Porém, os dois decidiram parar de se divertir dessa forma porque estavam brigando, então, nos últimos tempos, estavam indo para o parque nas redondezas, fazer lanche e frequentavam outros lugares como forma de entretenimento.

Para G6, o único divertimento era o aparelho de TV, ao final do cumprimento das suas obrigações domésticas e maternas, com o filho portador de necessidades especiais (doença mental não especificada): “Sabe que eu não tenho nem descanso?! Chegar em casa só às seis horas que eu paro de fazer minhas coisas. Vou me deitar, vou assistir televisão”.

As noções de honestidade e dignidade permearam o discurso dos trabalhadores, ao descreverem sua atuação no garimpo, como nas falas a seguir:

Ao invés de ficar parado, ficar pensando em besteira, fazer besteira, é a melhor coisa é ficar catando isso aí. É um dinheiro honesto, entendeu? Enquanto pessoa que fica parado aí faz besteira aí, vai fazer besteira, vai roubar, matar, aí pra tirar a vida dos outro, fazer besteira, né? Então não é bom não. Então é melhor ficar catando por aí do que fazer besteira. [...] Eu tenho orgulho, não esquento com isso não, é um dinheiro honesto, que não faz mal a ninguém.” (G4)
 “É honesto. Eu não tenho vergonha de ficar na reciclagem. Né? Eu falo pra todo mundo. quando fala ah você eh trabalha de que? Eu trabalho na reciclagem, no meu shopping 55, porque aqui eu ganho roupa, ganho sapato. O que não dá pra mim, eu levo pra igreja, porque eu sou evangélica. Eu sou abençoada por esses trabalhos, eu ganho cesta básica, se eu ganho duas, eu dou uma pra minha filha, né? Que tem os meus dois netos menores, aí no outro mês já abençoo o outro e assim eu vou indo, então pra mim é a honestidade que vale. Eu tenho orgulho de trabalhar na reciclagem (Entrevistada G2).

Infelizmente, não se pode dizer o mesmo com relação a como eles sentiam diante da forma de tratamento que recebiam da sociedade. Houve um relato de que, quando surgia um carro de polícia, por exemplo, eles podem ser abordados pelo simples fato de estarem nas ruas. G1 mencionou que “Qualquer coisinha eles quer levar nós preso, pensando que todo mundo tá roubando os fios dos poste”.

Os olhos de G5 ficaram mareados ao expor uma situação bem delicada que lhe ocorreu: “Querendo ou não, a gente somos invisíveis para a população. Invisível. Teve uma mulher nessa rua aqui mesmo! Lá embaixo. A mulher me chamou de lixo!” (G5). Ele disse que foi um momento muito ruim e que chegou a chorar, pois lhe doeu muito.

Pesquisadoras inferiram que aspectos como aparência suja e má vestida e o fato de mexerem com o lixo, ou seja, com aquilo que é descartado e geralmente identificado como imundice, torna os catadores alvos de estereótipos e preconceitos pela sociedade (MIURA;

SAWAIA, 2013).

A discriminação interferia na atitude de buscar atendimento nos serviços públicos de saúde:

Ah, cicatriza normal deixa cicatriza, porque hoje em dia se chegar num posto as pessoas tem muito preconceito, tendeu? Muito preconceito por nós que moram na rua, por nós que usamos droga, por nós que eh eh reciclamos, entendeu? Então a gente sofre muito preconceito. Teve um amigo meu que foi atropelado amigo meu foi atropelado? A ambulância a ambulância demorou, foi papo de quatro horas, cinco horas, viu? (Entrevistado G5).

O preconceito com a ocupação existia em todos os lugares, tanto no bairro nobre onde eles atuavam, quanto pelos próprios vizinhos na comunidade, quiçá enfrentavam as mesmas dificuldades financeiras que o seu alvo de discriminação. G6 também expôs algo nesse sentido:

Os pessoal me vê na rua, os pessoal me vê aqui na rua eu acho que é tudo ignorante, falando, passando pra um e pra outro. E eu tô trabalhando nisso aí. [...] às vezes eu me preocupo, né?” “Aí os vizinhos são tudo metido a rico. [...] Eu subo assim com os negócio na mão assim o pessoal fica tudo olhando. Aonde eu moro os pessoal com tudo li aí fica ignorante (Entrevistada G6).

G5 também foi específico quanto à falta de valorização e à estigmatização da profissão:

Hoje em dia o preconceito rola muito entendeu? Mas muitas pessoas esquece que se não fosse uma reciclagem não voltaria pra casa de novo, porque tudo isso aqui volta pra casa das pessoas de novo. É por isso que se chama reciclável, então as pessoas têm o maior preconceito, nós mete a mão no lixo, faz isso, faz aquilo que eles sabem que, poxa, muitas coisas voltam pra casa deles ainda, né? (Entrevistado G5).

Os catadores de rua costumam ser notados pela sociedade em geral apenas quando atrapalham o trânsito, sendo considerados ainda como um estorvo (REIS; TEODÓSIO, 2020).

Pesquisadores ressaltaram que a atividade laboral dos catadores de materiais recicláveis é realizada sob uma atmosfera de riscos físicos, patológicos e psicológicos, com implicações direta na sua sociabilidade (BASTOS; FIGUEIREDO, 2018). As falas acima de G1, G5 e G6 refletem situações de cunho psicológico que podem afetar a saúde mental desses trabalhadores.

Quando os entrevistados pararam de trabalhar ou de circular nas ruas durante a pandemia, não foi por escolha própria, mas por imposição das normas sanitárias, ou por vontade de patrões, como no caso de uma catadora que trabalhava como empregada doméstica – no período da pesquisa ela mencionou que a carteira ainda estava assinada e que a patroa ainda não havia “*dado baixa*”. G4 assumiu que deixou de ir para as ruas somente

alguns dias por medo da covid e porque a sua esposa estava doente, ou seja, mesmo diante do receio de um vírus desconhecido, era necessário sair em busca do sustento da casa.

Alguns entrevistados suspeitaram que tiveram covid no início da pandemia, quando ainda não havia exames para detecção, pois os sintomas direcionavam para a doença: “Eu fiquei uma semana que eu não conseguia fazer nada, né?” (G2). G6 achava que pegou covid umas três vezes desde o início da pandemia e reclamou que, por conta das medicações que tomou, engordou mais de 10 quilos, o que a deixou bastante insatisfeita:

Eu sempre fui magra, magra mesmo, comia demais. Menino, depois que apareceu esse coronavírus ganhei 60 quilos... Tomando remédio, não estava fazendo nada não, só em casa. Ganhei, fiquei pesando 60 quilo, mas eu fiquei triste, entrei quase em depressão porque eu fiquei muito gorda, eu acho muito feia a pessoa gorda. Pô, já sou baixinha! E gorda! (Entrevistada G6).

Para além do depoimento, ela se mostrou uma mulher bem vaidosa, pois estava usando batom no momento da entrevista, quando devia ser umas três horas depois do início do seu trabalho naquele dia. Demonstrou um pouco de resistência quando pedi para lhe fotografar, mas depois acabou cedendo e mostrando um grande sorriso, que foi escondido na fotografia com uma tarja preta para preservar sua identidade.

Figura 31 – Catadora G6 fazendo pose para a foto



Fonte: Acervo pessoal, 2021.

G5 assumiu que era dependente químico e disse ter participado durante mais de cinco anos de um projeto vinculado à Igreja Batista, mas teve recaída alguns meses antes, o que o levou para as ruas. No momento da entrevista, disse estar limpo, pois não havia usado nenhuma substância psicoativa naquele dia. Quando estava sob efeito, admitiu sentir muita vergonha e humilhação, principalmente de pessoas próximas.

Minha ex-mulher sabia, desconfiava. E ela um dia me pegou, no Sampaio, com o negócio na mão, assim, usando. Ela me pegou no flagra, poxa, eu ficava com medo dela me pegar. Tem coisas que vocês vão ver, não merecem ver o que nós faz. É humilhante, é humilhante. Então, assim, ela me pegou fazendo isso, poxa. Ninguém se mete, que é meu marido! Só faltou me dar uma paulada. É vergonhoso. Uma coisa que, assim, eu fico muito preocupado é que a minha mãe a qualquer momento pode vir [do Espírito Santo], minha filha pode trazer minha mãe pra cá e me ver fazendo isso. Poxa, minha mãe nunca me viu fazendo isso. Isso é humilhante (Entrevistado G5).

Foi interessante constatar a “solidariedade” de G7 para outros grupos ao ser abordado sobre o que poderia ser feito pelo poder público em prol da categoria:

Nem toda pessoa que garimpa usa droga, é usuário de drogas, esses negócios. Mas, tipo, eu sei também que esses cara aí que é usuário de droga precisam também, que também não têm casa, tipo, ninguém sabe o que se passou também na vida deles, eles também precisa também, mais que a gente também, que tem uma casa (Entrevistado G7).

É comum a sociedade vincular os catadores de materiais recicláveis a usuários de drogas, marginais, mendigos etc, e eles percebem isso. Em investigação realizada nas ruas de Fortaleza – CE, Montenegro (2017) verificou que era recorrente o uso de drogas entre catadores de materiais recicláveis, bem como ocasiões em que ocorrem situações em que a violência física se tornava recurso para assegurar vantagem nas ruas.

Em outro depoimento, G6 revelou que estava cuidando do filho de 11 anos do ex-companheiro, pois a mãe dele estava internada em uma clínica para o tratamento do uso indevido de drogas. “Já faz mais de 10 anos que eu sou separada dele, mas eu fico fazendo favor, a gente faz pra qualquer pessoa, né?”. A atitude de ajudar, de pensar no próximo, foi verificada também com relação a animais, como no relato desta mesma entrevistada: “Me alevanto cinco horas da manhã, eu começo a fazer serviço, boto comida pro cachorro na rua, boto água, antes de vir pra cá boto água pros cachorros da rua, boto água e vem embora pra cá.”

G2 sugeriu que a situação econômica do Brasil estava muito ruim e que piorou com o governo vigente, com muita miséria entre os brasileiros em virtude do aumento da fome. A covid, segundo ela, poderia ter sido evitada pelo governo e percebia que os brasileiros eram acomodados e não lutavam suficientemente pelos seus direitos, aceitando tudo que lhes vinha. Outro entrevistado também lamentou a economia do país:

Ele [governo] num tá nem aí pra pobre. Você pode ver que aumentou tudo, inflação. Carne, carne, hoje em dia, pobre pra comer carne é um Deus nos acuda. Se dá vontade de comer, tem que comer uma linguiça, um pescoço de galinha, porque carne tá brabo pra comprar agora. Já viu o preço, como é que tá no mercado? (Entrevistado G4).

A reclamação de G6 foi mais voltada para a conjuntura do momento quanto à pandemia: “E esse governo miserável, né cara? Deus me perdoe. Pô, a gente tá precisando de um auxílio emergencial em outubro, novembro e dezembro. Ele já tirou.”

G1, quando questionado sobre o que poderia ser feito em prol dos catadores, sugeriu ao poder público “obrigar os prédio a botar a reciclagem separado do lixo” e outro (G7) adicionou que poderiam ser liberados recursos para os garimpeiros, mas não detalhou como isso poderia se dar.

De forma geral, a população costuma atribuir equivocadamente a responsabilidade, operacional e financeira, pelos resíduos sólidos gerados apenas ao poder público; contudo, é uma responsabilidade que deve ser compartilhada com o setor empresarial e com a própria comunidade, cabendo verificar a viabilidade econômica e técnica para a implementação de ações conjuntas (FEITOSA, 2018).

A assinatura da carteira de trabalho para os catadores foi uma ação indicada por G4 que poderia ser realizada pelo governo como melhoria da situação da categoria, para que o cidadão tenha acesso ao INSS.

Em estudo realizado em Jardim Gramacho, pesquisadora classificou o catador daquele território como um pré-cidadão, tendo em vista que a profissão ainda não havia sido regulamentada (o projeto de lei estava tramitando no Congresso), e o trabalhador não tinha acesso aos direitos sociais. (BASTOS, 2014)

Frequentar uma instituição religiosa pareceu ser uma atividade comum para os entrevistados, tanto a igreja evangélica quanto a católica, especialmente nos domingos, como revelou G4:

De vez em quando eu rezo, de vez em quando eu vou pra igreja no domingo. Já tive um tempo, fui na Universal também. Saí, porque eles pedia muito dinheiro, ficava insistindo, pedindo dinheiro. Passei pra igreja católica, às vezes a pessoa dá, a pessoa ajuda também, né? E quem dá o dinheiro, eu não vou criticar, entendeu? Mas eu sou católico (Entrevistado G4).

Porém, o que predominou entre os entrevistados foi a crença em Deus independente do comparecimento ou não a uma instituição religiosa.

A casa própria era uma realidade para os entrevistados, embora eles relatassem a necessidade de reformas ou melhorias. Apenas G7 estava residindo em local alugado com a companheira.

Por outro lado, G5 estava em situação de rua. Aos 30 anos de idade, reconheceu a sua dependência química e relatou que estaria há uns três meses sem teto para morar, tendo em vista ser do Espírito Santo e não possuir ninguém no Rio. Ele disse que morava na Rua

Barão do Bom Retiro, próximo dali.

Na rua a situação é muito difícil. Muito difícil mesmo. A gente passa fome, passa fome, passa frio. Eu queria estar hoje, sábado, queria tá com a minha família, queria tá em casa, poxa, como todas as pessoas. Você na rua, você perde um pouco do seu tempo, os dias, entendeu? Eu não queria isso pra mim. Então eu não queria estar nessa situação. Não queria. Infelizmente, são coisas na vida. Não vai justificar nada né? Não vai justificar nada, porque, mesmo assim, ainda tem gente ainda que ama, entendeu? (Entrevistado G5).

O tema violência não foi tratado diretamente no formato de pergunta no roteiro semiestruturado, mas acabou surgindo em algumas conversas. G4, por exemplo, comentou que morava em Vila Isabel, bairro vizinho ao Grajaú, mas que um irmão mudou para Curicica e se arrependeu depois de um tempo, pois o clima que, inicialmente era tranquilo, ficou “*brabo*” também.

Era um lugar calmo, mas é bom de se viver. Mas agora a coisa tá feia lá pra cima. Eles tão querendo voltar pra cá de novo, pra casa dele, tá vendo? E voltar pra cá. Eles foram lá pra cima, pensou que era uma boa. Eu falei ‘não vai, vai piorar lá em cima’. Não é assim que a banda toca né? Agora eles se arrependeram, não querem mais alugar as casa aqui, quer voltar tudo pra casa de novo. Quem ficou aqui ficou da família, quem foi lá pra cima se deu mal, entendeu? As coisa piorou lá pra cima. Tava tudo bem, era bom lá, mas depois começou esse negócio de milícia, aí é problema, piorou lá pra cima (Entrevistado G4).

Outro depoimento emblemático nesse sentido foi de um dos adolescentes, que ao ser questionado sobre religião, mesmo sem frequentar nenhuma igreja específica, revelou que acreditava em Deus, a quem pedia “proteção, saúde, cuidar da minha família, livrar de todo o mal, covardia...” (G7). Detalhando a questão da covardia, ele reclamou da violência vivenciada na sua comunidade, onde ocorriam casos de pessoas que visitavam determinados morros e eram agredidas pelo simples fato de morarem em outra área, o que parecia estar relacionado à divisão de áreas e facções no Rio de Janeiro.

A perda de forma violenta de parentes e conhecidos pareceu fazer parte da história de vida dos entrevistados. Os dois adolescentes entrevistados tiveram o pai morto com arma de fogo, sendo que um deles ficou órfão ainda antes de nascer (G3), enquanto o outro perdeu o genitor quando tinha uns oito anos de idade (G7). G4 chegou a embargar a voz ao falar do envolvimento do seu sobrinho com a “bandidagem”, ao relatar a morte dele, em uma operação dos policiais na comunidade:

A única coisa que tem no meus sentimentos que eu passo na minha família é o meu sobrinho. Eu já perdi dois sobrinhos no morro praqueles bandido. Eles morreram, com tiro, a polícia, morreram ali né? E agora ainda teve mais duas que tão no meio da bandidagem. Agora eu fico triste por causa disso. Eles cresce e a gente fica dizendo: tá vendo as coisas como é. Eu tô vivo até hoje! [...] Ele andava armado, com arma lá e não trabalhava. Na boca de fumo vendendo pó, vendendo droga! Bandido! Não trabalhava, né? Só andava armado com arma na cintura. Bandido!

Fazer o quê? Era sobrinho, mas não podia fazer nada, né não? (Entrevistado G4).

Quando questionado acerca do que o governo poderia fazer pela sua comunidade, o adolescente G7 considerou que poderia haver investimento na educação, especialmente para as crianças.

Podia investir mais na educação, pra gente dar oportunidade pras crianças, pra não ficar tipo vendo aquela cena tipo de bandido pra lá e pra cá, tipo criança. Crianças vê isso já parece que isso daí fica na mente... pra ele ficar com arminha... brincar de polícia e ladrão, eu fui vivendo e aprendendo, um caminho certo pra mim trilhar. Mas essas crianças de hoje em dia, tipo, tudo se espelha mesmo. O governo podia dar mais educação, tipo, trazer mais coisa pra dentro da comunidade (Entrevistado G7).

O jovem G5 demonstrou ressentimento quanto às desigualdades que verificava no nosso país:

Na comunidade você não vê isso, pô. Policiamento 24 horas. [referindo-se ao Grajaú Presente⁵] Ó o asfalto! Então, isso é desigualdade. Por que que só aqui? Só porque aqui o que mora gente que tem dinheiro? E as pessoas da comunidade? [...] O que o governo precisa ter igualdade. Hoje em dia não tem, não tem igualdade, a gente não tem igualdade. Se o nosso Brasil, se o nosso governo tivesse igualdade, um pouquinho mais de respeito com o ser humano, com o povo brasileiro, eu acho que o nosso Brasil não seria esse Brasil, mas o nosso governo precisa de igualdade. Só isso: de igualdade (Entrevistada G5).

A história de vida e as origens do indivíduo são aspectos muito importantes para o bem-estar e a autoestima das pessoas. A maioria dos entrevistados nasceu no Estado do Rio de Janeiro mesmo, mas aqueles que nasceram em outras localidades, como em Pernambuco / Nordeste, revelaram desejo de procurar a família com a qual perderam contato e de visitar a cidade natal algum dia, pois vieram morar no Rio ainda crianças. A busca pela mãe biológica era comum entre aqueles que foram criados pelos avós ou outros parentes.

Mesmo sendo bem novo, G7 já estava morando em uma casa alugada com uma mulher mais velha que ele, com quem dividia as despesas domésticas, e treinando a paternidade, já que ela tinha um filho que morava com o pai.

A responsabilidade financeira junto aos netos se mostrou constante entre os três entrevistados mais velhos, como visto na seguinte afirmação de G6:

É a primeira neta e a única. Quero outra mais não. Falei pro meu filho, olha, você pode chegar aqui na minha casa e ficar, mas você arrumar um filho, não quero ver

⁵ A Operação Segurança Presente é um modelo de abordagem de proximidade que suplementa a atuação da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro que tem como objetivo promover ações de segurança pública, cidadania e atendimento social, visando a um ambiente mais seguro e acolhedor aos moradores, comerciantes e turistas das regiões onde atua. as operações atuam no município do Rio de Janeiro - em bairros da região central, zona norte, zona sul, e zona oeste. O efetivo é formado por policiais militares, agentes civis (egressos das Forças Armadas) e assistentes sociais; o patrulhamento é feito a pé, de bicicleta, de motocicleta e viaturas. Fonte: (<https://www.segurancapresente.rj.gov.br/>)

nem pintado de ouro. Deus me perdoe, não quero não. [...] Eu gosto muito de criança, mas eu não quero não porque pra depois botar nas minhas costa. O filho fica desempregado, fazendo bico, isso e aqui e aquilo, aí eu tenho que ficar segurando o filho dos outro. Não, quero não. Tô segurando só essa, porque essa aí eu gosto muito, porque eu nunca tive uma filha. Essa aí, é minha menina, ela gosta muito de mim, me chama de mãe e tudo (Entrevistado G6).

G2 também comentou que destinava parte da sua renda para seus descendentes: “O que o Governo me dá, eu divido. Ela é minha neta, não vou deixar a menina morrer de fome. A mãe trabalha, mãe paga R\$600 de aluguel, compra água, paga plano de saúde da menina, que ela disse que pagava plano de saúde, mas ela paga plano de saúde porque quer.”

Os vínculos afetivos e familiares eram de suma importância para o bem-estar e a saúde mental, como bem colocou o adolescente G7, ao mencionar algo que lhe trazia tranquilidade: “Ficar lá na minha mãe. Me deixa mais tranquilo, porque eu só tenho ela, se eu perder ela eu não vou ter mais ninguém”.

G5 relatou que não possuía nenhum parente no Rio de Janeiro e, no decorrer da entrevista, remeteu-se em distintos momentos à relevância da família em sua vida, e até se emocionou em algumas situações. Demonstrou um sentimento de revolta por não ter tido afeto por parte de pai, afirmando ter sido este um dos motivos que o levou a sair de casa, no interior do Espírito Santo, para tentar a vida acompanhando um circo, aos 12 anos. Fazia mais de três anos que não via a sua mãe, que dizia querer que ele voltasse a morar com ela. Porém, tal retorno estaria fora de cogitação, pelo fato de ser uma região muito ruim de emprego, enquanto ele prezava pela sua independência financeira.

Em outro momento, G5 alegou que a sua saída de casa, alguns meses antes da entrevista, fora devido a desentendimentos com a ex-companheira, pois discordava da maneira como ela educava os três filhos, para quem desejava passar os ensinamentos recebidos da mãe:

Foi mais um dos motivos também que eu me afundei, porque eu não consigo ver covardia. Então assim, eu acho um absurdo um filho fazer uma situação dessa na família. Eu só queria passar o meu ensinamento do que eu vivi, que minha mãe me ensinou pra ela. Só que não ia mudar, porque era o tratamento que ela cuida dos filhos. [...] Eu fui ensinado assim: se você trabalhou, você come, se você não trabalhou, você não come. [...] Então, os filhos dela são grande. Um tem 21, o outro tem 18 e a menina está com 16, 17. Até o prato que come não lava. Tua mãe chegar, ela trabalha à noite. Chegava do trabalho tinha que fazer as coisa e os três dentro de casa. [...] Aí arrumou essa discussão, né? Não queria, e a minha discussão era que eu não conseguia ver injustiça. Pra mim isso é uma injustiça (Entrevistado G5).

G7 reconheceu que começou a escrever músicas na forma de rap como desabafo, diante das dificuldades pelas quais passou na sua vida. Todas as músicas que ele escrevia versam sobre o que sentia, sobre o que vivenciara. O dia mais triste da sua vida foi quando

seu pai morreu na sua frente, quando tinha apenas nove anos de idade. Foram cenas que ele disse que estavam guardadas na sua mente e que não conseguia esquecer:

Eu tava em casa com ele, a gente tava assim sentado, eu, ele e minha mãe. Aí tava também meu sobrinho brincando de brinquedo, né? Aí meu sobrinho foi na porta, abriu. Quando ele abriu a porta, aí que ele foi embora, aí tinha outra porta, aí bateram nessa porta também. Quando eu fui abrir, aí puxaram, empurraram a porta já. Aí eu só vi os cara entrando e dando tiro nele, aí tipo, eles correram lá pra dentro de casa, aí tipo, eu corri pra sair, tipo, eles também correram também em desespero, também tipo me empurraram, pisaram por cima de mim, aí saíram correndo. Depois desse dia eu dei um trauma, até hoje eu tenho medo tipo de ficar sozinho em casa, que tipo, de também vai vir alguém pra fazer a mesma coisa comigo (Entrevistado G7).

Uma das canções que elaboradas por G7 foi cantada durante a entrevista e está na epígrafe dessa tese. G4, embora parecesse esbanjar vitalidade nos seus 64 anos de vida, disse que, para si, só almejava saúde mesmo, e ter uma morte “de velhice, não de desgraça”. Já com relação aos filhos e netos, desejava um futuro melhor que o seu, com mais estudos, “ser alguém na vida”, uma vida honesta. G6 mencionou que sua única ambição dizia respeito a acompanhar o crescimento da neta: “Eu quero viver muito, até quando Jesus quiser. Assim, no máximo uns 70 anos, que eu quero ver minha neta crescida.”

Já um dos adolescentes (G7) foi bem rápido e direto ao responder àquela pergunta: “Meu sonho é ser MC. Poder vencer na vida cantando”. Ele disse que possuía algumas músicas de autoria própria, que começou a escrever ao prestar atenção em canções de artistas que admira, já que não havia ninguém na sua família com viés musicista.

G5 iniciou a temática se voltando para o presente: “Se eu falar pra você que eu vivo bem, não vivo. Não vivo. Eu não queria tá na rua. Eu queria tá na minha casa, queria tá, né? Vendo televisão”. Logo em seguida, relatou que sonhava em montar uma escola de circo para ensinar crianças o ofício que já exerceu um dia. Na sua imaginação, dali a cinco anos, ele se visualizava da seguinte forma: “Ser milionário e poder ajudar todas as pessoas. não ter desigualdade, mas ter igualdade. O que eu posso pra mim eu quero que meu o meu próximo sejam também, entendeu?”.

5.2 CATADORES DAS COOPERATIVAS

Na maioria das entrevistas realizadas nas cooperativas, percebi certa resistência das pessoas em participar da pesquisa. Remeto essa situação principalmente ao fato de que fui direcionada a elas pela administração das organizações, então talvez elas tivessem se sentido na obrigação de conversarem comigo. Mesmo que eu tentasse gentilmente desfazer essa

impressão ao explicar o objetivo da tese, falar sobre a instituição e informar que eles só deveriam participar se assim quisessem, nenhum catador desistiu ou se recusou a continuar a conversa. E o clima de “obrigação” nas entrevistas em que se apresentou foi sendo amenizado à medida que os sujeitos falavam sobre si. Pessoas que iniciaram a entrevista respondendo de forma quase monossílabo às minhas questões, acabavam falando para além do esperado no caminhar do processo.

Em outros momentos, senti certa exaustão por partes deles e delas, perguntando se já tinha acabado, o que atribuí ao prolongamento do tempo, no caso de entrevistas mais longas (algumas chegaram a durar mais de sessenta minutos), à proximidade dos horários de intervalo, lanche ou término de expediente, ou ainda por ter adentrado em esferas mais pessoais e íntimas de suas vidas.

5.2.1 Catadores da Coopideal e suas singularidades

As entrevistas na Coopideal aconteceram em uma única oportunidade, na manhã e na tarde do dia 22 de dezembro de 2021. Foram realizadas quatro abordagens, com duração entre 18 e 57 minutos, sendo três com catadores e a outra com uma pessoa da administração, cujas descrições se encontram na Tabela 2:

Tabela 2– Entrevistados na Coopideal. Rio de Janeiro, Brasil.

Identificação	Sexo	Idade	Estado Civil	Filhos	Moradia	Escolaridade
I1	M	54	Casado	2	Própria	5ª série
I2	F	47	Casado	3	Própria	Superior
I3	F	44	Casado	8	Própria	2ª série (apenas assinava o nome)
I4	M	47	Casado	5	Própria	4ª série

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

O movimento na cooperativa foi muito intenso durante todo o período em que estive lá – aproximadamente cinco horas. Caminhões chegando e saindo, transporte de materiais nos diferentes espaços, ligações telefônicas. Aquela intensidade parecia ser o normal da organização, o que pode ter sido agravado ainda pela proximidade das festividades de final de ano: a visita foi realizada no dia 22 de dezembro de 2021, na véspera da realização da grande festa de Natal que a Coopideal realizava anualmente para os cooperados e suas famílias, e que não havia ocorrido no ano anterior por conta da pandemia. Embora não fosse haver recesso entre Natal e Ano Novo, o período por si já provoca certa agitação e mudança

no comportamento dos brasileiros.

Em virtude de incompatibilidade de agenda, não foi possível realizar entrevista com a dirigente da Coopideal, embora gentilmente ela tenha se disponibilizado a fazê-lo. A entrevistada I2, que fazia parte da administração, estava presente na ocasião, e a entrevista rendeu muitos aspectos interessantes.

5.2.1.1 O Trabalho para Catadores da Coopideal

A própria fundação da Coopideal está relacionada com a história dos seus membros. O catador I1 revelou que era liderança na época do fechamento do lixão de Jardim Gramacho, em Duque de Caxias, quando participou de reuniões com autoridades de Brasília e esteve envolvido nos processos de negociação com os catadores. Segundo ele, a indenização individual para o catador no valor de R\$ 13.591,51 (treze mil quinhentos e noventa e um e cinquenta e um centavos) foi paga por empresas que atuavam na região e que passariam a explorar o negócio.

Pesquisadores descreveram em artigo parte desse processo de negociação entre lideranças dos trabalhadores, poder público municipal e a empresa terceirizada que fazia a gestão daquela área, e listaram algumas atividades que foram realizadas para atender às necessidades dos catadores (as) do lixão, visando à promoção de ações de compensação socioambiental:

- Dois recadastramentos de todo o efetivo de catadores, sendo que o segundo, realizado em fevereiro de 2012, foi além da quantificação e identificação, pois os trabalhadores(as) foram também cadastrados nos Programas de transferência de renda do Governo Federal (Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida e no Programa Renda Melhor);
- Promoção de ação social para emissão de documentos, tais como o Registro Civil de Nascimento e a Carteira de Identidade;
- Assembleia, que contou com a participação maciça dos catadores, onde ficou decidido que o fundo se reverteria em processo indenizatório;
- Criação de Grupo Gestor, com a finalidade de administrar recursos financeiros destinados ao apoio, para inclusão social e econômica dos catadores atuantes no Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho (BASTOS; FIGUEIREDO, 2018, p. 59).

Tais estudiosos mostraram que o pagamento do fundo compensatório foi o caminho acenado pelos envolvidos no processo de fechamento do lixão de Jardim Gramacho e pelos próprios catadores, diante da urgência e da importância da sobrevivência imediata daqueles sujeitos, mas que não seria a melhor alternativa (BASTOS; FIGUEIREDO, 2018).

Por outro lado, eles reconheceram que a concretude de outras ações, como capacitações técnicas, não atenderia de forma imediata às necessidades fundamentais

daqueles trabalhadores naquele momento.

Dentre os quatro entrevistados, dois eram sócio fundadores da Coopideal (I1 e I3) e um terceiro (I4) também atuava com reciclagem desde antes do fechamento do lixão. I1 já tinha mais de 23 anos na ocupação somente naquele território e começou a trabalhar com materiais recicláveis por conta do desemprego, assim como I4, que tinha 16 anos quando começou na atividade de catação. I3, que também tinha vários anos de experiência na área, mudou a moradia de Nova Iguaçu para a cidade de Duque de Caxias naquele período: “eu fui lá pra uma morar lá, mas aí arrumei um terreno, fiz um barraco de madeira, caí pra dentro, fui trabalhar no lixão”.

I2 disse que trabalhava na cooperativa há cerca de um ano, e que foi convidada pela irmã para organizar o bazar, após ficar desempregada com o fechamento de um restaurante, no início da pandemia, onde trabalhou por mais de 20 anos. Graduada em Serviço Social, mas sem experiência nessa profissão, aceitou o convite de trabalhar na cooperativa e acabou se interessando bastante pela área.

Em pesquisa realizada no primeiro ano da pandemia, pesquisadores alertaram que as cooperativas de materiais recicláveis ficaram desabastecidas de resíduos e que os trabalhadores, que já enfrentavam condições de insalubridade no trabalho, passaram a ter outros desafios, como: uma maior preocupação quanto ao contato com materiais possivelmente contaminados pelos vírus; e aumento da dificuldade em comprar EPI, máscaras, luvas, álcool em gel), em virtude dos elevados preços destes produtos e dos atrasos de pagamento das prefeituras às cooperativas (HENRIQUE; MATTOS, 2020).

Outra pesquisa investigou como organizações de catadores de materiais recicláveis se adaptaram para manter suas operações em reação à crise durante a pandemia, em municípios do Estado de São Paulo, ponderando que a maior parte dos grupos teve sua renda e a situação financeira comprometidas, devido à interrupção de serviços de coleta seletiva, fechamento das unidades de triagem de materiais e outras restrições necessária à contenção de disseminação do coronavírus (AZEVEDO *et al*, 2022).

A Comlurb entregava um caminhão de materiais da coleta seletiva na cooperativa duas vezes por semana, mas isso representava um volume pequeno para agregar valor de venda para a cooperativa, que, naquele período, contava com aproximadamente 40 cooperados. Havia ainda uma grande quantidade de rejeitos misturada a esse aglomerado, que, na percepção dela, era bem representativo. Em outras duas visitas à cooperativa, o caminhão da Comlurb retirava esses resíduos para o destino final, ou seja, a Central de Tratamento de Resíduos – CTR, na cidade de Seropédica.

A instabilidade no recebimento de materiais recicláveis recolhidos pela coleta seletiva municipal e a negligência do poder público com essa situação foi apontada como uma das principais circunstâncias que ocasionam desconforto aos entrevistados de uma associação de reciclagem (BASSO; SILVA, 2020).

A jornada de trabalho na Coopideal era de oito horas diárias, iniciando às 8h e encerrando às 17h, com intervalo de uma hora para o almoço, e outro intervalo breve para um café no período da tarde. O pagamento era realizado a cada 15 dias, mas também poderia ocorrer semanal ou mensalmente, a depender das negociações realizadas com os intermediários.

A produção cooperativista girava em torno do salário-mínimo vigente para cada membro, geralmente superando-o. Mesmo não estando satisfeito com o que recebia em troca do seu trabalho, um entrevistado (I4) não se considerava pobre: “Eu, graças a Deus, eu vivo bem, eu como bem eu, como o que quero, eu bebo o que quero, né? Então eu, dessa parte, eu tenho que reclamar não”. Sua opinião acerca da atividade laboral realizada era de que o ganho recebido era pouco com relação ao que era feito, e que o tempo de deslocamento de casa até ali deveria ser contabilizado: “eu acho que, ao sair de casa, já é o horário que você está praticamente trabalhando”. No caso, ele atuava em diferentes frentes da cooperativa, realizando atividades de transporte, segregação e prensa de material. I1 também relatou que fazia de tudo um pouco: separava os dois tipos de papel e os tipos de PET, enfardava “pardal”.

Em estudo realizado numa associação de reciclagem, pesquisadoras ponderaram que a realização das atividades dos membros demandava desses atores esforço intelectual, planejamento de tarefas, capacidade de gestão de recursos materiais e humanos, tendo em vista que todos os associados se envolviam na totalidade das tarefas (BASSO; SILVA, 2020). O envolvimento em todas as atividades não parece ser bem a realidade dos colaboradores da Coopideal, mas certamente os cooperados também não realizavam funções muito específicas, pois pareciam desenvolver várias atividades.

Quando questionados acerca do trabalho que realizavam, os entrevistados tendiam a considerar a atividade tranquila, pois não houve relato de reclamação ou adoecimento por conta da segregação de materiais em si. Parece que eles se acostumaram com o aquele rojão. “Hoje eu só separo essa papete, plásticos, essas coisas. O mês todo, eu fico só na banca, eu não faço outras coisas, isso não acho pesado, entendeu?”

I1 ressaltou a importância de sentir satisfação no trabalho, no sentido de que, fosse qualquer profissão, a pessoa tinha de gostar do que fazia. Porém, no caso da atividade ali na

cooperativa, ele disse que já havia se acostumado, ou seja, não chegou a afirmar que realmente gostava, apenas afirmou que fazia o que tinha que fazer e não era incomodado por ninguém, o que enxergava como aspecto positivo.

Sobre o trajeto casa-cooperativa, o entrevistado I1, que morava no bairro vizinho Bonsucesso, percorria a pé o caminho para o trabalho. Já I3, que morava em Jardim Gramacho, utilizava ônibus para chegar à cooperativa, depois de uma caminhada de uns 20 minutos desde o ponto que descia. Ela informou que o deslocamento via trem seria mais rápido, mas o dinheiro que a cooperativa repassava para o transporte não era suficiente para isso, então preferia fazer essa parte do percurso a pé, do que tirar o complemento do próprio bolso – isso só acontecia quando ela acordava atrasada e pegava uma baldeação para agilizar o trajeto.

Com o fechamento do lixão de Jardim Gramacho, o cooperado I4 trabalhou em outras ocupações, como ajudante de caminhão e auxiliar de produção. Tecendo um comparativo entre a catação nesse lixão e a cooperativa, ele avaliou que ali era melhor, em razão do ganho financeiro. Conforme seu relato, ele conseguia arrecadar em uma semana o que recebia pela Coopideal em um mês de trabalho: “Quando tinha o antigo lixão, a gente ganhava dinheiro. Trabalhava uma semana, você tirava basicamente o que você ganha no mês hoje numa cooperativa.” Essa constatação de ganhos superiores também foi apontada por I1, que afirmou obter em torno de um salário-mínimo por semana no ano de 2010.

Ele trouxe outra questão que merece ser discutida: a dificuldade de uma programação financeira a médio e longo prazo.

Era um dinheiro que bem dizer todo dia você pegava esse dinheiro. Você ia lá, dava uma hora da tarde descia com o material, pegava, ficou dinheiro na mão, gastava. Nunca ninguém pensou em juntar dinheiro. Sempre foi e vai ser sempre assim, não tem jeito não. Nunca que o pobre vai se programar pra qualquer coisa. Você entra no problema, no cartão aqui, arruma um jeito de pagar, pega emprestado e coisa. Daqui a dois meses tá lá no problema de novo! Não tem jeito não! O pobre, ele gasta antes (Entrevistado I1).

Situações como poupança bancária ou outras formas de economia pareciam não fazer parte da realidade dos entrevistados, pois demonstraram que trabalhavam para obter o pão de cada dia.

I4 demonstrou desejo de voltar a labutar e ser remunerado da forma em que ocorria no lixão de Jardim Gramacho, o que se mostrava impossível diante das mudanças de fluxo realizadas pelo governo desde então: os materiais estavam sendo levados para o aterro sanitário de Seropédica e eram aterrados de imediato, para impedir a catação: “Bateu de lá,

agora cai lá em Seropédica e lá os materiais são aterrados porque eles não deixam mais catar. Quem dera que pudesse catar. Ia trabalhar para mim na hora que eu quisesse, ganhar o que eu quisesse.”

O período crítico da pandemia do coronavírus havia passado poucos meses antes das entrevistas, pois a vacinação já tinha atingido os principais grupos populacionais de adultos e os índices de mortalidade da doença estavam estagnados. A questão do Auxílio Emergencial oferecido pelo Governo Federal foi abordada. Enquanto o entrevistado I4 recebeu o Auxílio, I1 comentou que seu cadastro não fora aprovado para tal, mas mencionou uma bolsa de R\$400, disponibilizada durante quatro meses pela ANCAT, diante de uma parceria com Coca-Cola e Ambev. A entrevistada I3 disse que recebia o Bolsa Família, mas que não tinha tido sorte de obter o Auxílio Emergencial que acreditava ter direito: ao invés de R\$1.200, recebera parcelas de apenas R\$ 600. Ao tentar resolver a situação no CRAS, foi dito que o seu cadastro continha o sexo masculino, mas mesmo depois de atualizarem a informação, não conseguiu obter o recurso integralmente.

Conforme relato de I3, a cooperativa não paralisou completamente as atividades durante a pandemia: ela própria continuou trabalhando e o volume de trabalho continuou o mesmo.

Existia um bazar para venda de peças usadas, como roupas, acessórios, sapatos e artigos domésticos, com exposição constante na própria cooperativa, que também vendia produtos pela internet, através de grupos de *Whatsapp* e pela página da cooperativa no *Facebook*.

Havia ainda uma articulação com “brechadeiras” da Feira de Brechós que ocorre todos os sábados no bairro de Madureira e em Nova Iguaçu, além de mulheres que também revendiam artigos usados em Jardim Gramacho. Diante da junção de material interessante, principalmente roupas e potes de plástico, I2 lavava e limpava tudo para entrar em contato com essas mulheres e negociar a venda, fazendo o que elas chamavam de “garimpo de bazar”.

Em geral, as peças eram vendidas por R\$1 a unidade, no caso de peças visivelmente usadas. Contudo, a entrevistada disse ser comum encontrar ou receber doação de peças novas e sem uso, ainda com etiqueta da loja, e demonstrou surpresa: “São as roupas que vêm no meio do lixo, algumas, e são coisas que vêm de doação, tem coisas que vêm de doação, tem coisas que vêm no lixo. Simplesmente vêm no lixo!”

Nessas situações, era feita uma avaliação para precificação específica, de acordo com a marca e as características da peça. Roupas de crianças encontradas ou recebidas em meio

aos materiais recicláveis não costumavam ser vendidas nem disponibilizadas no bazar: a prioridade eram os próprios filhos ou netos dos catadores.

Ocorria de serem encontrados no lixo joias e outros objetos de valor – caso em que o catador que encontrava guardava consigo o objeto e vendia individualmente. Um comprador costumava comparecer à cooperativa periodicamente, a cada quinzena, ou se fosse contatado pelos catadores, para comprar objetos de valor de metais preciosos.

Você vai ali, quando eu começo a mexer, de repente: ouro! As meninas já acharam ouro aqui. Normalmente, quando eles acham ouro, essas coisas, assim, eles guardam e eles vendem individual, né? Mas ouro, minha irmã achou uma caixa com ouro no sábado, na sexta-feira, quando a gente estava aqui mexendo nessas coisa, que veio dessa especial. É uma caixa com ouro. Ela vendeu tudo e revestiu pra festa (Entrevistada I2).

Por outro lado, quando eram achados ou recebidos lotes de peças em bom estado de conservação para uso e / ou venda, costumava ter uma repartição dos objetos entre aquele que encontrou e a cooperativa. Isso começou a ocorrer diante de situações desconfortáveis em que catadores diziam que tinham interesse em determinados objetos e, ao invés de levarem para casa, faziam a venda deles, o que a administração da cooperativa achou que não era justo com os demais, pois poderia ter entre eles alguém que realmente precisasse daquele móvel ou objeto.

Pesquisadoras verificaram em sua investigação que chegam na coleta seletiva variados objetos que possuem algum potencial de uso e aproveitamento pelos catadores, tais como calçados e roupas, que são inspecionados e guardados à parte de outros itens (BASSO; SILVA, 2020).

I4 se posicionou especificamente acerca do modus operandi da cooperativa: “Pelo tempo que eu tenho, aqui está muito longe de cooperativismo, porque cooperativismo é uma coisa muito, exige muitas coisas que a gente não vê aqui, entendeu? [...] Eu acho que pelo trabalho que eu faço, não tem a ver com a cooperativa. A gente dá o nome de cooperativa, mas não é cooperativa. [...] É uma empresa entre patrão e empregado.”

I1 também demonstrou que não vislumbrava cooperativismo ali, mas reconhecia a dificuldade dessa empreitada e o comprometimento da presidente com a cooperativa, que tinha que lidar ainda com custos elevados nas contas de água, luz, INSS, telefone, transporte dos funcionários.

Em pesquisa realizada junto a associações de reciclagem, pesquisadores verificaram que essas organizações funcionavam apenas como uma forma coletiva de buscar recursos junto aos órgãos públicos e não cumpriam o papel de organizar a cadeia e agregar valor ao

material coletado ou eficiência ao trabalho, pois os catadores continuavam trabalhando de forma independente, de forma que o trabalho cooperativado encontrava resistências (LUTINSKI *et al*, 2017).

As organizações de catadores devem se configurar como um modelo de organização em que seus cooperados decidem políticas, estratégias e questões produtivas em conjunto, baseando-se no trabalho e nas pessoas (MATTOS *et al*, 2021). Contudo, processos decisórios coletivos parece que não fazem parte do cotidiano dessa cooperativa estudada.

Uma situação identificada por I1 dizia respeito à questão salarial: sabia que ganhava o mesmo que os motoristas dos caminhões da instituição, mesmo tendo uma carga horária inferior, pois eles iniciavam nas ruas às cinco da manhã e ele só precisava chegar na cooperativa às oito horas. Aparentemente, ele estava incomodado com essa diferença e achava que os motoristas deveriam ser mais bem remunerados. Entra aí também a questão da exigência da habilitação para dirigir e mesmo da responsabilidade da função: a profissão de motorista possui riscos inerentes que podem ser considerados superiores aos riscos do catador.

Pesquisadores apontam que, diante da inclusão da categoria na CBO, torna-se necessária a sua regulamentação formal, na forma de normalização específica para o exercício da profissão, o que possibilitaria o Estado atuar na fiscalização das diversas formas de contratação dos catadores (as) de materiais recicláveis (FIGUEIREDO; BASTOS, 2021). Entretanto, cabe aqui a reflexão se a criação desses normativos não poderiam dificultar ainda mais a existência das cooperativas, que já não conseguem atender com afinco às exigências da legislação atual.

I1 descreveu como percebia um aspecto relevante da prática do mercado da reciclagem:

Sabe o que que acontece? As grandes empresa, muitas grande empresa, ela prefere vender por um empresário o material do que doar pra cooperativa. Alguns material que é doado, só que é doado pras cooperativa lá do Governo Federal. Um Banco do Brasil, uma Caixa Econômica, esses negócio, mas o Estado, não. Do Estado, de uma Prefeitura, nada é doado (Entrevistado I1).

I1 afirmou que a maioria dos shopping centers possuía sistema de coleta seletiva, mas realizado junto a empresas, e não em parceria com cooperativas. Segundo ele, essas empresas poderiam até ter o nome de cooperativa, para evitar o pagamento de impostos, mas, na verdade, não se tratava de instituições de cooperativismo.

A depender da função exercida, o uso de EPI era facilmente observado, especialmente botas. A cooperativa disponibilizava óculos, luvas, calça, botas, camisa.

Não foram relatados acidentes de trabalho pelos catadores enquanto trabalhavam na cooperativa, a não ser pequenos incidentes como os cortes anunciados por I3: “Se cortar, é aqueles cortinho bobo no dedo, que sangrou agora, você vai e lava o dedo. Aí estancou o sangue e tu continua trabalhando”.

Durante visitas de outra pesquisa realizada na Coopideal, pesquisadores verificaram resistência entre os cooperados na utilização de EPI que eram fornecidos em quantidade e qualidade necessárias; bem como presenciaram acidentes de trabalho relacionados a cortes durante as atividades de barricagem e triagem (TANAKA; RATIER, 2021).

Em uma oficina sobre saúde e segurança do trabalho realizada em uma cooperativa de material reciclável da cidade de São Paulo, pesquisadores ressaltaram junto aos cooperados que, mesmo com o uso de luvas protetoras, é comum haver acidentes com a manipulação de materiais, pois o vidro, por exemplo, pode furar a luva e cortar quem está manuseando (MOURA; GONÇALVES-DIAS, 2020). Daí a importância de se trabalhar com atenção e cuidado, além do uso adequado de equipamentos de proteção.

5.2.1.2 A Saúde para Catadores da Coopideal

Mesmo estando prestes a completar meio século de vida, I4 tinha uma aparência bem mais jovem, algo em torno de 30 anos. Ele não se considerava uma pessoa saudável, tendo em vista que apresentava episódios frequentes de aumento de pressão arterial.

I3 disse não ter motivos para reclamar quanto à sua saúde, pois rápido se recuperava quando pegava uma gripe ou algo assim. Contudo, em outro momento da conversa, assumiu que sentia dores nas costas ao final do dia e que chegava em casa com o “corpo moído”. É como se os trabalhadores naturalizassem essa situação e se conformassem de que deveria ser assim mesmo.

Manifestações como dores nas costas, como também nos braços, foram relatadas por catadores de uma associação do Rio Grande do Sul, tendo em vista a necessidade de abaixarem-se com frequência e pela grande mobilização do corpo durante a atividade laboral (BASSO; SILVA, 2020).

I3 assumiu que não ia no médico com frequência, e a última vez que tinha ido a um hospital foi para parir o filho mais novo, nove anos antes da entrevista.

Os cuidados com a saúde de I1 foram descritos com as seguintes ações: “Não bebo água gelada, não como comida muito quente, saio do banheiro, não boto sandália, em casa é só descalço, almoço 11 horas”.

Em intervenção realizada em duas associações de reciclagem no Sul do Brasil, enfermeiras ponderaram que os catadores de material reciclável participantes apresentaram ações indicativas de autocuidado, tais como: alimentação; hidratação; cuidado frente aos riscos ocupacionais; utilização de EPI; uso de medicamentos e curativos; lazer e espiritualidade (CENTENARO *et al*, 2022). Tais tipos de atitudes também foram relatadas entre os pesquisados da Coopideal.

O uso esporádico e / ou abusivo de álcool não foi abordado de forma direta pelo roteiro de entrevista semidirigido, mas apareceu em alguns depoimentos quando se perguntou acerca de lazer e tempo de descanso. I1 revelou que já gostou muito de beber cachaça, passar noites inteiras jogando baralho e dominó apostando dinheiro, mas deixou de fazê-lo. I4 afirmou que não fazia uso de bebidas alcoólicas há oito anos.

I1 relatou um corte mais sério no pé por conta de uma garrafa quebrada, mas quando coletava no lixão de Gramacho – disse que trabalhava usando tênis All Star cano longo e não mencionou eventual uso de EPI adequado à atividade. Ele se vangloriou porque esteve pela última vez em um hospital no ano de 1997, para tratar uma dor nas costas, quando trabalhava em obras e carregou muito peso “botei 40 broca de cimento no carrinho”.

Estudo realizado em um lixão do Distrito Federal, para estimar a prevalência de acidentes de trabalho e fatores associados, verificou que, quanto maior é a percepção de companheirismo existente entre os catadores, menos acidentes de trabalho ocorrem, e apontou a existência de uma relação estatisticamente significativa entre aspectos físico-emocionais como cansaço, estresse e tristeza com situações de insegurança alimentar e acidentes de trabalho. (HOEFEL *et al*, 2013). Tais constatações parecem ser aplicáveis ao ambiente de trabalho nas cooperativas abordadas, onde deve predominar um senso de coletividade que influencia na administração de situações de pequenos acidentes.

I2 relatou possuir plano de saúde como dependente do esposo, que era funcionário da Comlurb há vários anos. Disse que estava bem, mas reconheceu que passou um período em que estava debilitada emocionalmente, e teve crises de ansiedade por conta do desemprego no início da pandemia, o que interferiu na sua saúde como um todo. Nesse sentido, ela atribuiu a sua superação à cooperativa, pois, diante da dificuldade financeira, precisou se reinventar, e descobriu uma nova habilidade nas transações do bazar: através de pesquisas e contatos nas redes sociais, passou a buscar o valor de objetos recebidos para a comercialização.

I1 comparou a saúde pública de uns 20 anos antes com o período da entrevista, dizendo que, antes, era mais fácil conseguir gratuitamente procedimentos cirúrgicos, por

exemplo, nos hospitais federais, pois, na sua concepção, os cargos administrativos estavam sendo ocupados por mera “politicagem” e não por conhecimento técnico: pessoas sem formação médica não deveriam ser nomeadas para secretarias e para o Ministério da Saúde, como ele via sempre, e ficou evidente no período da pandemia.

I4 também reclamou do sistema público de saúde ao inferir que não conseguia realizar exames clínicos no posto de saúde da família, para fazer uma investigação do seu estado:

Tem que fazer exame, mas nos postos que a gente tem hoje em dia, a gente não consegue nada, você tem que pagar no mínimo de 150 a 200 reais e a gente não disponibiliza desse dinheiro. Então, não tem como a gente fazer um exame. E fazer um exame tem que fazer um exame geral para saber. Se eu falar para a senhora que a minha saúde está a mil maravilha, eu vou tá mentindo. Para mim fazer um check up, a gente vamos nos postos de saúde, hoje em dia, do nosso Brasil. Eles chegam lá muito mal, nem bota a mão de você, nem nada, não faz um exame de sangue: você tá com isso. Passa uma receita, você vai lá, compra um remédio, se vira. Como é que a gente vai saber como é que está nossa saúde? Não tem como, tem que pagar de 150 a 200 reais para você fazer um check up geral, e a gente não tem disponível. Se você pegar tirar 200 reais do seu dinheiro do sustento da sua família para poder fazer exame, você tá ferrado (Entrevistado I4).

Em outro momento, a questão do acesso à saúde retornou, quando se conversava sobre a pandemia de covid: I4 opinou que as pessoas com maior poder aquisitivo sobreviveriam à doença, ao passo que a morte estaria mais próxima de pessoas que não tinham dinheiro para arcar com as despesas de tratamento. Ele criticou ainda as medidas do governo de isolamento social: “Você tem uma família de quatro a seis pessoas que moram em um quarto, um quadrado grande. Aí eles falam que você tem que se isolar. Você vai se isolar como? Como que você vai se isolar? É tipo assim, eles falam pra você, vai morrer em casa.”

Essa dificuldade de isolamento social foi ressaltada por Antunes (2022), mas o autor não fez relacionou com o espaço físico, e sim com a questão laboral / fonte de renda:

Despossuída de quase tudo, a classe trabalhadora que labora na informalidade, em sua esmagadora maioria, não poderia fazer isolamento. Perderia sua única fonte de sobrevivência. Como seria possível exercer trabalhos intermitentes, se muitas atividades econômicas fecharam suas portas ou estavam em lockdown? (ANTUNES, 2022, p. 10).

I2 se mostrou grata porque as pessoas na cooperativa conseguiram passar pela covid sem maiores transtornos, mesmo que tenham recebido materiais contaminados, como máscaras sujas e seringas vindas de hospitais.

A medida de uso da máscara facial durante a pandemia não foi considerada positiva por I4, que relatou passar mal quando colocava o objeto. Assim, só usava o artefato mesmo

em alguns lugares quando era obrigatório.

Já quanto à vacinação, I1 e I4 confirmaram ter tomado as doses contra covid recomendadas para suas faixas etárias, mas ainda não haviam tomado a vacina antigripal, mesmo que tivesse tido um surto na cooperativa duas semanas antes, que fez com que vários catadores faltassem ao trabalho.

I1 considerava que a pandemia já estava passando naquele período (novembro de 2021), pois os noticiários que costumava acompanhar informaram na noite anterior que não havia sido registrada nenhuma morte no Complexo da Maré, onde morava, nem no Complexo de Manguinhos.

5.2.1.3 Outras Esferas da Vida para Catadores da Coopideal

Assim como a maioria dos membros da Coopideal, dois dos entrevistados (I3 e I4) moravam em Duque de Caxias, nas proximidades do bairro Jardim Gramacho. Os quatro entrevistados viviam com um companheiro ou companheira, mesmo que a relação não fosse formalizada em cartório ou instituição religiosa. As esposas de I1 e I4 também trabalhavam com reciclagem nessa localidade, e a companheira de I1 era catadora em outra instituição, formalizada em CTPS. I4 afirmou que ajudava da melhor maneira possível nos afazeres domésticos, fazendo de tudo: lavar, passar roupa, cozinhar etc.

Com relação à escolaridade, a frequência à sala de aula ficou em um passado distante dos entrevistados. Em seu depoimento, I3 alegou não ter tido oportunidade de estudar porque tinha que tomar conta dos irmãos mais novos, então não frequentou uma escola quando criança, e o pouco que aprendeu foi com uma pessoa que dava aula em casa. Aos 12 anos, deixou a residência da mãe para trabalhar em casa de família. Remete a falta de estudos à questão do amadurecimento emocional: no seu caso, não teve maturidade e engravidou aos 16 anos, algo que não desejava para as filhas. Sua carteira profissional permanecia em branco, mesmo tendo mais de 40 anos de idade, pois nunca trabalhou sob regime formal atrelado à previdência social, o que atribuiu à falta de diploma escolar.

A baixa escolaridade normalmente está relacionada à dificuldade de as pessoas obterem um emprego formal, sendo no setor informal de prestação de serviços onde se encontra a pior face da precarização do trabalho (MOREIRA; ANTONELLO, 2011). A catação figura entre os vários serviços prestados por trabalhadores de forma precária no Brasil, em virtude da instabilidade nos rendimentos, dos diversos riscos enfrentados e da ausência de direitos trabalhistas inerentes ao trabalho informal.

No Brasil, o trabalho de catadores recicláveis, cuja situação de exclusão social (desemprego, baixa escolaridade, elevada faixa etária) o qualifica para essa ocupação, está integrado ao processo de acumulação do capital (BOSI, 2008).

Mesmo não tendo concluído os Ensino Fundamental, pois fizeram somente até 5^a, 2^a e 4^a série, os catadores I1, I3 e I4 não estavam estudando. I3 assumiu que apenas assinava o próprio nome e não sabia ler nem escrever, mas, em razão da correria do seu dia a dia, das obrigações com os filhos e da jornada de trabalho, não dava tempo estudar (saía de casa antes das seis horas da manhã e retornava mais de oito horas da noite).

I4 reconheceu a importância dos estudos ao ser questionado sobre o que desejava para os seus filhos:

Eu quero que eles estudem. Eu não tive oportunidade de estudar, porque, se eu tivesse oportunidade estudar, eu não estaria aqui. Se eu estudasse, eu não comeria, na época. Então era estudar ou trabalhar. Então, infelizmente eu tive que trabalhar. Eles, hoje em dia, não. Hoje em dia eles podem comer, tem nosso trabalho. Nós bota comida lá, eles até jogam fora. Hoje em dia, só eles estudarem. É o que eu peço pra eles: estuda! Para não fazer a mesma coisa que eu e a mãe dele faz. É um trabalho? É um trabalho! Mas não é um trabalho produtivo, lucrativo. Amanhã ou depois, que nós sair daqui, nós sai com uma mão na frente, outra atrás. Vai trabalhar 10, 20 anos, você vai sair com uma mão na frente e outra atrás (Entrevistado I4).

Diferentemente deles, a entrevistada I2 estava planejando em breve se matricular em um curso técnico na área ambiental, pois estava bastante interessada no assunto a partir da sua experiência na administração na Coopideal. Mas a situação dela era diferente, uma vez que possuía Ensino Superior completo.

A diversão e o lazer de I4, segundo seu relato, se resumia a ir à feira perto de casa aos domingos, encontrar os colegas, enquanto os demais dias da semana eram destinados ao trabalho. I1 disse gostar de escutar música nos finais de semana, às vezes bebendo um pouco de cerveja.

Em seu depoimento, I2 questionou o viés de medidas tomadas durante a pandemia pelo governo, quando ressaltou que se tratava de um “jogo político”, e não de medidas para proteger a população. Listou alguns exemplos de situações para ilustrar o seu pensamento, como a quantidade de dinheiro desviados nos escândalos que vieram à tona e a falta de preocupação com a imunização das pessoas, o que poderia ter evitado muitas complicações. Já I1 achava que, se o governo tivesse feito *lockdown* no início da pandemia, como vários países fizeram, mortes poderiam ter sido evitadas.

I3 discordou da medida do governo de paralisação do ensino presencial das escolas, pois seus filhos em idade escolar ficaram somente em casa e não tinham condições de estudar

na modalidade virtual, quando esta foi implantada: “Então eles ficaram mais em casa do que na escola, porque a maioria era tudo coisa no telefone. Pra quê, se eles não têm telefone? Tu tá entendendo? Aí o telefone que tem é só o meu. Eu tenho que fazer o serviço. Estudaram o quê? Nada”.

Ao ser questionado sobre o governo, I4 se mostrou desgostoso quanto à falta de realizações para a população, ao mesmo tempo em que relativizou a capacidade dos governantes de efetivarem suas promessas em virtude do sistema político do país:

Realmente o governo já entra com as mãos atadas. Se pensar ah, eu vou entrar, eu vou fazer isso, eu vou fazer aquilo. Nada! Esquece! Ele não consegue fazer nada. Meu modo de pensar. Eu acho que ele, esse governo nosso, que a gente tem hoje em dia, ele se atrapalha pelas coisas que ele fala. Muitas coisas ele fala eu acho que tinha muitas coisas para eles verem. Ele veio para o negócio de que ‘eu vou liberar arma’. Ah, tem tanta coisa que poderia ter sido feito, né? Os nossos governantes... Aí a senhora para me perguntar: ah, por causa de quem não melhora a saúde? Porque a saúde é a única coisa que elege governador, elege presidente, elege prefeitos, entendeu? Vem aquele moço ali, aí fala assim: eu vou fazer pela saúde, eu vou fazer pela saúde, aí os outros vai votar nele, pensando que ele vai fazer pela saúde, pela polícia, pelo estado. Faz nada! Aí vai vir um outro candidato com a mesma promessa e a gente vai caindo sempre na frente, pouquinho. Brasil (Entrevistado I4).

I2 opinou que não havia políticas públicas direcionadas para o catador, que se via obrigado a disputar o campo da coleta seletiva com os empresários, sendo estes que acabavam com a maior parte do volume financeiro do processo. Nesse sentido, o catador colocava a mão no lixo, mas pouco sobrava para ele.

Não existe políticas públicas, é, diferenciada para o catador. Vamos lá! Fechou, já fechou o lixão, vamos fechar o lixão, vamos fechar o lixão. Vamos dar uma indenização pra esse povo e vamos abrir cooperativa. Nós, enquanto Estado do Rio, a Comlurb vai mandar o lixo para as cooperativas. Só que hoje o que nós temos é a coleta seletiva, é mercantilizada. Então, hoje, o catador, ele está na rua disputando com o empresário. Ele está disputando com o empresário. Então, hoje, dentro das grandes cooperativas, você não vê os catadores, mas você vê os empresários. (Entrevistada I2).

Como sugestões diretas para a categoria, I1 reclamou que o governo cruzava os braços e que, se dependesse disso, eles morreriam de fome. I4 sugeriu que o governo poderia oferecer uma ajuda de custo, mas não tinha esperanças de que isso pudesse ser efetivado, pois acreditava que os ricos eram mais facilmente beneficiados com medidas públicas do que os pobres. Os comentários de I3 também foram nesse caminho: ela aludiu que o governo poderia oferecer recursos para que as cooperativas implementassem melhorias, como elevadores para o carregamento de peso (exemplificou com a caçamba de vidro que havia ali, que era grande e pesada e eles viravam com as próprias mãos). Ela opinou ainda que o

poder público não valorizava a categoria:

Eu acho que eu tinha que dar mais valor os cooperados e como fala os catador de lixo, então achava que eu tinha que dar mais valor à mão de obra. Eles pagam muito pouco, tudo pouco. É muito. Vão botar quem vem dizer limpar a cidade do Rio de Janeiro é quem? Os catador, né? E aí é coisa pouca que eles pagam, entendeu? Eles não dão valor aos catador não (Entrevistada I3).

Poderia ser ainda realizada, segundo sugestão de I2, uma ação junto a condomínios e grandes empresas, no sentido de conscientizar as pessoas com relação à coleta seletiva e, conseqüentemente, facilitar o trabalho dos catadores.

I4 opinava que a prefeitura deveria remunerar os catadores e a cooperativa em razão da quantidade de material que deixava de ser enviado para Seropédica (apenas os rejeitos), que seriam toneladas e mais toneladas.

I1 achava que o governo deveria investir mais em divulgação de temas como reciclagem e coleta seletiva, a exemplo de como estavam fazendo com a vacinação da covid, que tinha tantos comerciais e notícias nos telejornais.

Eles vem aqui na cooperativa e vão fazer uma reportagem sobre a coleta seletiva. Sobre a reciclagem. Mas aí vem aqui só passar aquele negocinho ali. Fala aquilo ali. Mas não vai botar no Jornal Nacional, não vai botar! Eu vi agora, faz uns 15 dias, tava dando, mas é no Globo Comunidade, pô. Então ó, é pra divulgar o negócio! Tinha que ser mais divulgado, tinha que nos condomínio fazer isso, você vai doar para tal cooperativa, você vai abaixar isso, aquilo ali, vai incentivar o pessoal (Entrevistado I1).

I1 argumentou que a corrupção fazia parte da cultura brasileira, não sendo um comportamento exclusivo dos políticos, como se costuma falar. Para exemplificar sua opinião, ele citou o fato de as pessoas entrarem nos ônibus de forma a não pagarem passagem. Outra situação que ele colocou acerca do povo brasileiro foi com relação à falta de informação: muitas pessoas deixavam de assumir um emprego com carteira assinada, por exemplo, porque achavam que iriam perder benefícios como Bolsa Família e Auxílio Emergencial, quando, na verdade, é necessário avaliar cada caso e a quantidade de membros na casa. Ele achava ainda que as pessoas não prestavam atenção às informações e às notícias, e, por isso, poderiam ser prejudicados em situações de benefícios e a situação não mudava para os pobres.

I1 reclamou do descaso do poder público com a limpeza urbana: a falta dela nas ruas ocasionava problemas diante de enchentes:

Nós temos uns problema aqui nosso no nosso país é enchente. Mas por que que dá

enchente aqui? Nenhuma prefeitura, nenhum governo, eles nunca mais eu vi um caminhão, que alguns anos tinha ainda, é limpando esses bueiro. Porque você pode varrer isso aqui o máximo que for, mas bater uma água, vai uma poeirinha, vai até o bueiro. Mas ele nunca mais eu vi (Entrevistado I1).

O senso crítico de I1 se mostrou em vários pontos da conversa. Em determinado momento, ele questionou um aumento recente de verba de gabinete de políticos de R\$ 17 mil para mais de R\$ 31 mil, ou seja, quase dobrou, enquanto o salário-mínimo de 2021 para 2022 teve percentual de reajuste de pouco mais de 10%, e passaria a ser de R\$ 1.212 (o anúncio havia sido feito poucos dias antes, o que demonstra que o catador se atualizava constantemente com as notícias econômicas e políticas do país). Ele sabia que esse aumento não acompanhava a inflação, opinando que, na verdade, “você não tem ganho de nada”. Ressaltou ainda a comodidade do povo brasileiro, ao afirmar que “Ninguém briga, ninguém vai lá. Está ficando difícil.”

I2 se manifestou sobre a situação econômica do país, que considerava estar bem difícil. Ela fez uma simulação superficial dos gastos básicos de uma família (gás, alimentação, água, luz, transporte) para mostrar que o salário-mínimo não era suficiente. Denunciou também a situação precária da mobilidade urbana, ao analisar o transporte público no Rio de Janeiro, quanto à lotação e valores elevados que eram cobrados.

I1 comentou acerca das milícias do Rio de Janeiro, denunciando que os milicianos que conhecia em Duque de Caxias burlavam as máquinas de jogo (caça-níqueis) para roubar dinheiro. Ele achava que, se o jogo do bicho fosse legalizado, a lavagem de dinheiro aumentaria mais ainda.

Determinadas peculiaridades das comunidades do Rio de Janeiro foram comentadas por I1, que comentou ser possível viver nesses aglomerados, mas era necessário não se envolver com as situações de tráfico e milícia. Segundo ele, o Batalhão de Operações Policiais Especiais - BOPE, por exemplo, quando entrava no morro, era para matar “A polícia vem pra matar. E é o pessoal do BOPE, é igual no filme. O BOPE não entra pra morrer não, o BOPE entra pra matar, não tem jeito não, é difícil pra caramba.”

A independência financeira foi ressaltada como fator de felicidade pela entrevistada I3: “Eu sou [feliz], graças a Deus! Com meus filhos todinho, minha mãe, eu tenho minha mãe ainda, graças a Deus, tem a minha vizinha. Sou independente, eu faço depender de mim mesmo, entendeu? Não dependo de homem, graças a Deus”.

O roteiro de entrevista (Apêndice A) possui perguntas voltadas para os sonhos e desejos dos sujeitos, com o intuito de compreender as suas perspectivas de futuro em relação ao contexto de vida no qual estavam inseridos no presente. Algumas pessoas respondiam

com facilidade; outras desconversavam e acabavam não respondendo diretamente; outras abordaram o tema ao conversarem sobre questões diversas.

As perspectivas e anseios para o futuro giravam, de forma geral, em torno da saúde: “Eu queria tá assim [dali a cinco anos], do jeito que eu tô, com saúde. Bem. (I4)”.

O sonho de I3 foi revelado de imediato: parar de trabalhar para ter mais tempo com os filhos e descansar. Mas ainda faltava muito tempo para isso, já ele não tinha nenhum tempo de contribuição ao INSS e pelos critérios de aposentadoria por idade ainda teria quase duas décadas à frente. Assim como ele, os entrevistados I1 e I4 não tinham planos de voltar a estudar, pois consideravam que seu tempo para isso já havia passado.

Quando questionado acerca das expectativas para um futuro próximo, dali a cinco anos, I1 disse sentir pena do neto que nasceria em breve, pois, segundo ele, chegaria um tempo que não haveria emprego para o povo, a não ser que a pessoa estudasse e tivesse boas relações: “Cara, o que eu vejo é vai ter tempo que não vai ter nem trabalho pro povo. Ou você conhece alguém. Não adianta você estudar não, se você estudar você tem que ter ambição de conhecer alguém.”

I3 disse que desejava para os seus filhos uma vida melhor e com estudos, diferente da que teve, e destacou a importância da honestidade:

O que eu tenho para ensinar para eles? Olha, ser sempre honesto. E trabalhar. Eu quero melhoria para eles. Claro que eu quero. Eu não quero a vida que eu tenho para eles, mas se for de um dia tiver que catar latinha, catar pedra, essas coisas. Não mexer em nada de ninguém. Entendeu? ‘... Porque a gente sem estudo, a gente não arruma um serviço bom. Não adianta, você não arruma serviço bom, sem estudo. Serviço assim, como se fala, sem carteira assinada. Quando você tem carteira assinada você tem uma garantia. Agora, se você se assim, se você machucar, você vai ficar em casa, você vai receber o quê?(Entrevistada I3).

A fala de I3 também remete à conhecida situação de ausência de direitos trabalhistas que acomete a categoria dos catadores. Autores reforçam que, apesar da força da economia política do lixo na atualidade, os trabalhadores envolvidos na sua pesquisa não possuíam garantias de direitos sociais e benefícios provenientes do contexto previdenciário, restando-lhe apenas acesso a alguns benefícios da assistência social do Governo Federal (BASTOS; FIGUEIREDO, 2018). Essa é uma realidade observada nos sujeitos desse estudo

5.2.2 Catadores da Coopama e suas singularidades

No dia 27 de novembro de 2021, foram realizadas as quatro entrevistas com membros da Coopama, com duração entre 9 e 61 minutos cada, sendo a primeira com o diretor, cujas

informações encontram-se no tópico anterior de descrição da instituição, e as demais com cooperados da linha de frente da segregação de material:

Tabela 3 – Entrevistados na Coopama. Rio de Janeiro, Brasil.

Identificação	Sexo	Idade	Estado Civil	Filhos	Moradia	Escolaridade
A1	M	42	Amigado	5	Alugada	2º ano EM
A2	F	38	Solteiro	2	Alugada	8ª série
A4	F	62	Casado	4	Própria	5ª série

Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

Quando cheguei na instituição, a direção estava em reunião extraordinária com a equipe administrativa para tratar assuntos urgentes, então pude acompanhar o funcionamento externo enquanto aguardava e durante o restante do dia. Pude constatar que várias atividades ocorriam em paralelo e em grande velocidade. A própria entrevista com o diretor aconteceu no intervalo do almoço e foi interrompida algumas vezes por colaboradores com situações que precisavam da intervenção dele, pois era necessário tomar decisões imediatas.

Durante a visita para a realização das entrevistas, por exemplo, presenciei uma situação de conflito acerca de fornecimento de almoço. A cooperativa já havia disponibilizado refeição para todos, elaborada na própria instituição, mas, por questões financeiras, não era mais possível. A orientação era de que cada um levasse marmita de casa. Acontece que, eventualmente, a cooperativa pagava o almoço de algumas pessoas, diante de situações específicas e individualizadas. Porém, naquele momento, os valores estavam extrapolando, e a diretoria resolveu comunicar, através de uma carta e de uma reunião ocorrida no dia anterior, que não mais seria possível continuar com o benefício. A entrevista fora interrompida pelo fato de alguns cooperados não terem levado marmita e estarem solicitando o fornecimento da refeição. Esse foi um exemplo de ocorrência que mostra a proximidade dos cooperados com a administração, o que dificilmente aconteceria em organizações que não têm cunho coletivista.

5.2.2.1 O Trabalho para Catadores da Coopama

Entre idas e voltas à Coopama e outras instituições do ramo, A1 disse que há mais de 20 anos trabalhava com reciclagem de materiais, tendo trabalhado nos intervalos e sempre que aparecia oportunidade em outras ocupações, como pintor industrial e soldador. Naquele período, ele atuava no caminhão, descarregando e carregando com os materiais que

chegavam e que eram despachados, assim como na prensa, utilizada para diminuir o volume e facilitar o manejo dos materiais. As outras duas entrevistadas trabalhavam somente na segregação de materiais.

Os catadores A1 e A4 começaram a catação ainda em Jardim Gramacho, mais de 10 anos antes, sendo que A4 trabalhava no depósito e não chegou a atuar no lixão em si.

A oportunidade de A2 trabalhar na cooperativa havia surgido uns dois anos antes, através de um contato da sua mãe com o diretor: “morei quinze anos pela rua fora, aí ele me deu essa oportunidade de tá aqui, eu agarrei ela com garras e forças”. Esse depoimento reflete bem uma situação comum no ramo da reciclagem de materiais, quando consiste na única opção de sobrevivência das pessoas dentre as exigências e dificuldades do mercado de trabalho, que possui um grande contingente de candidatos e uma quantidade bem inferior de vagas disponíveis.

A jornada de trabalho no setor de segregação de materiais da Coopama iniciava às oito horas da manhã e finalizava às 17 horas, com intervalos para almoço e lanche. Cada colaborador era responsável pela sua própria refeição – geralmente levavam marmita de casa, enquanto a instituição disponibilizava bebedouros para água potável e café.

Essa jornada laboral fixa representa um aspecto positivo dessa organização, assim como na Coopideal, pois foram constatados relatos de longos períodos de trabalho semanais e diários na pesquisa em uma associação de catadores, indicando a ausência de horário fixo (BASSO; SILVA, 2020).

A remuneração dos colaboradores variava de acordo com a função exercida e com a sua produtividade em determinado período (semanal, quinzenal ou mensal). A entrevistada A4, por exemplo, que “rebatia” o material vindo de uma etapa anterior, disse que recebia entre R\$ 400 e R\$ 500 por semana, o que era diferente do pagamento das colegas, mas não chegou a detalhar se seria para mais ou para menos. Disse que era suficiente para o sustento da família - o marido era pedreiro, mas não tinha emprego fixo e ela já era aposentada pelo INSS por tempo de contribuição.

A1 foi contraditório ao mencionar a sua remuneração: confirmou inicialmente receber pagamento fixo, ao invés de variável segundo a produção; mas, ao falar sobre valores, disse que seria “R\$700, R\$500, dependendo da parte da venda, né?”. Salientou que era suficiente para sustentar sua família e que ainda sobrava dinheiro, que estaria juntando para sair da comunidade onde morava e voltar a viver em Duque de Caxias, onde nasceu. Com esses planos e essa forma de lidar com o dinheiro, esse cooperado representava uma exceção no público pesquisado, que parecia gastar de imediato aquilo que recebia, e não

conseguia ou não dava para economizar.

Várias categorias profissionais são submetidas a situações de trabalho consideradas precárias e atravessadas pelos imperativos da incerteza, da descontinuidade e da imprevisibilidade temporal, por conta da vulnerabilização de seus direitos e garantias trabalhistas (AQUINO *et al*, 2014). A ocupação de catadores de materiais recicláveis representa uma dessas categorias.

Em se tratando de uma instituição coletiva cujos vínculos ocupacionais não dispunham de benefícios trabalhistas no que tange à CLT, benefícios assistenciais oferecidos pelo governo complementavam a renda das famílias, como foi o caso do Auxílio Emergencial disponibilizado durante a pandemia do coronavírus. Os entrevistados A1 e A4 receberam devidamente as parcelas a que tinham direito.

Quando questionado sobre sua opinião acerca das atividades que exercia, A1 disse não considerar o trabalho pesado; porém, segundo seu depoimento, não era bem o caso de o trabalho ser leve, mas de o seu corpo ter se acostumado com aqueles movimentos e volume de atividades: “Como acostumei, pra mim não é pesado. Pra mim não é pesado. Aí vou levando numa boa”.

Pesquisadoras verificaram durante observação empírica que os catadores mobilizavam bastante o corpo durante a realização de diversos atos na sua rotina de trabalho, como: agachamentos para pegar e rasgar sacolas plásticas; ao manusearem, separarem e arrastarem até o local para armazenagem os materiais a serem reciclados (BASSO; SILVA, 2020).

Já A2 se posicionou de maneira contrária a tal posicionamento sobre o peso do trabalho, no seu comentário acerca do constante cansaço quando iniciou o horário do lanche durante a conversa: “A cooperativa dá só um cafezinho, pra fumar um cigarro e voltar [...] 15 minutos só, pra tomar água, ir no banheiro. Pra poder voltar, pra não ficar direto, é muito cansativo, tá em pé, puxando peso”. Ela assumiu que era uma atividade exaustiva, que necessitava de tempos de descanso. A4 também classificou a atividade que realizava como sendo pesada, e relatou de imediato sentir dores pelo corpo por conta disso. Assim mesmo, afirmou que gostava do trabalho.

Em uma pesquisa que realizou uma avaliação ergonômica do processo de separação de resíduos recicláveis em uma cooperativa do Estado do Rio de Janeiro, constatou-se que a produtividade do trabalhador está diretamente relacionada à sua satisfação e motivação no trabalho, que dependem das condições em que ele desenvolve suas atividades (ROCHA, 2015). A pesquisadora também concluiu que as atividades no ramo da reciclagem devem ser

realizadas sem sobrecarga nos segmentos corporais e com menor gasto energético, sendo a postura adequada um dos fatores a ser considerado para que a relação entre produtividade, satisfação e motivação seja harmoniosa (ROCHA, 2015).

O roteiro de entrevista desta pesquisa não aprofundou no quesito dos potenciais riscos à saúde, porém, conforme observado no estudo de Moura e Gonçalves-Dias (2020), é importante que os catadores de materiais recicláveis percebam as fontes de perigo que os rodeiam, pois, tal conhecimento pode significar mais segurança e atitudes com mais precaução.

A compreensão das necessidades do ser humano significa percebê-lo como sujeito com valores, comportamentos, visões de mundo, interesses e necessidades singulares, superando uma noção homogeneizante, o que implica no planejamento de políticas públicas a partir da escuta sensível e multirreferencial que valoriza os diferentes sujeitos implicados (ARAÚJO; MORAIS, 2017).

Autores defendem a participação ativa dos próprios trabalhadores para a melhoria dos indicadores de morbimortalidade com relação à atividade laboral, ou seja, na busca de redução e controle dos riscos e das cargas laborais presentes nos processos de trabalho que podem ocasionar acidentes, doenças ou enfermidades diversas (PORTO; MARTINS, 2019). Com relação à categoria de catadores de materiais recicláveis não é diferente: é fundamental ouvir os próprios sujeitos na elaboração de projetos e ações a eles destinados.

A colaboradora A1 demonstrou gratidão pelo trabalho na cooperativa, pois tudo que aprendera, em termos profissionais, tinha relação com a reciclagem, bem como reconhecia o quão fora acolhida quando “estava na pior”. O relato de A2 também foi de reconhecimento dos frutos da atividade que desenvolvia: “[O trabalho é] maravilhoso! Não tem outro igual! O lixo é rico! Daqui sai tudo! Aqui você encontra dinheiro, você encontra coisas boas, que a gente joga fora. E aqui a gente leva o sustento pra casa. Mais gostoso é isso”.

O trajeto de casa para o trabalho costuma influenciar nas decisões diversas na vida das pessoas, pois a distância e as opções de transporte entre os dois podem facilitar ou dificultar a busca e permanência de oportunidades de trabalho. A1 e A2, por exemplo, que moravam na comunidade Jacarezinho, em casas alugadas, iam e voltavam a pé para a cooperativa. Já a catadora A4, que morava em Duque de Caxias, em casa própria, precisava de pelo menos uma condução em transporte público e mais um trajeto de caminhada para chegar ao trabalho.

No início da pandemia, a cooperativa não chegou a parar suas atividades por completo. Aqueles membros que moravam mais perto e que não precisavam fazer uso de

transporte público para chegar ao trabalho continuaram, enquanto aqueles que moravam mais longe foram dispensados temporariamente. A instituição tomou todas as medidas possíveis relacionadas a distanciamento social e cuidados com a saúde dos colaboradores, seguindo as orientações sanitárias vigentes. A4 afirmou que trabalhou em outra cooperativa nesse período, até que o dirigente da Coopama a chamou de novo.

A1 mencionou que sempre tomava cuidado no seu trabalho e utilizava os EPIs fornecidos pela Coopama, de forma que não havia se acidentado ou se machucado, assim como A2.

Pesquisadores questionaram a cooperados em uma organização de São Paulo sobre o que eles poderiam fazer para evitar o risco de acidentes e favorecer a segurança, e obtiveram os seguintes pontos como respostas: prestar mais atenção; ter foco; trabalhar em equipe e se comunicar com outros; uso de óculos, máscara, luvas (EPI em geral); evitar o uso de álcool em excesso (MOURA; GONÇALVES-DIAS, 2020).

Ainda que o presente estudo não tenha abordado diretamente essa questão da prevenção de incidentes no trabalho, acredita-se que o diálogo sobre os processos de trabalho pode ter favorecido uma reflexão acerca desse tema entre os entrevistados.

5.2.2.2 A Saúde para Catadores da Coopama

A prevenção à saúde pareceu não fazer parte do cotidiano dos catadores entrevistados, pelo menos com relação a si próprios, como pode ser observado na fala de A2 ao responder como estaria a sua saúde:

Ah Não sei. Só quando eu for lá fazer exame. Pra falar igual minha vó, tem 80 ano, não gosta de ir no médico: 'Ah, quando eu estiver passando mal, eu vou lá saber como é que está. Agora, eu não vou procurar doença não'. É só tu passar da porta pra dentro você sai com a pilha de papel. Então não vou lá procurar papel. Eu estou bem. Estou andando, respirando, estou vivendo (Entrevistada A2).

A1 também demonstrou agir dessa maneira com a sua própria saúde, diferentemente dos seus filhos ainda crianças, que seriam acompanhados na Clínica da Família da comunidade do Jacarezinho. Tal situação poderia estar relacionado à falta de tempo, pois, de acordo com o regime de trabalho, os colaboradores eram remunerados de acordo com a sua produção e tempo de dedicação, então no caso de ausência para frequentar consultório médico ou realizar exames, por exemplo, seria um dinheiro que deixariam de ganhar.

O significado de ter saúde para os catadores se relaciona ao fato de ter disposição

para o trabalho, inferindo-se que a saúde dos sujeitos envolvidos em estudos está em boas condições, já que as ausências ao trabalho são escassas (BASSO; SILVA, 2020).

Desse modo, o cuidado preventivo com a saúde ficava em segundo plano, em detrimento da urgência da arrecadação monetária.

Mesmo assim, o adoecimento não parecia ser frequente para aquelas pessoas. A2, por exemplo, não lembrava de ter ficado enferma nos últimos anos, a não ser os problemas de pulmão que adquiriu quando era usuária de drogas ilícitas. Ela confessou que fazia uso de crack e precisou fazer um tratamento para tratar doenças pulmonares, bem como passou por uma experiência de internação clínica para lidar com o uso abusivo de drogas:

Fui pra clínica, fiquei alguns meses, mais lá onde que eu tava tinha gente mais maluca do que eu. Nego pulando, querendo se matar. Eu falei: vou ficar queimada! Aí vim embora. Aí descobri que a força de vontade é sua, não adianta você ir pra clínica, não adianta você ir pra igreja, pra macumba, não adianta. É você querer, você. Então, a cura quem tem sou eu, não tem cura certa. Não é remédio que o médico vai te dar lá pro seu tratamento, né? É seu psicológico e o seu bem-estar, porque depois que você para, você tem outro tratamento, sua vida te trata, tua família te trata de outro jeito. Seus amigos que viravam a cara pra tu, te abraçam de novo. Então é totalmente diferente, é confortante isso. Não tem (Entrevistada A2).

Esse depoimento da colaboradora acerca da sua vivência de tratar o uso de drogas é emblemático e aponta para a necessidade de ouvir os próprios sujeitos envolvidos com as temáticas ao se estabelecerem políticas públicas de qualquer natureza. O uso abusivo de drogas deve ser tratado como uma questão de saúde, sendo necessária a concordância e a disponibilidade do próprio usuário em aderir a qualquer tipo de tratamento, ao invés da utilização da força e da imposição, como costuma ocorrer.

Já no tocante à vacinação, havia uma atenção especial, pelo menos aquelas do período pandêmico. Os entrevistados A1, A2 e A3 relataram que estavam com as vacinas contra covid em dia: tanto eles próprios quanto seus familiares haviam tomado as doses de acordo com as orientações para os grupos e faixas etárias aos quais pertenciam, e não demonstraram dúvidas com relação à eficácia dessa medida sanitária. Isso poderia estar relacionado à questão da obrigatoriedade, uma vez que havia a necessidade de apresentação do passaporte da vacina naquele período para entrar em determinados lugares.

5.2.2.3 Outras Esferas da Vida para Catadores da Coopama

A senhora A4 chegou no Rio de Janeiro na década de 1980, vinda do Estado da

Paraíba para trabalhar em casa de família. O motivo de ela residir na comunidade Jacarezinho, aonde chegou cerca de 20 anos antes, era por conta da distância do centro da capital, pois, por conta dos valores das passagens, era difícil conseguir arranjar emprego morando em Duque de Caxias, sua primeira cidade de residência fluminense.

Os entrevistados todos estavam em relacionamentos estáveis, embora nem sempre formalmente instituídos. Os cônjuges costumavam ajudar nas despesas e afazeres domésticos, exceto no caso de A2, que disse ter um namorado, mas que sustentava sozinha o filho adolescente, de 14 anos e o mais novo, de seis anos. A esposa de A1 estava desempregada e sem renda além do Bolsa Família, mas eles tinham quatro filhos com idade inferior a oito anos, de forma que ficava responsável pelo cuidado deles e da gestão domiciliar. Inclusive um dos garotos, de seis anos, estava sem estudar, por falta de vaga nas escolas públicas da região.

Em revisão integrativa que analisou produções científicas que abordaram as condições de vida de catadores de materiais recicláveis, pesquisadores inferiram que a quantidade de trabalhadores institucionalizados vem crescendo, mas são necessárias ações voltadas à melhoria da qualidade de vida no trabalho e fora dele (VASCONCELOS *et al*, 2018). O fato de catadores aderirem ao trabalho junto a associações, cooperativas e fins não significa necessariamente a melhoria das suas condições de trabalho e de vida.

A2 revelou que fora moradora de rua durante 15 anos, até uns seis anos antes da entrevista, quando engravidou de seu filho e parou de usar drogas ilícitas. Disse que foi um período em que fez “muita besteira na vida”, pois usou muita droga e bebida. O nascimento do garoto parece ter sido um divisor de águas na vida dela:

Foi a partir da gravidez. Eu passei mal até no dia que ele nasceu. Eu passei mal, eu usei bastante droga, mas depois que eu tive ele, assim, uns quatro dias depois, eu vim com ele, eu tive mais força de vontade, porque ao invés de eu gastar com a droga, é melhor gastar com meu filho, vai faltar pra ele (Entrevistada A2).

O tempo de lazer e descanso, aos finais-de-semana, era dedicado por A1 a ficar com os familiares, visitar a sua mãe em Duque Caxias e jogar videogame com os filhos. Ele reconheceu que já havia curtido bastante a vida quando mais jovem e que também fizera muita “besteira”, o que o levou a ser mais caseiro. Mesmo estando afastado da igreja evangélica, disse que acreditava muito em Deus e mantinha suas orações em casa mesmo, e que tentava passar para os filhos bons valores e ensinamentos “Honestidade em primeiro lugar. E tratar as pessoa bem, como eu trato, aí eu tenho que ensinar ele desse jeito”. Já a senhora A4 revelou gostar de dançar forró na Feira de São Cristóvão, para onde ia de vez em

quando.

Pesquisadoras ressaltaram, ao realizarem oficinas com catadores em associações de reciclagem, que ações de cuidado à dimensão espiritual e existencial são importantes para a manutenção da saúde mental (CENTENARO *et al*, 2022).

A1 percebia a situação do país de forma muito negativa, por conta dos altos índices de desemprego: disse que conhecia muita gente que passava necessidade porque estava sem emprego, mesmo tendo disponibilidade para trabalhar.

Segundo projeções para a economia global do Fundo Monetário Internacional (FMI), a taxa de desemprego do Brasil deve ficar entre as maiores do mundo em 2022: o país ocupou a 9ª pior estimativa de desemprego para o ano de 2021 (13,7%), bem acima da média global prevista (7,7%) (ALVARENGA, 2022).

Com relação ao rendimento médio do brasileiro, as estatísticas também são preocupantes. O país encerrou o ano de 2021 com cerca de 33,8 milhões de trabalhadores (36% do total de ocupados) com renda mensal de até um salário-mínimo, ou seja, um aumento de 12,2%, ou 4,4 milhões de pessoas a mais com relação a 2020, sendo o maior contingente já registrado nessa série histórica iniciada em 2012 (ALVARENGA *et al*, 2022). A notícia aponta que os mais atingidos por essa baixa remuneração costumam ser os trabalhadores informais e que possuem baixa escolaridade.

No primeiro trimestre de 2022, o estado do Rio de Janeiro, antecedido apenas pela Bahia e Pernambuco, obteve as maiores taxas de desemprego no país: a taxa de desocupação foi de 14,9% para o território fluminense, enquanto Bahia ficou com 17,6% e Pernambuco com 17%. (ALVARENGA; SILVEIRA, 2022)

Os dados acima refletem a situação do Brasil com relação ao desemprego, que se refere às pessoas com idade para trabalhar (acima de 14 anos) que não estão trabalhando, mas estão disponíveis e tentam encontrar trabalho (IBGE, 2022). O desemprego representa uma das facetas mais cruéis do capitalismo, pois faz parte da própria estrutura desse sistema econômico e influencia diretamente no bem-estar e na qualidade de vida das pessoas.

Ao falar sobre a pandemia do coronavírus, A1 opinou que as medidas do governo foram péssimas, e apontou alguns elementos que poderiam ter sido diferentes: “Ajudar mais o pessoal que precisava, né? Comprado antes de acontecer, ter comprado a vacina. Eles relaxaram, deixaram tudo pra cima da hora e aconteceu que morreu foi muita gente.”. A segregadora A4 se ressentiu com o período pandêmico, pois perdeu um irmão e alguns conhecidos para a covid.

A senhora A4 foi a única em todas as entrevistas, tanto nas cooperativas quanto nas

ruas do Grajaú, que demonstrou satisfação com o governo com relação à sua categoria profissional, ao considerar suficiente a indenização que foi paga aos catadores na ocasião de fechamento do lixão de Jardim Gramacho, em 2012: “Ele já fez, né? Que deu um bom dinheiro, né? Os pessoal lá no lixão né?”.

Diferentemente da opinião da entrevistada, verificamos, em artigo que teve como objetivo compreender a situação dos catadores de materiais recicláveis que atuavam no lixão de Jardim Gramacho quatro anos depois do seu fechamento, pesquisadores reconheceram que essa indenização direta pode não ter sido a melhor opção para esse público, uma vez que o acompanhamento dos catadores (as) e a continuidade das ações na área de coleta seletiva de resíduos não estavam efetivamente assegurados (BASTOS; FIGUEIREDO, 2018).

Os pesquisadores constataram, nessa investigação realizada no Polo de Reciclagem de Jardim Gramacho, local cedido pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, que os catadores que por ali permaneceram precisaram reinventar práticas para o seu sustento, através da informalidade e na busca de recicláveis que não mais chegavam ao local de trabalho, diante do fechamento do lixão e sem a devida implementação das inúmeras ações previstas em lei: coleta seletiva; incentivo ao processo de organização cooperativista; compartilhamento de ações de gestão integrada de resíduos; inserções dos trabalhadores como parceiros de gestores públicos (BASTOS; FIGUEIREDO, 2018).

A2 reconheceu que ainda estava confusa com tudo que estava acontecendo em consequência do coronavírus no Brasil e no mundo:

Ah, cara, é um aprendizado. Os outros têm que ser mais humano. É do nada, pessoa com saúde, bonita e quando você vai, já foi. Na realidade, isso aí foi uma confusão que fizeram aí com o mundo... deixou o mundo doidinho! Ninguém sabe o que pensar, estava pensando que ia morrer, acabaram com as coisas do mercado. E agora com a pandemia, que era pra baixar os preços, as coisas foram parar lá em cima! Vai entender! (Entrevistada A2).

Sobre como gostaria de estar em um futuro próximo, nos cinco anos seguintes, A1 revelou que gostaria de estar aposentado, cuidando da família, dos filhos, da esposa, embora soubesse que ainda faltassem vários anos para ter direito ao benefício previdenciário da aposentadoria. Um possível descanso da vida corrida também apareceu na fala de A4, que desejava não precisar mais trabalhar no futuro próximo, depois de ganhar muito dinheiro. Para isso, costumava apostar em jogos de sorte que davam prêmios, alegando que muitos conhecidos já haviam sido contemplados.

As expectativas de A2 também foram mais simples, ao afirmar que gostaria apenas de ter forças para continuar trabalhando. Os sonhos de A1 estavam relacionados com saúde

e família e, mesmo com a filha mais velha com apenas 15 anos, já vislumbrava netos: “Mas primeiro os estudo e ser alguém da vida, que tem filho de rico que eles vão ter que competir, eu tô ensinando o caminho certo pra eles.” Ele pretendia voltar a estudar, terminar o “segundo grau” quando estivesse com tempo disponível para isso.

Para A2, o retorno à sala de aula parecia estar fora de cogitação, pois precisava trabalhar: “Tem que arrumar dinheiro moça? Num dá. Se tu não trabalhar você não tem... estudo não vai me trazer dinheiro, vai me trazer aprendizado e a vida já me ensinou morando na rua e estava me mostrando o outro lado dela agora. Então melhor aula eu tive na rua. E agora, tô tendo outra oportunidade de ter outro tipo de vida”. A senhora A4 também se mostrou satisfeita com a sua escolaridade, pois sabia ler e escrever e não pretendia retomar os estudos.

Grandes ambições e sonhos mais robustos pareciam ter ficado para trás, diante da realidade da vida: A2 revelou que jogava bola quando era mais nova e sonhava em ser jogadora de futebol, mas passou apenas a sonhar em sustentar a família: “Botar um arroz e feijão dentro de casa. Os sonhos ficaram lá atrás, beleza? Isso aí é pra gente rica. A gente pobre não sonha não, corre atrás!”. Porém, em outro momento da conversa, demonstrou esperança em mudar de vida através dos filhos, ao responder o que desejava para eles: “Ah, o melhor. Que estude, o outro se forme, o outro adora futebol, que vai jogar bola e me tirar daqui dessa favela. Eu tô querendo o melhor.”

Sobre sugestões do que poderia ser feito em prol dos catadores de materiais recicláveis, A2 ressaltou que o governo poderia “Parar de roubar um pouco, né? Parar de roubar um pouquinho, dar o que é nosso, só saúde melhorar tá ótimo, saúde melhorar, tudo fica bom”.

Como sugestão de melhoria para a cooperativa em si, A4 mencionou que a cooperativa poderia adquirir esteira para deslizamento dos materiais, o que poderia facilitar o trabalho.

6 DISCUSSÃO

O homem é um ser social, que aprende e se desenvolve a partir da sua convivência em grupos: desde a linguagem, a alimentação, a sexualidade, os costumes, os trejeitos, enfim, todo o seu comportamento foi antes vislumbrado de alguma forma para então ser incorporado na personalidade e / ou no comportamento do indivíduo. Com o trabalho não ocorre diferente, pois a afinidade para determinadas áreas ou a habilidade em desenvolver certas tarefas em detrimento de outras se dá a partir da experiência de vida, da imitação ou diferenciação daquilo que é visto.

No sistema capitalista, as coisas têm valor a partir da sua capacidade de gerar lucro. Nesse sentido, o lixo vem sendo valorizado há algumas décadas, porque pode ser transformado em matéria-prima e gerar retorno financeiro. No contexto capitalista de orientação pela lógica do mercado, o ramo da reciclagem proporciona grandes lucros para os empresários e indústrias, em contraposição à precariedade e precarização do trabalho para os catadores de materiais recicláveis, embora estes constituam elemento fundamental nesse ciclo.

Outra característica relevante do capitalismo diz respeito ao desemprego estrutural, que constitui uma forma de baixar os valores pagos à mão-de-obra: quanto mais pessoas disputando as poucas vagas existentes, menos o empregador vai precisar remunerar o seu empregado, e mais lucro vai obter. A redução da quantidade de empregos que ocorre em todo o mundo, por conta da tecnologia e de outros fatores, prejudica homens e mulheres que dependem do trabalho para sobreviver e sustentar suas famílias. A flexibilização das leis trabalhistas, que beneficiam os empregadores em detrimento dos trabalhadores, atinge diretamente os catadores de materiais recicláveis, que aderem a formas de trabalho com condições penosas, perigosas e precárias e dificulta ainda mais o acesso a direitos sociais e trabalhistas.

Países de industrialização intermediária têm presenciado um processo crescente de exclusão dos jovens e dos trabalhadores considerados “velhos” pelo capital, de forma que pessoas com cerca de 40 anos ou mais, uma vez excluídas do trabalho, dificilmente conseguem se requalificar para o reingresso e acabam ampliando os contingentes do trabalho informal e os bolsões do exército industrial de reserva (ANTUNES, 2009).

Assim, em períodos de economia em crise, a catação de se apresenta como uma possibilidade de sobrevivência para cidadãos de todas as idades que não possuem escolaridade nem formação profissional compatíveis com as exigências do disputadíssimo

mercado de trabalho.

A falta de estudos consiste no principal motivo que os catadores entrevistados nesta pesquisa alegaram para a inserção na profissão, pois, com a baixa escolaridade e pouca formação profissional que possuem, não conseguem outros engajamentos. A idade avançada também apareceu como explicação entre aqueles com mais de 40 anos, cujo desemprego consiste na situação mais facilmente visualizada. Tais argumentos podem demonstrar certo comodismo em conquistar não apenas melhores condições de vida, mas também de trabalho, no sentido de que seria necessária uma organização coletiva desses trabalhadores em busca de superar as condições precárias em que executam as suas atividades.

Segundo Montenegro (2017), não é fato raro encontrar crianças que auxiliam os pais na catação, revirando latas de lixo, puxando as carroças, realizando atividades que podem lhes causar danos irreversíveis, uma vez que estão em fase de desenvolvimento e maturação corporal. Brusius (2009) também constatou no seu estudo que a maioria dos catadores geralmente estão acompanhados de crianças menores.

Felizmente, em mais de três anos de residência no Grajaú, com olhar atento aos catadores, a pesquisadora não visualizou nenhuma situação de criança vasculhando lixos nas calçadas, nem acompanhando adultos nesse tipo de trabalho, assim como não observou sinal de atuação infantil nas duas cooperativas visitadas.

Existe uma contradição no discurso de cuidado ao meio ambiente, quando se fala em reciclagem e reaproveitamento de resíduos, pois, nesses processos, ocorre recuperação daquilo que foi descartado. Vivemos em uma sociedade de consumismo exacerbado, de produtos predominantemente descartáveis, mas que, diante da necessidade de preservação ambiental, passa-se a reaproveitar aquilo que foi desperdiçado. As indústrias de reciclagem recuperam materiais que foram descartados, para que sejam novamente consumidos. Porém, a diminuição da necessidade de produção ou o uso inicial dos produtos não parece estar nos debates sobre meio ambiente, pelo menos em posição de destaque.

Na prática, a preservação do meio ambiente e o seu equilíbrio estão longe de serem alcançados, pois o que ocorre é uma excessiva exploração dos recursos naturais e um desenvolvimento econômico não sustentável. As iniciativas relacionadas à importância da reciclagem e à preservação do meio ambiente são importantes, mas têm eficácia limitada, à medida em que permanece a produção exacerbada de mercadorias e descartáveis que faz parte da sociedade capitalista, que tem ainda como característica o desperdício.

Isso faz parte do modo contemporâneo de ser, que tem relação com a chamada obsolescência programada das coisas, ou seja, na transitoriedade e na substituição frequente

dos bens (WALDMAN, 2010). Nesse processo, ocorre uma utilização decrescente da mercadoria, a sua descartabilidade prematura e a sua não reutilização, pois a redução da vida útil dos produtos abre espaço para mais produção e alimenta o ciclo reprodutivo do capital, crescendo o desperdício (MONTENEGRO, 2017).

Mesmo assim, a partir da visibilidade que a reciclagem vem adquirindo nos debates sobre a preservação do meio ambiente, é possível verificar um avanço no âmbito de políticas públicas para esse e outros processos relacionados ao tratamento de resíduos sólidos, no sentido de definição de termos e conceitos e elaboração de instrumentos legislativos para o seu gerenciamento. Vale ressaltar que a recuperação pela indústria de reciclagem daquilo que foi descartado tem o benefício ambiental como causa menos importante, uma vez que predomina a recuperação do valor de troca do que vai ser novamente colocado no mercado (MONTENEGRO, 2017).

A aprovação da PNRS/2010 proporcionou um avanço na legislação brasileira no tocante à busca de inclusão socioproductiva de catadores na prestação de serviços de coleta seletiva, pois obriga os municípios a formarem contratos com cooperativas locais para este serviço, garantindo à cooperativa o acesso aos materiais recicláveis (GONÇALVES-DIAS *et al*, 2020).

Por outro lado, em análise acerca da primeira década pós aprovação da PNRS/2010, Mattos e outros pesquisadores defendem que “grande parte das ações que ocorrem nos municípios não considera as dimensões política, econômica, social e cultural no que tange à gestão e ao gerenciamento dos resíduos sólidos e não valoriza o direito à cidadania, à justiça ambiental e à proteção igualitária do Estado” (MATTOS, 2021, p.128).

Existe uma enorme distância entre o que está escrito nas leis e a sua real aplicabilidade, e mais ainda na sua efetividade no tocante à questão social para os atores vislumbrados nesta pesquisa. A complexidade dos fenômenos culturais / sociais e os conflitos entre os interesses antagônicos dos envolvidos na temática dificultam a aplicação das importantes leis que vêm sendo aprovadas, amenizando os efeitos esperados de melhoria das condições de trabalho e de vida dos catadores.

Os catadores e os intermediários da reciclagem atuam de forma paralela ao poder público, de forma anexa no cotidiano das cidades, pois não é um serviço reconhecido oficialmente, mas está ligado indiretamente à limpeza pública urbana. Já na cadeia produtiva da reciclagem, possuem funções preponderantes, mesmo numa situação laboral de subemprego, desemprego, exclusão e, principalmente, informalidade.

Dois catadores entrevistados deram como sugestão para a melhoria das condições de

trabalho para a categoria a implantação de programas de incentivo à coleta seletiva para a população. Montenegro (2017) aponta a existência de uma importante contradição nesse processo: caso as pessoas passem a realizar a coleta seletiva do próprio lixo em suas próprias residências para destinação direta aos programas, pode haver a diminuição do material disponível nas ruas para a atividade dos catadores, o que poderia ocasionar um escasseamento dos resíduos, assim como uma significativa redução de renda dos envolvidos.

O autor considera ainda que poderia ter como consequência uma desmobilização e desarticulação dos integrantes da categoria na sua totalidade, na forma de membros de associações (MONTENEGRO, 2017). Tais afirmações se mostram extremas e arrojadas, mas constituem pontos que merecem reflexão.

O catador representa a parte mais vulnerável no fluxo dos processos no setor de reciclagem, pois fornece sua força de trabalho em condições precárias e em formas de vínculo inexistentes ou informais, sendo explorado na atividade laborativa em busca da sobrevivência diária, mas recebendo em troca percentuais mínimos dos montantes financeiros que circulam. Ao mesmo tempo, grande parte dos materiais que chegam às indústrias de reciclagem passam pelas mãos desses trabalhadores.

A utilização do grande contingente de mão-de-obra dos catadores avulsos ou mesmo cooperados garante o lucro da indústria de reciclagem, assim como dos intermediários, pois eles alimentam o processo industrial com matéria-prima, através de nenhuma ou quase nenhuma formalização de vínculo, o que barateia enormemente a produção de novas mercadorias.

Durante a manipulação do lixo, os catadores entram em contato com variados microrganismos, como bactérias, vírus e fungos, que são capazes de causar infecções (ROCHA *et al*, 2020), ou seja, há risco de contaminação biológica em razão do contato direto com lixo orgânico, especialmente se há baixa resistência imunológica por parte dos sujeitos.

Entre os riscos a que esses trabalhadores são frequentemente submetidos estão: a exposição ao calor, a umidade, os ruídos, a chuva, o risco de quedas, os atropelamentos, os cortes e a mordedura de animais, o contato com ratos e moscas, o mau cheiro dos gases e a fumaça que exalam dos resíduos sólidos acumulados, a sobrecarga de trabalho e levantamento de peso, as contaminações por materiais biológicos ou químicos etc (IPEA, 2013).

Os catadores de materiais recicláveis desenvolvem suas atividades em condições precárias, insalubres, perigosas e penosas, especialmente aqueles que atuam nas ruas. Grandes cargas de trabalho, jornadas extensas, equipamentos inadequados, submissão a

intempéries, imprevisibilidade com relação ao clima, ao volume de trabalho e à remuneração são alguns fatores que caracterizam o desenvolvimento da atividade, que faz uso do corpo do trabalhador em toda a sua extensão. Existe ainda a questão da violência urbana, que representa um dos grandes riscos dessa população.

Entrevistados de uma pesquisa científica afirmaram realizar parte de seu trabalho ao ar livre, muitas vezes coletando materiais recicláveis durante longas horas quase todos os dias da semana, sem dispor de instalações adequadas para satisfazer suas necessidades fisiológicas básicas, nem ter acesso a água potável e alimentos (GUTBERLET *et al*, 2013). Pode-se afirmar que é uma realidade semelhante àquela encontrada na atividade desenvolvida pelos catadores nas ruas do Grajaú.

Especialmente nas ruas, em detrimento da atuação em local fixo, a catação requer um maior esforço físico exaustivo, em razão dos movimentos repetitivos de flexão e extensão do troco ao empurrar o carrinho, além de inclinações e rotações laterais para visualizar os automóveis, piorando o esforço à medida que o carrinho vai enchendo (CASTILHOS *et al*, 2013).

Se o deslocamento do carrinho pelas ruas já não é uma tarefa fácil por si só, em virtude do peso e da improvisação do equipamento, a situação fica ainda mais difícil nas ruas do Grajaú, cujos asfaltos geralmente têm buracos e ondulações. Em meados de 2022, a prefeitura realizou reparos em vários trechos de vias do bairro, porém, até para um leigo, a qualidade do serviço era questionável, pois o resultado não foram pistas lisas e retilíneas, como esperado, permanecendo rebaixamentos em locais de bueiros e algumas vias que permaneceram íngremes.

Pequenos acidentes parecem ser corriqueiros na catação. Quando acontecem, resta mesmo aos catadores o trabalho forçado, uma vez que dependem do labor de cada dia para obterem o alimento de forma imediata. A renda obtida com a venda de materiais ao final do expediente é que lhes garante o alimento de cada dia, de forma que, se algo mais grave acontece, que os impossibilite de adentrar às ruas para labutar, a sobrevivência pode ficar ainda mais prejudicada.

Há recomendação para a implementação de iniciativas que tenham como objetivo eliminar ou amenizar a exposição de catadores de materiais recicláveis a potenciais agentes de risco para a sua saúde (SOUZA *et al*, 2020).

Autores salientam que a área científica da Saúde do Trabalhador, em sua busca pela determinação social do processo de trabalho, constitui um campo referenciado para a construção da rede pública de serviços de saúde (COELHO *et al*, 2017). A valorização do

olhar integral à saúde dos grupos populacionais vem marcando o início de uma trajetória de mudança de paradigmas que pode ser observada na relação saúde-trabalho-ambiente; contudo, esta relação apresenta um baixo grau de empoderamento para as organizações de catadores (MATTOS *et al*, 2021).

As cooperativas representam um modelo alternativo de desenvolvimento econômico em ascensão e que está reconhecido mundialmente como um caminho viável com foco na economia solidária e social, significando, então, uma intervenção possível, capaz de trazer mudanças na transição para um mundo pós-capitalista (GUTBERLET *et al*, 2013). Eles ressaltam que, embora os catadores informais às vezes estejam organizados em cooperativas, suas condições de trabalho permanecem extremamente precárias e inseguras, sendo necessário então considerar as características distintivas e as vulnerabilidades dos grupos de reciclagem para o desenvolvimento de ambientes de trabalho mais seguros nesses negócios sociais (GUTBERLET *et al*, 2013).

Nesse sentido, a criação de cooperativas de reciclagem, que a priori se mostra como uma alternativa para a informalidade e para a precariedade do labor dos catadores, na verdade também apresenta grandes obstáculos a serem enfrentados, de forma que há uma grande distância entre o esforço engendrado pelos membros para o funcionamento de uma organização desse tipo e o retorno financeiro da atividade em si, bem como para uma boa remuneração dos cooperados e para a melhoria das suas condições de saúde e de vida.

Mesmo que as cooperativas regularizassem toda a burocracia exigida, não há interesse da indústria em negociar diretamente com as cooperativas, muito menos com os catadores que atuam de forma avulsa. Nenhum dos dois consegue acumular grandes quantidades de materiais e, mesmo que conseguisse, não possui infraestrutura para armazenamento dos volumes que as indústrias costumam comprar.

Existe ainda, a necessidade iminente do dinheiro, de forma que é imprescindível a comercialização imediata do material segregado, tanto para as cooperativas quanto para os trabalhadores individualizados. A questão do imediatismo financeiro verbera entre os catadores pesquisados, que geralmente preferem ter domínio sobre os próprios ganhos em detrimento de melhores condições de trabalho e / ou de segurança previdenciária. A negociação com os intermediários, então, torna-se obrigatória para a existência desses serviços.

As consequências econômicas e sociais da pandemia estavam diretamente relacionadas ao retorno ou início da atividade de catação para algumas pessoas, tendo em vista que o fechamento de comércio e o isolamento social, instituídos pelo poder público

como estratégias de vigilância sanitária, ocasionaram a perda ou suspensão do emprego de milhões de pessoas no país. Os entrevistados se mostraram disponíveis para a realização de bicos e trabalhos em outras áreas, inclusive como prioridade, não apenas no período da pandemia como também de forma geral e, quando não aparecia alguma oportunidade nesse sentido, voltavam para a catação.

Os benefícios oferecidos pelo governo para pessoas com baixa ou nenhuma renda, ou que se encontram em situação de vulnerabilidade social, são fundamentais para a sobrevivência de milhões de famílias no país. O Bolsa Família e o Auxílio Emergencial, oferecido durante a pandemia, foram algumas das rendas mencionadas pelos entrevistados dessa pesquisa.

A própria natureza da atividade laboral exercida pelos catadores e catadoras faz com que sejam um segmento estigmatizado, e o fato de serem ignorados socialmente, a precarização nas relações trabalhistas e as condições de vida aludem à necessidade de atuação de políticas públicas para o atendimento das suas demandas de sobrevivência (FIGUEIREDO; BASTOS, 2021).

A sociedade costuma vincular os catadores de materiais recicláveis a usuários de drogas, marginais, mendigos etc, e eles percebem isso, como foi apontado anteriormente nesta tese. Ressalta-se que o uso indevido de drogas é uma questão de saúde pública (e não de segurança) que afeta a sociedade de forma global, mas que não vem sendo abordado dessa forma nas políticas públicas no Brasil.

Quando questionados sobre sonhos e como gostariam de estar daqui a cinco ou dez anos, a reação dos entrevistados foi bastante variada. Algumas pessoas tinham dificuldade em responder de imediato e, algumas vezes, voltavam ao tema no decorrer da conversa, enquanto outros entrevistados já divagavam sobre o assunto com brilho nos olhos. Esse item representou para a pesquisadora uma das principais perguntas do roteiro, pois os planos para o futuro, o desejo de ser, de mudar, de tornar-se, de possuir, de alcançar objetivos são fundamentais para o ser humano.

Devido à insegurança e mal pagamento observados nas formas flexíveis de emprego, estas podem ocasionar, ao invés de uma melhoria da vida familiar, graves problemas financeiros e de planejamento futuro, tais como possibilidade de comprar a crédito, de financiar imóvel ou de dispor de aposentadoria (ARAÚJO; MORAIS, 2017). Essa é uma situação relacionada aos catadores vinculados às cooperativas, cujos vínculos empregatícios são frágeis. Para os catadores de rua, o imbróglio é ainda maior, tendo em vista que não há estabilidade, vínculo ou garantia alguma de remuneração ou de serviço a ser executado.

A sobrevivência constitui o marco imediato buscado na atividade laboral desenvolvida, de forma que a incapacidade de planejamento do futuro constitui mais um fator de precarização do trabalho de catadores de materiais recicláveis.

Diferentemente dos animais, cuja vida é guiada por uma programação biológica e cujos comportamentos inatos seguem da mesma forma por milênios, o homem possui a capacidade de se reinventar, criar e modificar a sua vida a partir dos seus anseios e da sua vontade. Para tanto, são necessárias oportunidades, que merecem ser discutidas com relação ao público estudado. Até que ponto a vida vem dando oportunidades àqueles que vivem a partir dos restos da sociedade para que vislumbrem a realização de seus sonhos representa um questionamento importante a ser abordado pelo poder público.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito dessa tese foi compreender aspectos relacionados ao trabalho, à saúde e à vida de catadores e catadoras que realizam a coleta de materiais recicláveis a partir da percepção deles em campos específicos: nas ruas do Bairro Grajaú e em duas cooperativas localizadas no Bairro Maria da Graça, na cidade do Rio de Janeiro (Coopideal e Coopama).

Diante da complexidade do tema, que possui variadas nuances relacionadas e infinitas perspectivas para abordagem, as constatações que seguem foram alcançadas no percurso de aproximadamente cinco anos de pesquisa sem dedicação exclusiva, tempo bastante curto para a apropriação de uma categoria peculiar e que se encontra em constante transformação.

Considera-se que os objetivos da pesquisa foram atingidos, tendo em vista que foram discutidos inúmeros fatores relacionados ao trabalho, à saúde e à vida dos entrevistados. As premissas levantadas durante a elaboração do projeto de pesquisa foram confirmadas de forma geral, mas alguns aspectos merecem ser ressaltados.

A catação nem sempre representa a única possibilidade de sobrevivência para os entrevistados, diferentemente do que foi estimado, tendo em vista que havia trabalhadores que realizavam a atividade apenas eventualmente, quando não tinham outra oportunidade de trabalho na forma de bicos ou emprego formal mesmo, e havia pessoas com outra fonte fixa de remuneração, como aposentadoria ou benefícios sociais.

Em algumas situações, a busca de materiais recicláveis servia apenas como complemento de renda para a busca de melhorias nas condições de vida. As idas e vindas na atividade se mostraram comuns entre as pessoas abordadas, que, em sua maioria, possuíam habilidades laborais além da coleta, segregação e negociação de materiais para reciclagem, que exerciam quando não encontravam oportunidade em outra área.

A residência dos entrevistados que atuavam nas ruas do Grajaú realmente era nas proximidades, em bairros vizinhos, possibilitando a execução do trajeto casa-trabalho a pé, como foi imaginado. Inclusive para o catador que se encontrava em situação de rua, cuja área de permanência informada não era distante. O uso do transporte público se dava em raras ocasiões, somente para chegar ao local de busca de materiais, pois a etapa de venda dos materiais segregados, ao final do turno de trabalho, ocorria mesmo através de caminhada, tendo em vista que havia vários depósitos localizados em regiões próximas.

Já entre os cooperados, havia quem morasse, inclusive, em outras cidades, como Duque de Caxias, principalmente catadores que atuaram anteriormente no Aterro

Metropolitano de Jardim Gramacho. Não ficou claro como as organizações realizavam o pagamento das passagens para os trabalhadores: se pagavam o suficiente para opções de transporte que levassem menos tempo para o trajeto, como trem e ônibus, se o pagamento era feito em dinheiro ou via cartões das empresas executoras dos serviços. Mas foi evidente a preferência por pessoas que moravam nas proximidades das cooperativas quando havia necessidade de novos trabalhadores para as organizações. O uso de transportes por aplicativos, que são oferecidos em abundância na cidade do Rio de Janeiro, não foi mencionado pelos sujeitos como alternativa de locomoção, o que deveria estar relacionado à falta de recursos financeiros para utilizá-los.

As condições de moradia pareceram satisfatórias para quase todos os entrevistados, tendo sido mencionadas apenas algumas situações de necessidade de reformas, compra de eletrodomésticos ou finalização de cômodos, ou seja, melhorias em geral. Contudo, surgiram questões relacionadas a violência nas comunidades em que viviam os catadores com suas famílias, e verificou-se um catador que se encontrava em situação de rua havia alguns meses, fato considerado de extrema vulnerabilidade social.

A utilização de carroça ou carrinho no cotidiano de trabalho costumava ser observada normalmente nas ruas do Grajaú e foi confirmada nas entrevistas, sendo um equipamento que possui diferentes tipos, variados materiais de fabricação e que nem sempre pertence ao próprio usuário: foram identificadas duas situações de empréstimo de carrinhos pelos compradores de materiais entre os entrevistados. Esse instrumento realmente potencializa a capacidade de transporte dos recicláveis em termos de volume, quantidade e peso, aumentando as possibilidades de remuneração daqueles que o utilizam.

Verificou-se que a remuneração dos trabalhadores realmente era bastante variável, considerando o período de um mês, semana ou mesmo de um dia de trabalho. Para os catadores avulsos do Grajaú, as seguintes situações influenciavam na oscilação da coleta e do rendimento: disponibilização de materiais nas calçadas; quantidade de catadores em atuação; existência de outros atores na coleta seletiva (garis, condomínios); achados de produtos de maior valor para distinta comercialização; valores do mercado para a compra dos recicláveis. Quanto às cooperativas, alguns fatores poderiam contribuir para a instabilidade na arrecadação financeira: volume de materiais disponibilizado pela Comlurb e outros parceiros; percentual de rejeitos no material; recebimento de doações pontuais; quantidade de cooperados em atuação; despesas administrativas e operacionais da organização; valores de compra dos atravessadores. O pagamento costumava ser realizado pelas cooperativas ao final de quinzena, o que poderia ser considerado positivo no sentido

de agregar um montante financeiro, mas pareceu ser uma modalidade preterida pelos catadores de maneira geral, que preferiam receber de forma mais imediata como no período em que atuavam no antigo Lixão de Gramacho.

O uso de EPI não foi observado de forma alguma entre os catadores no Grajaú, embora tenha havido relatos de possuírem luvas e máscaras, principalmente e botas. As duas cooperativas forneciam diferentes equipamentos para proteção de seus cooperados, mesmo assim não se verificou a sua utilização completa durante as visitas: com exceção de botas, que todos estavam calçando, luvas, óculos e máscaras eram observados eventualmente em um ou outro cooperado.

A afirmação de que os catadores se considerariam saudáveis e que não frequentariam assiduamente a rede pública de saúde foi confirmada nas entrevistas. Tanto entre os cooperados, quanto entre os trabalhadores avulsos, apenas incidentes mais graves os levavam a procurar um serviço de saúde, em geral de urgência e emergência, sendo comum eles trabalharem com sintomas de doenças como febre, cansaço, coriza, dores de cabeça, dores no corpo e com pequenos cortes ou ferimentos, que poderiam ser agravados durante o labor. Contudo, um cuidado diferenciado pareceu ocorrer com as crianças de suas famílias: entrevistados relataram que filhos (a) e netos (a) tinham acompanhamento regular nas clínicas de saúde do município e houve até menção à existência de plano de saúde particular para a neta de uma entrevistada, mostrando uma maior preocupação com o futuro dos descendentes.

Eventuais consequências entre a atividade laboral e as condições de saúde não apareceram de imediato nas entrevistas, o que pode revelar a dificuldade da sociedade em geral em estabelecer o nexos causal entre a própria situação de saúde e os processos de trabalho.

A pandemia da covid-19 afetou a sociedade como um todo e em todo o planeta, mas a vida de trabalhadores informais que atuavam na catação foi extremamente prejudicada. Os entrevistados perderam familiares e pessoas próximas para a doença e tiveram todo o seu cotidiano de trabalho e de vida modificado e dificultado diante das ocorrências do período. As cooperativas tiveram que se adaptar às novas situações de logística que surgiram e às medidas governamentais por conta própria, pois não receberam ajuda ou subsídios por parte do poder público municipal ou estadual do Rio de Janeiro.

O trabalho do catador, seja nas ruas ou em organizações, é considerado insalubre, em razão dos inúmeros riscos físicos, químicos e biológicos inerentes à atividade que lida com a imprevisibilidade dos materiais provenientes do lixo que são manuseados. Nas ruas, a

catação se torna mais perigosa, pois os trabalhadores percorrem constantemente o espaço urbano em situação de vulnerabilidade, em meio a carros, ônibus, bicicletas e estão sujeitos a intercorrências diante do preconceito e discriminação que sofrem, tanto pela sociedade em geral quanto pelas autoridades policiais, como foi relatado por entrevistados.

Assim, os catadores de forma geral são desassistidos pelo poder público no tocante a serviços como escolas, postos de saúde, assistência médica, espaços de lazer e cultura, saneamento básico, segurança pública etc, e acabam convivendo com a violência no cotidiano de trabalho e / ou nas proximidades de sua moradia, dificultando a sobrevivência.

O catador avulso tem variação de local e um trabalho de caráter itinerante, que depende das condições climáticas e cuja jornada do dia finaliza quando ele vende o material que coletou nos depósitos. As cooperativas de reciclagem funcionam em local fixo, mas também desenvolvem atividades de coleta em eventos externos, fora do espaço dos galpões. Essas organizações investem em EPI em jornada de trabalho fixa e compatível com outras esferas da vida do sujeito, na busca de uma remuneração a mais justa possível, em instrumentos adequados e que facilitem o trabalho, mas os obstáculos que enfrentam cotidianamente põem em risco a sua própria existência.

Nas ruas, os catadores estão submetidos a toda intempérie do clima, ao passo que, na cooperativa, há um espaço reservado e protegido de alguns percalços inerentes à atividade. No caso de ocorrência de algum acidente de trabalho, por exemplo, há um mínimo de suporte para um socorro, diferentemente do contexto das ruas. Devido à proximidade dos cooperados com a administração e ao senso de humanidade que permeia, pode haver certa assistência, o que não chega a algo parecido com atendimento médico, licença saúde nos moldes da previdência social ou com afastamento remunerado, mas já significa pelo menos certo amparo assistencial imediato, se comparado à situação dos catadores de rua.

As organizações autogestionárias necessitam de um serviço de saúde e segurança do trabalhador que respeite as suas características, capacidades e limitações (MATTOS *et al*, 2021).

Mesmo diante de políticas públicas voltadas para a valorização e priorização das cooperativas no gerenciamento de resíduos sólidos e em outras áreas pela legislação brasileira, principalmente a partir da aprovação do PNRS/2010, essas organizações enfrentam diversos desafios diários que chegam a inviabilizar a continuidade das operações: variabilidade na disponibilização de resíduos para segregação; rotatividade da mão-de-obra operacional para atividades fins; dificuldade de mão-de-obra qualificada para atividades-meio (administrativas); ausência de capital de giro para investimento em melhorias

operacionais; falta de equipamentos e estrutura para ampliação dos volumes das operações.

Tais fragilidades e necessidades que precisam ser atendidas a fim de que o grau de vulnerabilidade das organizações de catadores seja amenizado e a sua sustentabilidade aumentada (MATTOS *et al*, 2021).

Diante do que foi investigado nessa tese, os catadores constituem uma categoria profissional que sofre com as piores consequências das formas precarizadas de inserção laboral no capitalismo contemporâneo, pois estão desprotegidos legal e socialmente e vivem imersos em um contexto estigmatizado pela sociedade.

O labor dos catadores é precarizado e ocorre sob condições precárias, e não se vislumbram possibilidades de melhoria a curto prazo. Esses trabalhadores constituem a figura principal na cadeia produtiva de atores da reciclagem, mas ainda estão longe de usufruírem de condições dignas de trabalho, de saúde e de vida. É preciso então buscar a formalização do trabalho dos profissionais da catação de materiais recicláveis, através do fomento à atuação de organizações coletivas, além de investir no treinamento e na capacitação dos integrantes dessa atividade importante.

A análise de questões de gênero, raça e classe social para catadores de materiais recicláveis, nesses termos, mostrou-se como limitação dessa pesquisa, ao mesmo tempo em que se mostra oportuna para estudos futuros, tendo em vista que são fatores importantes para a compreensão das condições de vida e de trabalho de grupos populacionais. Estudos longitudinais também se mostram interessantes, que avaliem as consequências da atividade para a saúde dos trabalhadores nos diversos espaços onde são desenvolvidas.

A presente investigação reforça a necessidade urgente de políticas públicas para a categoria de catadores de materiais recicláveis em todos os seus locais de atuação: ruas, lixões, associações, cooperativas. Mesmo reconhecendo que grande parte dos pontos abordados já venham sendo apresentados na literatura, é de suma importância a continuidade de pesquisas que tenham os catadores de materiais recicláveis como figuras centrais na análise das suas condições de saúde e de vida, em busca de transformação e melhorias, especialmente com relação aos catadores avulsos que atuam nas ruas, pois estudos em cooperativas de reciclagem se mostraram bem mais numerosos.

REFERÊNCIAS

ABES – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL. **O impacto da pandemia pela covid-19 na gestão dos resíduos sólidos urbanos**: situação das capitais brasileiras. Pesquisa 2.2 - Março a Maio de 2020. Síntese dos resultados. Brasília: ABES, 2020. Disponível em: <https://abes-dn.org.br/?p=37504>>. Acesso em: 26 set. 2022.

ABRELPE - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS. **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2017** [Internet]. São Paulo: ABRELPE; 2018 [citado 5 de setembro de 2019]. Report No.: Edição especial 15 anos. Disponível em: http://abrelpe.org.br/pdfs/panorama/panorama_abrelpe_2017.pdf

ABRELPE - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS. **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil. 2018/2019**. São Paulo: ABRELPE, 2019. Disponível em: <https://abrelpe.org.br/>. Acesso em: jun. 2022.

ABRELPE - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS. **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2021**[Internet]. São Paulo: ABRELPE; 2021. Disponível em: <https://abrelpe.org.br/panorama-2021/> . Acesso em: 20 jun. 2022.

ALMEIDA, J. R; ELIAS, E.T; MAGALHÃES, M.A; VIEIRA, A.J.D. Efeito da idade sobre a qualidade de vida e saúde dos catadores de materiais recicláveis de uma associação em Governador Valadares, Minas Gerais, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 6, p. 2169-80, 2009.

ALENCA, M.C.B; CARDOSO, C.C.O; ANTUNES, M.C. Condições de trabalho e sintomas relacionados à saúde de catadores de materiais recicláveis em Curitiba. **Rev Ter Ocupacional Universidade São Paulo**. 1o de abril de 2009;20(1):36–42.

ALMEIDA, C. Grajaú, o interior em meio à metrópole. **Série Bairros Cariocas**. 20 de fevereiro de 2019. Disponível em: <http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/14792-graja%C3%BA,-o-interior-em-meio-%C3%A0-metr%C3%B3pole>. Acesso em: 20 de abril de 2022.

ALVARENGA, D. **Taxa de desemprego do Brasil deve ficar entre as maiores do mundo em 2022**; veja ranking. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/04/28/taxa-de-desemprego-do-brasil-deve-ficar-entre-as-maiores-do-mundo-em-2022-veja-ranking.ghtml>. Acesso em: 20 jun. 2022.

ALVARENGA, D; SILVEIRA, D. **Pernambuco e Bahia lideram desemprego no país no 1º trimestre**; veja taxa por estado. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/05/13/desemprego-fica-estavel-em-26-das-27-unidades-da-federacao.ghtml>. Acesso em: 20 jun. 2022.

ALVARENGA, D.; TITO, F; MATOS, T. **Renda em queda e vida no aperto**: os 'corres' dos brasileiros. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/04/19/renda->

em-queda-e-vida-no-aperto-os-corres-dos-brasileiros-que-nao-ganham-nem-1-salario-minimo.ghml>. Acesso em: 20 jun. 2022.

ALVES K.A.N; COSTA, A.K.A.N; RAMOS, J.S.A; SILVA, D.M; RODRIGUES, F.M. Condições socioeconômicas, de saúde e hábitos de vida dos catadores de material reciclável. **Saúde E Pesqui Mar PR**. março de 2020;13(1):75–82.

ANCAT Associação Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis; PRAGMA SOLUÇÕES SUSTENTÁVEIS. **Anuário da Reciclagem 2021**. São Paulo: ANCAT, 2021. Disponível em: https://www.mncr.org.br/biblioteca/publicacoes/relatorios-e-pesquisas/61cc5e10cd0e3c4593f77725_anuario-da-reciclagem-2021.pdf/@@download/file. Acesso em: 28 jun. 2022.

ANTUNES, R. **Capitalismo pandêmico**. São Paulo: Boitempo, 2022.

ANTUNES R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo; 2018. 328 p.

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho / Ricardo Antunes. - [2.ed., 10.reimpr. rev. e ampl.]. - São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

AQUINO C.A.B. O processo de precarização laboral e a produção subjetiva: um olhar desde a psicologia social. **O Público E O Priv Fortaleza**. 2007;11:169–78.

AQUINO, C.A.B; MOITA, D.S; CORREA, G.M; SOUZA, K.O. O fenômeno da precarização e da flexibilização laboral no âmbito da universidade pública brasileira: o caso dos professores substitutos. **Athenea Digital** - 14(1): 173-193 (marzo 2014) - ARTÍCULOS- ISSN: 1578-8946

ARAÚJO, M.R.M; MORAIS, K.R.S. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, 2017, vol. 20, n. 1, p.1-13 – DOI: 10.11606/issn.1981-0490.v20i1p1-13 Disponível: file:///C:/Users/User/Downloads/10641-1434-PB.pdf . Acesso em: 03 nov 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10004**: resíduos sólidos - classificação. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

AUGUSTO, L.G.S; TAMBELLINI, A.T; MIRANDA, A.C; CARNEIRO, F.F; et al. Desafios para a construção da "Saúde e Ambiente" na perspectiva do seu Grupo Temático da Associação Brasileira de Saúde Coletiva. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 19, n. 10, p. 4081-4089, Oct. 2014 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232014001004081&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 28 Out. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-812320141910.09422014>.

AZEVEDO, A.M.M; GUTBERLET, J; ARAÚJO, S.D; DUARTE, F.H. Impactos da Covid-19 sobre catadores de materiais recicláveis organizados no Estado de São Paulo. **Ambiente & Sociedade [online]**. 2022, v. 25, e00881. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc20210088r1vu2022L2OA> . Acessado em: 10 set.

2022.

BAPTISTA, V.F. Liberdade pelo trabalho ou trabalho pela liberdade?: o caso dos catadores de materiais recicláveis. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 119-135, jan./jun. 2013.

BARATA, R.B. Epidemiologia social. **Rev. bras. epidemiol.**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 7-17, Mar. 2005. disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2005000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 set. de 2022.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BASSO, C; SILVA, I.M.M ‘Já me acostumei’: interfaces entre trabalho, corpo e saúde de catadores de materiais recicláveis. **Trabalho, Educação e Saúde [online]**. 2020, v. 18, n. 3 [Acessado 8 set. 2022] , e00283115. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00283>. Acesso em: 12 set. de 2022.

BASTOS, V.P. **Profissão: catador**: um estudo do processo de construção da identidade. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. 174 p.

BASTOS, V.P; FIGUEIREDO, F.F. Os desafios de efetivar a Política de Resíduos Sólidos brasileira: o caso do lixão de Jardim Gramacho. **Revista de Estudos Brasileños**, [S. l.], v. 5, n. 10, p. 53–69, 2018. DOI: 10.14201/REB20185105369. Disponível em: <https://revistas.usal.es/index.php/2386-4540/article/view/reb20185105369>. Acesso em: 1 out. 2022.

BASTOS, V.P; MATTOS, U.A.O (orgs.). **A política nacional de resíduos sólidos e seus 10 anos de execução: balanço dos avanços e retrocessos**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2021.

BENVINDO, A.Z. **A nomeação no processo de construção do catador como ator econômico e social**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010, p. 71.

BEZERRA T.S.A; PIRES, M.G; FELIZARDO, J.M. **Reestruturação da produção e exigências de qualificação para trabalhadores**: o descompasso entre o discurso e a prática. In: Sousa A de A, Arrais Neto E de A, Felizardo JM, Cardozo MJP, Bezerra TSA, organizadores. Trabalho capital mundial e formação de trabalhadores. Fortaleza: Editora Senac Ceará; 2008. p. 373–91.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Diretrizes nacionais para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde**. Brasília, 2010a. 132 p. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_nacionais_atencao_saude_adolescentes_jovens_promocao_saude.pdf. Acesso em: 6 mai. 2022.

BRASIL. Ministério do Trabalho e do Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações: CBO – 2002 – 3. ed**. Brasília: MTE, SPPE, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília (DF): Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 20 ago. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 13 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020**. Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/114026.htm. Acesso em: 2 set. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a política nacional de resíduos sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm. Acesso em: 2 nov. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. 8ª Conferência Nacional de Saúde. **Relatório Final**. Brasília: Ministério da Saúde, 1986.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução No 466, de 12 de dezembro de 2012**. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras para pesquisas envolvendo seres humanos (revoga as seguintes resoluções: 196/96, 404/08 e 303/00).

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações**: Portaria n.397. Brasília, 2002. Disponível em: <http://novacbo.mteco2000.gov.br/informacao.asp>. Acesso em: 15 mai. 2020.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Previdência. **Norma Regulamentadora nº 15 (NR-15)**. Brasília: MTE, 2021. Disponível: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/ctpp-nrs/norma-regulamentadora-no-15-nr-15>. Acesso em: 2 set. 2022

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 3253/2019**. Regulamenta a profissão de agente de coleta de resíduos, de limpeza e de conservação de áreas públicas. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/137093>. Acesso em: 25 set. 2022.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 4146/2020**. Regulamenta a profissão de trabalhador essencial de limpeza urbana. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/890338-projeto-preve-piso-salarial-de-dois-salarios-minimos-para-trabalhador-essencial-de-limpeza-urbana/>. Acesso em: 25 set. 2022.

BREILH, J. Una Perspectiva Emancipadora de la Investigación y Acción, Basada en la Determinación Social de la Salud. In: Asociación Latinoamericana de Medicina Social. **Taller Latinoamericano sobre Determinantes Sociales de la Salud**: documento para la discusión. México, D.F.: ALAMES, 2008. 155 p. Disponível em: <http://repositorio.uasb.edu.ec/bitstream/10644/3413/1/Breilh,%20J-CON-119-Una%20perspectiva%20em.pdf> . Acesso em: 19 Mar. 2019.

BRUSIUS, F.K. Agendamento, catadores e lumpemproletariado: os excluídos na mídia. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste – Brasília – 4 a 6 de junho de 2009.

CAMPOS, R. S; CAMPOS, C. S. S. Neoliberalismo e dependência na América Latina. **Espacio Abierto Cuaderno Venezolano de Sociología**. Vol. 23 No. 1 (enero-marzo, 2014): 45 - 70

CARVALHO, Y.M; CECCIM, R.B. Formação e educação em saúde: aprendizados com a saúde coletiva. In: CAMPOS, G. W. S. *et al* (organizadores). **Tratado de Saúde Coletiva**. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Fiocruz, 2006.

CASTILHOS JUNIOR A.B; RAMOS NF, ALVES CM, FORCELLINI FA, GRACIOLLI OD. Catadores de materiais recicláveis: análise das condições de trabalho e infraestrutura operacional no Sul, Sudeste e Nordeste do Brasil. **Ciênc Saúde Coletiva**. 2013;18:3115–24.

CAVALCANTE, S; FRANCO, M.F.A. Profissão perigo: percepção de risco à saúde entre os catadores do Lixão do Jangurussu. **Rev Mal-Estar E Subjetividade**. março de 2007;VII(1):211–31.

CEMPRE - COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA A RECICLAGEM. Pesquisa Ciclosoft 2020 – Resumo Executivo. São Paulo: **CEMPRE**, 2020. Disponível em: <https://ciclosoft.cempre.org.br/resumo-executivo>. Acesso em: 09 abr. 2021.

COELHO, A.P.F; BECK, C.L.C; FERNANDES, M.N. S, FREITAS, N.Q; PRESTES, F.C; TONEL, J.Z. Mulheres catadoras de materiais recicláveis: condições de vida, trabalho e saúde. **Rev Gaúcha Enferm**. 2016;37.

COELHO, A.P.F; BECK, C.L.C; SILVA, R.M; VEDOOTTO, D.O *et al*. Condições de trabalho no contexto de catadoras de materiais recicláveis: desafios e perspectivas para o trabalho seguro. **REME - Rev Min Enferm**. 2018;22(e-1128):1–8.

COELHO, J. G.; VASCONCELLOS, L. C. F.; DIAS, E. C. **Vigilância em Saúde do Trabalhador**: qualificação de Agentes Comunitários de Saúde a partir de seus saberes e desejos de mais saber. In: OLIVEIRA, Maria Helena Barros de (orgs.). **Direitos Humanos e Saúde: construindo caminhos, viabilizando rumos**. Rio de Janeiro: Cebes, 2017.

COOPAMA - COOPERATIVA POPULAR AMIGOS DO MEIO AMBIENTE. Quem somos. <https://www.coopamacoop.com.br>, 2021. Disponível em: <https://www.coopamacoop.com.br/sobre>. Acesso em: 20 mai 2021.

COOPIDEAL - COOPERATIVA DE TRABALHO E PRODUÇÃO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS IDEAL, 2022. Disponível em: <https://cooperativacoopideal.wixsite.com/coopideal>. Acesso em 15 jun. 2021.

COUTINHO, M.C; BERNARDO, M.H; SATO, L (org.). **Psicologia Social do Trabalho**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017 (Coleção Psicologia Social).

CRUZ NETO, O. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria método e criatividade**. 17ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DUTRA, A.S. **Apontamentos sobre o passado, o presente e o futuro da gestão de resíduos sólidos no Brasil**. In: BASTOS, Valéria Pereira; MATTOS, Ubirajara Aluizio de Oliveira (orgs.). A política nacional de resíduos sólidos e seus 10 anos de execução: balanço dos avanços e retrocessos. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2021.

FEITOSA AK. **Avaliação do sistema de gestão de resíduos sólidos urbanos na cidade de Juazeiro do Norte, CE, frente aos preceitos da sustentabilidade**. [Internet]. [Lajeado]: Universidade do Vale do Taquari - Univates; 2018. Disponível em: <https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/2150/1/2018AnnyKarinyFeitosa.pdf>

FERREIRA, J.A; ANJOS, L.A. Aspectos de saúde coletiva e ocupacional associados à gestão dos resíduos sólidos municipais. **Cad Saúde Pública**. 2001;17(3):689–96.

FIGUEIREDO, F.F; BASTOS, V.P. **Os desafios da efetivação da inclusão socioproductiva dos catadores e catadoras de materiais recicláveis a partir da PNRS/2010**. In: BASTOS, Valéria Pereira; MATTOS, Ubirajara Aluizio de Oliveira (orgs.). A política nacional de resíduos sólidos e seus 10 anos de execução: balanço dos avanços e retrocessos. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2021.

FONTANA, O. A. P. MOSCHETTA, S. O. R. A dignidade humana e a proteção social do trabalhador na agenda 2030 da organização das nações unidas. **Revista de Direito do Trabalho e Meio Ambiente do Trabalho 2018**.

FREITAS, L.F.S; FONSECA, I. F. **Diagnóstico sobre catadores de resíduos sólidos** [Internet]. Brasília: IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; 2012. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/120911_relatorio_catadores_residuos.pdf

GALON, T; MARZIALE M.H.P. Condições de trabalho e saúde de catadores de materiais recicláveis na América Latina: uma revisão de escopo. In: PEREIRA BCJ, GOES FL. Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional. Rio de Janeiro: Ipea; 2016. p. 169-99.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOMES, R. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes,

2001.

GONÇALVES, C. V; MALAFAIA, G; CASTRO, A.L.S; VEIGA, B.G.A. A vida no lixo: um estudo de caso sobre os catadores de materiais recicláveis no município de Ipameri, GO. **HOLOS**, ano 29, v. 2, 2012.

GONÇALVES-DIAS, S.L.F; SAKURAI, T; ZIGLIO, L. **Catadores e espaços de (in)visibilidades**. São Paulo: Blucher, 2020.

GONÇALVES, H.H; ABEGÃO, L.H. **Da ausência do trabalho à viração: a importância da catação na manutenção da vida**. [documento na Internet]. 2004. Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT09/Heloisa%20e%20Luis.pdf. Acesso em: 30. Out. 2016.

GOUVEIA, Nelson. Resíduos sólidos urbanos: impactos socioambientais e perspectiva de manejo sustentável com inclusão social. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 6, p. 1503-1510, June 2012. Disponível http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000600014&lng=en&nrm=iso. Acesso em 20 março 2019.

GUTBERLET, J; BAEDER, A,M; PONTUSCHKA, N.; FELIPONE, S.M.N; SANTOS T. L. F. Participatory research revealing the work and occupational health hazards of cooperative recyclers in Brazil. **Int J Environ Res Public Health**. 27 de setembro de 2013;10(10):4607–27.

HENRIQUE, R.L.S. **Projeto de uma bancada de trabalho para uma cooperativa de segregação de resíduos sólidos sob uma perspectiva socioambiental**. 2020. 121 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

HENRIQUE, R.L.S; MATTOS, U.A.O. Contexto socioambiental das cooperativas de catadores do Rio de Janeiro e os impactos da Covid 19. **Revista Internacional de Ciências**, [S.l.], v. 10, n. 3, p. 32-49, dez. 2020. ISSN 2316-7041. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/ric/article/view/50848>. Acesso em: 08 out. 2022.

HOEFEL, M.; CARNEIRO, F.F; SANTOS, L.M.P; GUBERT, M.B *et al.* Accidents at work and living conditions among solid waste segregators in the open dump of Distrito Federal. *Rev Bras Epidemiol Braz J Epidemiol*. setembro de 2013;16(3):774–85. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **O que é desemprego**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 29 jul. 2022.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável - Brasil**. Brasília: Ipea, 2013. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/situacao_social/131219_relatorio_situacao_social_mat_reciclavel_brasil.pdf. Acesso em: 02. Nov. 2016.

JACQUES, C.G; SANTOS, M.J.N; ORCHARD, M.S.E. Responsabilidade Social das Empresas, Trabalho Decente e Acordos Marco Internacionais: um estudo de caso do setor

têxtil. <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2016v15n33p160>. **Política & Sociedade - Florianópolis** - Vol. 15 - Nº 33 - Maio./Ago. de 2016

JESUS, C.M. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2014.

KAZA S, YAO L, BHADA-TATA P, WOERDEN FV. **What a waste 2.0: a global snapshot of solid waste management to 2050**. [Internet]. Washington: World Bank Publications; 2018 [citado 6 de setembro de 2019] p. 295. (Urban Development Series). Disponível em: www.worldbank.org. Acesso em: 23 Out. 2021.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 315p.

LAURELL, A.S. A saúde-doença como processo social. (Original: La salud-enfermedad como proceso social"). **Revista Latinoamericana de Salud**, México, 2, 1982, pp. 7-25. Tradução Everardo D. Nunes. Disponível em: <http://www.residenciamultihucff.xpg.com.br/textos/texto11.pdf>. Acesso em: 02 Nov. de 2021.

LAURELL, A.S. La construcción teórico-metodológica de la investigación sobre la salud de los trabajadores. In: LAURELL, Asa Cristina. Para la investigación sobre la salud de los trabajadores. Serie PALTEX, **Salud y Sociedad 2000**, n. 3. Organización Panamericana de Salud. 1993. 290p.

LIMA, M.R.P. **O avesso do lixo**: materialidade, valor e visibilidade. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2021.

LUTINSKI, J. A.; NEVES, L. M.; DE QUADROS, S. O.; BUSATO, M. A.; FERRAZ, L. CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: PERFIL SOCIAL E RISCOS À SAÚDE ASSOCIADOS AO TRABALHO. **Hygeia - Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, [S. l.], v. 13, n. 24, p. 162–174, 2017. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/hygeia/article/view/32351>. Acesso em: 11 mai. 2022.

MACIEL, R. H; MATOS, T.G.R; BORSOI, I.C.F; MENDES, A.B.C et al. Precariedade do trabalho e da vida de catadores de recicláveis em Fortaleza, CE. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 63, n. especial, p. 1-104, 2011.

MARQUES, A. P. P. Reestruturação produtiva e recomposições do trabalho e emprego: um périplo pelas “novas” formas de desigualdade social. **Ciênc Saúde Coletiva**. 2013;18:1545–54.

MARTINHAGO, M.W; GOMES, AS; MELO, L.E.A.R. **A reciclagem e os aspectos socioeconômicos dos catadores de resíduos sólidos do aterro sanitário de Ilhéus, Bahia**. Inf GEPEC V 18 N 2 2014 [Internet]. 12 de fevereiro de 2015; Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/7319/8233>

MATTOS, U.A.O. **Balanco dos avanços e retrocessos da Política Nacional de Resíduos Sólidos**. In: BASTOS, Valéria Pereira; MATTOS, Ubirajara Aluizio de Oliveira (orgs.). A política nacional de resíduos sólidos e seus 10 anos de execução: balanço dos avanços e retrocessos. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2021.

MATTOS, U.A.O; SANTOS, P.R. Discutindo o trabalho informal: Uma amostra da situação no Município do Rio de Janeiro. In: Marcelo Firpo Porto; Roberto Bartholo. (Org.). **Sentidos do Trabalho Humano**: Miguel de Simoni, presença inspiração. 1ed.Rio de Janeiro: E-papers, 2006, p. 147-161.

MATTOS, U.A.O; SANTOS, P.R; ROCHA, D.S. Serviço de Atenção à Saúde e Segurança do Catador de Materiais Recicláveis em Cooperativas. **Revista Internacional de Ciências**, v. 11, p. 78-96, 2021.

MELO, J.M; SOUTO, J.V. Interfaces no trabalho dos catadores de materiais recicláveis: relações complexas com o Estado e o capital. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 11, n.21, p.49-70, jan./jun. 2011.

MNCR. Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis. **Posicionamento do MNCR sobre o Decreto Federal 11.044/22**. 2022. Disponível em: <https://www.mnccr.org.br/sobre-o-mnccr/notas-e-declaracoes/posicionamento-do-mnccr-sobre-o-decreto-federal-11-044-22>. Acesso em: 20 junho 2022.

MEDEIROS, L.F.R; MACEDO, K.B. **Catador de material reciclável**: uma profissão para além da sobrevivência?. *Psicol. Soc.* [online]. 2006, vol.18, n.2, pp.62-71.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1999.

MINAYO-GÓMEZ, C, THEDIM-COSTA, S.M.F. A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas. **Cadernos de Saúde Pública**; v.13 supl 2: 21-32. 1997.

MIURA, P; SAWAIA, B. Tornar-se catador: sofrimento ético político e potência de ação. **Psicologia e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 331-341, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822013000200010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 jun. 2022.

MONTENEGRO, D. M. **Fios invisíveis da espoliação**: trabalhadores do lixo e os limites da precariedade do trabalho. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora; 2017. 248 p.

MOREIRA, R. M. ANTONELLO, I. T. Precarização do trabalho – o microcrédito como possibilidade de desenvolvimento socioespacial. **RAEGA** 23 (2011), p. 98-123. Disponível em: www.geografia.ufpr.br/raega/. Acesso em: 20 mai. 2020.

NAVARRO, V.L; MACIEL, R.H; MATOS, T.G.R. **A questão do trabalho no Brasil: uma perspectiva histórica a partir do desenvolvimento industrial**. In: COUTINHO, Maria Chalfin; BERNARDO, Maria Hespagnol; SATO, Leny (org.). *Psicologia Social do Trabalho*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017 (Coleção Psicologia Social).

NUNES, C.H; CAVALCANTE, A.L.M; CAMPOS, A.S; COZENDEY-SILVA, E.N; et al. Rede de Informações e Comunicação sobre a Exposição de Trabalhadores/Trabalhadoras ao Sars-CoV-2 no Brasil. **Saúde em Debate** [online]. 2022, v. 46, n. spe1 [Acessado 8 set. 2022], pp. 411-422. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E128> <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E128I>. Epub 11 Abr 2022. ISSN 2358-2898.

<https://doi.org/10.1590/0103-11042022E128>.

NUNES, J.A. Saúde, direito à saúde e justiça sanitária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 87, Dezembro 2009: 143-169

Organização Internacional do Trabalho (OIT). **Guia sobre os novos Indicadores de emprego dos objetivos de desenvolvimento do milênio**: inclui o conjunto completo dos indicadores de trabalho decente [Internet]. Genebra: OIT; 2009 [citado 8 de outubro de 2020]. Disponível em:

http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@ed_emp/documents/publication/wcms_110515.pdf. Acesso em: 02 de Nov. de 2021.

OLIVEIRA, D.A.M. **Percepção de riscos ocupacionais em catadores de materiais recicláveis**: estudo em uma cooperativa em Salvador-Bahia. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

OLIVEIRA, M. M.; LUDWIG, M. P.; GRIFFITH, J. J; SILVA, P. F. G. **Catadores de materiais recicláveis e suas representações sociais sobre lixo e trabalho**. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa-MG, 2007. Disponível em:

http://www.sociedadeinclusiva.pucminas.br/Vseminario/Anais_V_Seminario/meio/comu/CATADORES%20DE%20MATERIAIS%20RECICLAVEIS%20E%20SUAS%20REPRESENTACOES%20SOCIAIS%20SOBRE%20LIXO%20E%20TRABALHO.pdf. Acesso em: 31 out. 2016.

PINHEIRO, F.P.H.A; COSTA, M.F.V; MELO, P.B; AQUINO, C.A.B. Clínica da Atividade: conceitos e fundamentos teóricos. **Arq. bras. psicol.** Rio de Janeiro, v. 68, n. 3, p. 110-124, dez. 2016. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672016000300009&lng=pt&nrm=iso. Acessos em 29 out. 2022.

PORTO, M.F. S.J; UNCA D.C.M. GONÇALVES R.S. FILHOTE M.I.F. Lixo, trabalho e saúde: um estudo de caso com catadores em um aterro metropolitano no Rio de Janeiro, Brasil. **Cad Saúde Pública**. 2004;20(6):1503–14.

PORTO, M.F; MARTINS, B.S (2019). Repensando alternativas em Saúde do Trabalhador em uma perspectiva emancipatória. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional** 44:e1. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2317-6369000019018>. Acesso em: 09 Set. de 2022.

ROCHA, D.S. **Avaliação ergonômica do processo de separação de materiais recicláveis utilizando um “sistema modular”**: estudo de caso em uma cooperativa de catadores do Estado do Rio de Janeiro. 2015. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Orientador: Ubirajara Aluizio de Oliveira Mattos.

ROCHA, R. B.; SILVA, J. V. S; MACÊDO, A.S.S; REIS, J. K.C. *et al.* Soroprevalência de infecções e riscos ocupacionais relacionados aos catadores de resíduos sólidos do extremo norte do Brasil. **Hygeia - Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, [S. l.], v. 18, p. 29–43, 2022. DOI: 10.14393/Hygeia1859373. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/hygeia/article/view/59373>. Acesso em: 26 set. 2022.

RODE, G.F; STOFFEL, J; MOURA, G.S. Análise do perfil de catadores de materiais recicláveis do município de Laranjeiras do Sul, Paraná. **Interações (Campo Grande) [online]**. 2021, v. 22, n. 2 [Acessado 8 Outubro 2022], pp. 609-621. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/inter.v22i2.2266>. Acesso em: 02 Nov. de 2021.

RODRIGUES, F.S; ICHIKAWA, E.Y. **O Cotidiano de um Catador de Material Reciclável: a Cidade sob o Olhar do Homem Ordinário**. Vol. 9, Revista de Gestão Social e Ambiental. 2015. p. 97–112.

SABROZA, P. C. **Concepções sobre saúde e doença**. Curso de aperfeiçoamento de gestão em saúde. Educação a distância. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, 2006. Disponível em: <http://www.abrasco.org.br/UserFiles/File/13%20CNS/SABROZA%20P%20ConcepcoesSaudeDoenca.pdf>. Acesso em: 08 Out. de 2021.

SANTOS, M.C.L. Frames de ação coletiva: uma análise da organização do MNCR. In: SCHERER-WARREN, Ilse; LUCHMANN, Lígia H. H. Movimentos sociais e participação. Florianópolis: Editora UFSC, 2011.

SANTOS, P.R; MATTOS, U. A. O.; SILVA, E. R. Saúde do trabalhador catador de materiais recicláveis do Estado do Rio de Janeiro. In: Mercedes Neto; Magda Guimaraes de Araujo Faria; Fabiana Ferreira Koopmans. (Org.). **Práticas e Vivências em Extensão Universitária**: Departamento de Enfermagem de Saúde Pública da UERJ. 1ed.Curitiba: CRV, 2021, v. 1, p. 43-53.

SANTOS, G.O; SILVA, L.F.F. Os significados do lixo para garis e catadores de Fortaleza (CE, Brasil). **Ciênc Saúde Coletiva**. 2011;16(8):3413–9.

SILVA, K. A. T. **“O lixo pode ser mais que lixo”**: o sentido do trabalho para catadores de materiais recicláveis. In: ENANPAD - Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, XXXV, 2011, Rio de Janeiro (Anais...)XXXIV ENANPAD, Rio de Janeiro, 2011.

SILVA, M. F. S. **A psicologia social e a psicologia (social) do trabalho**. In: _____; AQUINO, C. A. B. (Orgs). Psicologia social: desdobramentos e aplicações. São Paulo: Escrituras, 2004.

SILVEIRA, M.R. **O processo projetual das auto intervenções nas residências econômicas** - um estudo no bairro de Higienópolis (Rio de Janeiro). 2008. 213 f. Tese (Doutorado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SILVESTRE, A.R; FERNANDES, L. Trabalho e processos de marginalização social no século XXI: aproximações teóricas e dados estatísticos. **Sociologia**. 2014;27:27–44.

SOUSA, C.F.M; PINHEIRO,F.P.H; AQUINO, C.A.B. “O campo da Saúde do Trabalhador e o conceito ‘processo de trabalho’ em Marx”. **Revista Labor 1**, no. 10 (março 16, 2017): 50 - 69. <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/6682>. Acesso em: 22 de nov. 2021.

SOUSA, M.M. **Alinhavando Sonhos Construindo Realidades**: Os significados do trabalho para mulheres de Horizonte – CE. 2009. 126 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

SOUSA, M. T; KOVACS, I. A economia social como setor empregador nos distritos de Viseu e da Guarda. Sociologia, **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Vol. XXVII, 2014.

SOUZA, Gisele Ferreira de *et al* . Prevalência e fatores associados a doenças respiratórias e diarreia em trabalhadores de cooperativas de materiais recicláveis da cidade de São Paulo: estudo transversal, 2013. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília , v. 29, n. 3, e2019529, 2020 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-96222020000300316&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 02 Nov. de 2021.

SOUZA, K.R; RODRIGUES, A.M.S.R; FERNANDEZ, V.F; A categoria saúde na perspectiva da saúde do trabalhador: ensaio sobre interações, resistências e práxis. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 41, n. spe2, p. 254-263, June 2017 .Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042017000600254&lng=en&nrm=iso. access on 15 Mar. 2021. <https://doi.org/10.1590/0103-11042017s221>.

TUCCI, C.E.M. **Águas urbanas**. **Estud Av**. 2008;22(63):97–112.

UNIFAL. Universidade Federal de Alfenas. Comitê de Ética em Pesquisa. **Tabela com exemplos de riscos e medidas minimizadoras para os participantes de pesquisa**. Disponível em: https://www.unifal-mg.edu.br/cep/wp-content/uploads/sites/183/2021/04/Tabela.Exemplos.Riscos.MedidasMinimizadoras_26.04.2021.pdf. Acesso em: 30 out 2022.

VARELA, R.C; PEREIRA, L.B. Restrução produtiva na Europa. **Rev Katálysis**. 2018;21:157–67.

VASCONCELOS, J. P. R., GUIMARÃES, S. M. F; ZANETI, I. C. B. B. (2018). Condições de vida de catadores de resíduos sólidos recicláveis: **Sustentabilidade Em Debate**, 9(1), 187–197. <https://doi.org/10.18472/SUSTDEB.V9N1.2018.25439>

WALDMAN, M. **Lixo: cenários e desafios**: abordagens básicas para entender os resíduos sólidos. São Paulo: Cortez; 2010. 231 p.

ZANELLA, L.C.H. **Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

ZOLNIKOV, T.R; RAMIREZ-Ortiz D; MORAES, H; CRUVINEL, V.R.N, *et al*. Continued Medical Waste Exposure of Recyclable Collectors Despite Dumpsite Closures in Brazil. **J Health Pollut**. 23 de julho de 2019;9(23):190905–190905. Acesso em: 03 ago de 2021.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIDIRIGIDA

IDENTIFICAÇÃO

TRABALHO / SAÚDE

O que é trabalho para você? Quando e como você começou nesse trabalho?

Como você realiza o seu trabalho?

Qual a importância do seu trabalho: para você e sua família; para o meio ambiente?

Quem é catador e quem não é? Você sente orgulho de ser catador?

Quais são as dificuldades enfrentadas no dia-a-dia da catação?

Quais as suas experiências profissionais anteriores? Você gostava de trabalhar nisso?

Você usa EPI?

Como é rotina de trabalho de catador, quais são suas tarefas? Divide com alguém?

O que vocês acham que poderia ser feito para melhorar a catação?

Você acha importante a catação?

Qual a sua opinião sobre as políticas públicas relacionadas aos catadores? O que o Estado tem feito pelo trabalhador em geral?

Você gostaria de mudar de ocupação? Como é o trabalho dos seus sonhos?

SAÚDE

Você tem ou está com algum problema de saúde? Você adoece com facilidade? Qual a última vez que você procurou um médico e por qual razão?

Você é uma pessoa saudável? Como você cuida da sua saúde? Qual o último remédio que você tomou e para que serve? Quem indicou?

Você já se machucou trabalhando? No último ano, você teve problemas de saúde em decorrência do seu trabalho? Você considera que a atividade de trabalho é prejudicial à saúde?

Qual a sua opinião sobre as políticas públicas relacionadas à saúde? O que o Estado tem feito pela saúde dos brasileiros? O que poderia melhorar?

RIO DE JANEIRO

Onde você nasceu? Há quanto tempo mora aqui? Quais as principais mudanças ocorridas nos últimos anos? Quais os aspectos positivos e negativos?

VIDA PESSOAL

Idade, escolaridade, estado civil, filhos, moradia.

Como é a sua participação no orçamento e nas atividades domésticas?

Quantas pessoas moram na sua casa? Quais as responsabilidades de cada membro?

O que você deseja para o seu futuro e o dos seus filhos? Como você gostaria de estar daqui a cinco anos – com relação a família e trabalho?

Fale sobre o seu dia a dia desde o momento em que acorda até a hora em que vai dormir, incluindo as tarefas domésticas.

COVID

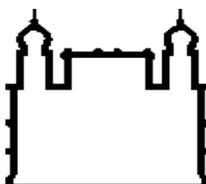
O que você sabe sobre a pandemia do novo coronavírus?

Você teve covid? Alguém da sua família ou conhecido teve covid ou faleceu da doença? Já se vacinou?

Como está a sua vida a partir da pandemia?

Qual a sua opinião sobre as medidas dos governos relacionadas à covid?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - CATADORES



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

**Fundação Oswaldo Cruz
Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca**



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa PROCESSOS DE TRABALHO E SAÚDE DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO RIO DE JANEIRO-RJ, desenvolvida por MABEL MELO SOUSA, discente de Doutorado em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (Ensp/Fiocruz), sob orientação do professor William Waissmann e coorientação da professora Valéria Pereira Bastos.

O convite se deve ao fato de que a sua participação poderá contribuir para a sensibilização das pessoas e do poder público quanto à importância do seu trabalho para a sua sobrevivência e para a sociedade, o que pode vir a melhorar a catção de materiais recicláveis no Rio de Janeiro.

O objetivo geral do estudo é: Compreender os processos de trabalho e a saúde de catadores que realizam a coleta de materiais recicláveis no bairro Grajaú e em cooperativas formalizadas na cidade do Rio de Janeiro/RJ. Os procedimentos que serão realizados são observação e entrevista semidirigida com gravação de áudio.

Para a realização desses procedimentos, solicitamos um pouco do seu tempo para responder a uma entrevista individual.

Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma.

Serão tomadas medidas para assegurar a privacidade das informações por você prestadas: apenas os pesquisadores do projeto, que se comprometeram com o dever de sigilo e confidencialidade, terão acesso a seus dados e não farão uso destas informações para outras finalidades. A pesquisadora estará atenta a eventuais situações de constrangimento e desconforto que venham a ocorrer durante a entrevista, de forma a interromper imediatamente o procedimento caso seja necessário. Na elaboração do relatório da pesquisa, será utilizado um código com combinação de letras e números para proteger a sua privacidade e identidade.

A sua participação consistirá em responder perguntas de um roteiro de entrevista à pesquisadora do projeto. A entrevista somente será gravada se houver sua autorização. O tempo de duração da entrevista será de aproximadamente uma hora.

Os benefícios da pesquisa são indiretos e estão relacionados ao fato de que os resultados poderão ajudar a aumentar a visibilidade das condições de trabalho e de saúde dos catadores de materiais recicláveis no Rio de Janeiro para o poder público e para a sociedade em geral. Quanto aos riscos, pode ser considerada a existência de riscos psicológicos, pois durante as entrevistas você poderá sentir algum desconforto emocional ao falar sobre seu trabalho e sua

saúde, mas lhe será reservado o direito de não responder qualquer pergunta e desistir da pesquisa a qualquer momento.

Durante a pesquisa, ou depois, você poderá solicitar informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo. Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa. Ao final, você será procurado para agendar uma conversa individual de acordo com a sua disponibilidade para repasse dos resultados da pesquisa.

As entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas a pesquisador e seus orientadores.

Se houver algum dano decorrente da pesquisa, você terá direito a buscar indenização, por meio das vias judiciais.

Este termo é redigido em duas vias.

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da ENSP. O Comitê é formado por um grupo de pessoas que têm por objetivo defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e assim, contribuir para que sejam seguidos padrões éticos na realização de pesquisas.

Tel. do CEP/ENSP: (21) 2598-2863

E-Mail: cep@ensp.fiocruz.br

Endereço: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/ FIOCRUZ, Rua Leopoldo Bulhões, 1480 –Térreo - Manguinhos - Rio de Janeiro – RJ - CEP: 21041-210

Horário de atendimento ao público: das 9h às 16h.

Acesse <https://cep.ensp.fiocruz.br/participante-de-pesquisa> para mais informações.

Mabel Melo Sousa – Pesquisadora responsável

(Doutoranda em Saúde Pública na ENSP)

CPF 89114426315 / Tel. 21 982782490 / e-mail mabelsousa@yahoo.com.br

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa intitulada “PROCESSOS DE TRABALHO E SAÚDE DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO RIO DE JANEIRO-RJ” e concordo em participar.

- Autorizo a gravação da entrevista.
- Autorizo o registro de imagem por foto/ filmagem.
- Não autorizo a gravação da entrevista nem o registro de imagem por foto/ filmagem.

Assinatura do/a participante

Nome:

CPF:

Contatos:

Rio de Janeiro, ___ / ___ / _____

APÊNDICE C – TERMO DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL – COOPERATIVAS
TERMO DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL (TAI)

Prezado Sr(a) XXXX – XXXXXX (cargo) da XXXXX (instituição),

Venho por meio deste solicitar a autorização desta instituição para realização da pesquisa intitulada **PROCESSOS DE TRABALHO E SAÚDE DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO RIO DE JANEIRO-RJ**, sob minha responsabilidade, orientação do professor William Waissmann e coorientação da professora Valéria Pereira Bastos.

A pesquisa, realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública / Doutorado em Saúde Pública da Ensp / Fiocruz, tem como objetivo “Compreender os processos de trabalho e a saúde de catadores que realizam coleta de materiais recicláveis no bairro Grajaú e em cooperativas formalizadas na cidade do Rio de Janeiro/RJ” e prevê a realização das seguintes etapas metodológicas no âmbito desta instituição: observação direta das instalações da instituição e da atividade de trabalho dos catadores, além de entrevista presencial e / ou virtual com líderes, membros e catadores da cooperativa.

Informo também que o projeto de pesquisa será avaliado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Ensp/Fiocruz e que a pesquisa só será iniciada após a sua aprovação por este comitê.

MABEL MELO SOUSA
Pesquisadora Responsável
mabelsousa@yahoo.com.br / 21 982782490

Declaro estar de acordo com a realização da pesquisa no âmbito desta instituição, desde que aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

Rio de Janeiro, ___ de _____ de 2021

XXXXXXXXXXXX
(assinatura /carimbo)